

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

**REDAÇÃO MÓVEL: ESPAÇO PÚBLICO PARA O CIDADÃO?
UMA ANÁLISE DE DISCURSO SOBRE O QUADRO DO DFTV - 1^A EDIÇÃO,
REALIZADO EM COMUNIDADES DO DISTRITO FEDERAL**

MARINA DOMINGOS DOS SANTOS BARBOSA

Brasília, julho de 2016.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO LINHA: JORNALISMO E SOCIEDADE

REDAÇÃO MÓVEL: ESPAÇO PÚBLICO PARA O CIDADÃO?
UMA ANÁLISE DE DISCURSO SOBRE O QUADRO DO DFTV - 1ª EDIÇÃO,
REALIZADO EM COMUNIDADES DO DISTRITO FEDERAL

MARINA DOMINGOS DOS SANTOS BARBOSA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília/UnB, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Comunicação e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Liliane Maria Macedo Machado

Brasília, julho de 2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO LINHA: COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE

REDAÇÃO MÓVEL: ESPAÇO PÚBLICO PARA O CIDADÃO?
UMA ANÁLISE DE DISCURSO SOBRE O QUADRO DO DFTV - 1^A EDIÇÃO,
REALIZADO EM COMUNIDADES DO DISTRITO FEDERAL

MARINA DOMINGOS DOS SANTOS BARBOSA

Trabalho apresentado à Banca Examinadora
de Defesa de Dissertação como requisito
para obtenção do grau de mestre em
Comunicação.

Banca:

Profa. Dra. Cosette Castro – Professora da Faculdade de
Comunicação / Universidade Católica de Brasília
(convidada externa)

Prof. Dr. Fernando de Oliveira Paulino – Coordenador
de Graduação da Faculdade de Comunicação / UnB
(Convidado FAC)

Profa. Dra. Dione de Oliveira Moura – Professora da
Faculdade de Comunicação / UnB
(suplente)

Profa. Dra. Liliâne Maria Macedo Machado – Faculdade de
Comunicação / UnB
(Orientadora)

*Dedico este trabalho ao meu filho, Nicolas,
razão do meu amor e fonte de inspiração
para os momentos de cansaço em que
julgava não conseguir finalizar esta tarefa.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe e à tia Lúcia, por terem sempre acreditado em mim.

À minha orientadora, Profa. Dra. Liliane Maria de Macedo Machado, pela paciência e orientação fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Ao meu marido, Roberto Marcos, sempre paciente, pelo amor e ajuda.

Aos amigos, em especial à amiga de mestrado, Ana Cristina Santos, que sempre me deu palavras de incentivo quando julgava que não conseguiria completar meu trabalho.

Ao apoio dos amigos do trabalho Samara, Iza, Bia, Leila, Rodrigo e, em especial, à minha chefe Renina Valejo, que permitiu que eu tirasse a licença capacitação para concluir o mestrado.

Aos meus queridos amigos da FACOM 2000, turma que sempre levarei no meu coração e que amo tanto: Aline, Jackie, Zilvan, Edmárcia, Letícia, Malu, Raquel, Carol, Chica, Flávia Haully, Victor e outros tantos amigos faconianos.

Aos colegas da Rádio Solar de Juiz de Fora, com quem aprendi muito sobre o jornalismo. Obrigada a Cláudia Figueiredo, Juliana Prado, Marcelo Giuliani, Márcio Augusto (*in memoriam*) e às ex-chefes Bete e Adélia.

RESUMO

Neste trabalho, procedo a uma Análise de Discurso francesa sobre o quadro Redação Móvel do noticiário DFTV/1ª edição da TV Globo do Distrito Federal. O programa visita regiões administrativas do Distrito Federal, atendendo a reclamações da população sobre problemas em suas comunidades, dizendo praticar o jornalismo comunitário. Com base nas teorias de Lima (2001, 2004 e 2012), Traquina, (2001), Silva (2002, 2009, 2011 e 2013), Peruzzo (2007) e Cogo (1998 e 2006), analiso as formações discursivas utilizadas pela emissora na construção de um discurso adversário ao poder público. Diferencio os conceitos de jornalismo público, cívico, comunitário, comunidade e participação popular e social.

Palavras-chave: Comunicação. Análise de Discurso francesa. Discurso adversário. Jornalismo público. DFTV.

ABSTRACT

This dissertation applies the French speech analysis about a live TV program called *Redação Móvel* from Brazilian TV Globo. Working in Brasília, the journalist team visits the suburbia in order to meet the locals who complaining about the problems in their community. Based in theories of Lima (2001, 2004 e 2012), Traquina, (2001), Silva (2002, 2009, 2011 e 2013), Peruzzo (2007) and Cogo (1998 e 2006), the TV Globo speech was evaluated as an adversary speech against the government. The paper also works with concepts as public journalism, communitarian communication, community and social participation.

Keywords: Communication. French speech analysis. Adversary speech. Public journalism. DFTV.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
INTRODUÇÃO.....	12
REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
1. Mídia, comunidade e prática jornalística.....	25
1.1 Mídia e Democracia.....	25
1.2 Mídia e Participação.....	33
1.3 Discurso adversário e desconfiança da mídia sobre o poder público.....	39
2. A TV no Brasil.....	43
2.1 Mudanças no telejornalismo.....	47
2.2 TV Globo no Distrito Federal.....	53
3. Metodologia.....	59
4. As formações discursivas presentes na Redação Móvel.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS.....	102
ANEXOS.....	106

APRESENTAÇÃO

Cidadania: atividade que consiste na autoconstrução do sujeito social enquanto partícipe e copartícipe da vida pública, entendida como inserção civil do indivíduo na polêmica do que é o melhor para todos.

Luiz Martins da Silva

Ao longo de 16 anos de jornalismo, a busca pelo interesse comum, pelo respeito à cidadania e ao outro sempre foram máximas que persegui dentro da profissão. No início da carreira, trabalhei como repórter de uma rádio no interior de Minas Gerais, na qual pude aprender tudo o que sei hoje sobre esse meio de comunicação. Dizem que o jornalista que trabalha em rádio se apaixona pelo meio. Posso dizer que para mim isso é verdade, porém exercendo o ofício nesses anos tive a oportunidade de trabalhar em todos os veículos de comunicação: rádio, TV, jornal e internet. Tais experiências me permitiram entender melhor cada meio em sua especificidade e escolher a TV como objeto do estudo que apresento agora.

O rádio também poderia ser alvo de minhas pesquisas, mas o brilho da TV e o fascínio que ela exerce no público me atraíram igualmente. Quando trabalhei na Rádio Solar AM, em Juiz de Fora (MG), eu era responsável pela unidade móvel e percorria diariamente os bairros da cidade, atendendo às diferentes reclamações dos moradores sobre buracos no asfalto, bueiros entupidos, falta de água, problemas nas escolas e falta de segurança. Sempre acreditei que estava realizando um trabalho comunitário, ajudando aquelas pessoas a viverem em um ambiente melhor. Elas participavam ao vivo e quase sempre obtinham a resposta para o problema naquele momento, pois um representante da prefeitura era acionado por nossa equipe na redação para dar a resposta, ou até mesmo dar as explicações ao vivo.

Alguns anos mais tarde, ao me mudar para Brasília, percebi que não era bem isso o que ocorria. É como se eu pudesse ver mais claramente o que acontecia a partir da distância que tive do trabalho realizado em Juiz de Fora, passando a entender o processo de

comunicação que colocava em prática. Foi preciso afastar-me da posição de jornalista e deixar que a minha porção pesquisadora falasse mais alto para que pudesse perceber, por meio da distância do objeto, como poderia compreendê-lo melhor. Entendi que, ao invés de praticar um trabalho que ajudava as pessoas, eu na verdade estava evitando que elas pudessem se organizar, procurar pelos seus direitos por meio de associações de bairros, sindicatos, prefeituras, em resumo, estava impedindo que elas formassem sua cidadania. Os moradores estavam acostumados a receber a ajuda da rádio para resolver seus problemas, então por que se preocupar? Por que ir até a prefeitura se, ao acionar a equipe da rádio, eles conseguiam o que queriam e ainda podiam participar e ter sua voz veiculada no ar?

A partir desses questionamentos, surgiu esta pesquisa. Inicialmente, minha intenção era investigar processo semelhante em Brasília, porém as características do rádio local são diferentes daquelas do interior de Minas Gerais. Por ser a capital federal, as rádios que possuem programação jornalística estão focadas na política nacional e deixam o noticiário local em segundo plano. Além disso, o grande número de rádios públicas e FM que possuem uma programação musical mais acentuada fez com que optasse por um programa de TV como objeto de estudo.

Apesar de também existir uma cobertura voltada para o meio político nas emissoras de TV em Brasília, pude perceber que alguns programas em canais como TV Globo e Record se concentravam mais em assuntos locais, questionando o poder público sobre problemas da comunidade.

O DFTV da TV Globo me chamou a atenção, pois em 2009 criou um quadro especial para direcionar sua cobertura às regiões administrativas do Distrito Federal, o Redação Móvel. São cerca de oito minutos diários dentro do telejornal para tratar de assuntos relativos às cidades, às reclamações de telespectadores insatisfeitos com problemas de segurança pública, saúde, educação, transporte público, etc. O quadro conta com uma unidade móvel que percorre todo o DF e tem à frente a jornalista Camila Guimarães, que vai até os moradores, atende suas reclamações e cobra das autoridades públicas providências. É um formato muito parecido com o que eu estava acostumada no trabalho em Minas Gerais.

Esta dissertação constitui uma tentativa de encontrar respostas, por meio do conhecimento acadêmico, sobre o discurso do quadro e sobre qual o papel que o cidadão desempenha nele. A partir de agora, inicio a exposição do objeto de estudo e espero que, a partir da minha inquietação pessoal, possa contribuir para o desenvolvimento do campo da Comunicação.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe uma Análise de Discurso francesa sobre o programa **Redação Móvel** da TV Globo no Distrito Federal, que vai ao ar diariamente no telejornal DFTV – 1ª Edição, às 12h00. Ao tentar inserir em sua programação práticas do jornalismo que buscam envolver o público — telespectadores — nos processos políticos e sociais, retirando-os da condição de meros espectadores dos fatos, a emissora estaria constituindo no quadro um tipo de representação da comunidade.

A tendência dos produtores do DFTV em seguir um discurso de defesa dos direitos da população pôde ser percebida desde a década de 1990, como já assinalava o professor Venício de Lima em estudo de caso sobre o DFTV, descrito no livro “Mídia: Teoria e Política” (2001), no qual destacava a concentração dos meios de comunicação no Brasil.

Atualmente, pode-se notar outros programas que seguem a mesma linha, não apenas no telejornalismo da TV Globo: Parceiros do DF (TV Globo), que envolve o morador das cidades administrativas do Distrito Federal no fazer jornalístico; Sem Noção (TV Globo), em que os próprios telespectadores podem enviar vídeos amadores com cenas que considerem inapropriadas ao convívio social; A Liga (TV Bandeirantes), que também atua na cobrança de ações do poder público para com as comunidades de São Paulo; CQC — Custe o que Custar (TV Bandeirantes), que também possuía um quadro chamado Proteste Já. Este último quadro, já extinto, apresentava casos em que as autoridades públicas eram confrontadas a partir de denúncias dos moradores de bairros de São Paulo.

Por se tratar de prática jornalística recente, ainda carece de definições sobre sua nomenclatura, sendo que estudiosos como Traquina (2001), Rosen (1994), Merritt (1995) e Silva (2013) chegaram a propor que fosse chamado de jornalismo público ou jornalismo cívico, uma alusão à participação dos cidadãos nos processos de construção das reportagens e por ser baseado na prestação de serviços sociais de interesse das comunidades, conceitos dos quais trataremos no Referencial Teórico.

Para melhor estudar o objeto da pesquisa, propomos um recorte que me permitirá investigar e analisar o discurso realizado pelo quadro Redação Móvel. Na maioria das vezes, tratam-se de reivindicações feitas pelos moradores a respeito de problemas que poderiam ser discutidos e solucionados pela própria comunidade ou pelo poder público

instituído, mas esse trabalho é executado pela TV, ao criar uma espécie de esfera pública mediada por seus jornalistas. Irei investigar ainda a hipótese de essa cobertura tornar-se adversária das ações do poder público, ampliando a desconfiança e a falta de credibilidade da população em relação a ele.

Desde 2009, a unidade móvel da emissora visita, de segunda a sexta-feira, uma região administrativa do Distrito Federal a partir de contato com os próprios moradores, que, por meio da produção do programa, enviam suas reclamações e denúncias ao quadro **Redação Móvel**. Nas informações encontradas no *site* da TV Globo que conta a história do telejornalismo da emissora, o Memória Globo¹, podemos encontrar a seguinte definição:

Em março de 2009, o *DFTV – 1ª Edição* ganhou a *Redação Móvel*. Provido de ilha de edição e equipamento de gravação e transmissão ao vivo, o automóvel do *DFTV* parte em busca da notícia. Uma equipe de reportagem apura, edita e realiza *stand-ups* ao vivo, principalmente em bairros da periferia de cidades do Distrito Federal. A *Redação Móvel* se tornou um quadro fixo no telejornal. Investiga e denuncia os mais diversos problemas, como condições irregulares de espaços e serviços públicos, no intuito de cobrar soluções das autoridades responsáveis. Os repórteres Bernardo Menezes, Camila Guimarães, Kenzo Machida, Maria Fernanda, Márcia Witzak, Lívia Veiga e Flávia Marsola participaram do quadro².

Até mesmo no portal Memória Globo, as informações são sucintas, sem maiores explicações sobre quais são os objetivos do quadro. O portal G1 — www.g1.com.br — apenas menciona as datas e as descrições das reportagens levadas ao ar. Tentamos entrar em contato com uma das jornalistas responsáveis, Camila Guimarães, mas não obtivemos resposta sobre o questionário enviado por meio do correio eletrônico. O chefe de reportagem da TV Globo no DF, Iain Semple, também não respondeu ao correio eletrônico enviado³.

¹ ORGANIZAÇÕES GLOBO. **Memória Globo**. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/>>. Acesso em: mai. 2016.

² ORGANIZAÇÕES GLOBO. **Memória Globo. DF Móvel**. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais-e-programas/dftv/dftv-df-movel.htm>>. Acesso em: mai. 2016

³ Cópia dos emails disponível nos Anexos desta dissertação.

Em uma observação inicial, percebi que a equipe vai até as comunidades e entrevista dois ou três moradores para ilustrar os problemas que acontecem no local, relativos à segurança pública, saúde, falta de professores nas escolas, atendimentos realizados pelo poder público, entre outros. Depois de colher as entrevistas, a reportagem é feita no mesmo “caminhão-ilha” que normalmente edita o material, enquanto a reportagem se prepara para entrevistar *in loco* os representantes das autoridades competentes sobre o tema, tais como a Polícia Militar (segurança pública), Secretaria de Saúde (problemas em hospitais), Secretaria de Educação (falta de professores), entre outras fontes.

Para procedermos a uma análise meticulosa do programa, optamos pela seleção de quatro programas com um tema em comum, o da segurança pública. Os programas foram levados ar em 2012, 2013, 2014 e 2015, um em cada ano, após a cobertura do quadro nas regiões administrativas de Santa Maria, Ceilândia, Taguatinga e Paranoá. Como o universo do quadro é muito diverso — já que o programa está no ar desde 2009, diariamente, de segunda a sexta-feira — a análise de quatro edições será mais factível e poderá nos oferecer uma amostragem do trabalho realizado pela Redação Móvel.

Como **Metodologia**, optei por realizar a Análise de Discurso francesa do quadro, propondo identificar como se dá a participação do cidadão. Quem fala, o quê fala? Qual o discurso dos jornalistas envolvidos na realização dessas reportagens? Eles conhecem bem as comunidades que visitam? Dão voz aos moradores para que falem sobre seus problemas? Procuram as autoridades competentes para responder sobre os problemas denunciados? Os problemas são solucionados?

Para abordar o tema, iremos delimitar um recorte de tempo na história do Jornalismo e das investigações científicas no campo da Comunicação. Para isso, iremos considerar os últimos trinta anos do século XX como de grande relevância para analisar o cenário de surgimento das teorias a serem desenvolvidas neste estudo.

Contexto histórico e social

O cidadão comum tem tido grande destaque nos meios de comunicação nos dias atuais. Programas inteiros são dedicados à sua participação, que geralmente está ligada a reclamações e reivindicações sobre algum tipo de direito. Até mesmo os programas de entretenimento usam e abusam da participação de pessoas que vão até o estúdio para

ganhar um teste de DNA ou um favor, conquistado após a exposição de suas lamúrias em rede nacional. A participação confere aos programas legitimidade e credibilidade junto ao público, chama a atenção, aproxima o telespectador, o ouvinte que está em casa, da realidade do outro. Também é uma válvula de escape para quem participa, que pode se fazer ouvido, ter um espaço para colocar sua voz, sua versão. Por essa razão, no **Capítulo 1** destacaremos a **Mídia, comunidade e prática jornalística**, detalhando a relação entre os meios de comunicação de massa e a participação dos cidadãos. Iremos investigar se a participação do público nos programas fortalece o ambiente democrático ou se ajuda a consolidar o *discurso adversário* contra o poder público.

Neste capítulo, ainda incluiremos a importância dos meios de comunicação na sociedade contemporânea. Desde o surgimento da imprensa, ainda no século XVI, seguida pela invenção do cinema (1895), do rádio (1912), da televisão (1920), e da World Wide Web (1993), as informações começaram a circular com mais rapidez por todo o mundo. Na primeira metade do século XX, além de notícias da 1ª e da 2ª Guerras Mundiais, os meios de comunicação de massa trouxeram até nós os produtos da *Cultura de Massa*, na definição do filósofo Umberto Eco, válida para indicar um preciso contexto histórico, aquele em que vivemos, no qual todos os fenômenos comunicacionais — desde as propostas para o divertimento evasivo até os apelos à interiorização — surgem dialeticamente conexos (ECO, 2011, p. 15-16). À época de seu surgimento, a indústria cultural ainda era vista como persuasão e entretenimento, preocupada em disseminar valores que confirmassem o interesse econômico e político de sistemas e governos (ADORNO; HORKHEIMER, 1947).

No **Capítulo 2**, nos deteremos sobre **A TV no Brasil**. O advento da televisão ocorre em 1950, quando da instalação da TV Tupi Difusora no estado de São Paulo, pertencente aos Diários de Emissoras Associados. Inicialmente, o modelo de televisão implantado no país seguiu os passos do rádio, com a criação de clubes e sociedades por assinatura.

Nesse período, o número pequeno de televisores no país não estimulava os investimentos no setor, que ainda era massivamente dominado pelo rádio. A principal emissora do Brasil, a Rádio Nacional, era pública e herdava o plano nacionalista e autoritário do governo de Getúlio Vargas (CAPPARELLI; LIMA, 2004, p. 64).

No capítulo, iremos abordar as diversas formas de financiamento e estruturas, além da produção de conteúdo da televisão, que, ao ser fundada no país, inicialmente seguiu os passos do rádio, praticamente transportando seus programas de sucesso para os canais à disposição na época. “Dessa forma, a televisão nasce no Brasil espelhada no rádio e caminha de forma muito vagarosa no intuito de tirar proveito da tipicidade de sua linguagem, buscando uma identidade própria” (CAPPARELLI; LIMA, 2004, p. 66).

Apesar dessas semelhanças, uma rápida análise do meio revela que a linguagem televisiva se diferencia da radiofônica de forma contundente. A imagem fala além do texto que chega pelas ondas do rádio. Se o cinema havia trazido a magia das imagens em movimento para as grandes telas e para o grande público, a televisão privatizaria o modo de ver. “Esta é a maneira como nós nos relacionamos com os aparelhos de enunciação audiovisual. Eles constituem para nós como um totem, onde toma forma a vida simbólica de nossa civilização. Assim a televisão toma para si a propriedade de ter um olhar civilizado sobre a sociedade moderna” (MACHADO, 1996, p. 238). Já afirmava Bourdieu (1997) sobre o papel da televisão na contemporaneidade.

A televisão se torna o árbitro do acesso à existência social e política. Suponhamos que hoje eu queira obter o direito à aposentadoria aos 50 anos. Há alguns anos, eu teria feito uma manifestação, teríamos carregado cartazes, teríamos desfilado, teríamos ido ao Ministério da Educação Nacional; hoje, é preciso contratar — eu mal exagero — um bom consultor em comunicação (BOURDIEU, 1997, p. 29).

As mudanças no telejornalismo também serão alvo de nosso exame. O surgimento de novas tecnologias a partir da década de 1970, com os computadores e mais tarde, nos anos 1990, com a internet, o uso dos meios de comunicação por parte da sociedade foi intensificado, e não somente as mídias tradicionais, como a televisão, o rádio e o jornal. Passaram também a fazer parte do cotidiano novas mídias e dentre elas as redes sociais como *Twitter*, *Whatsapp* e *Facebook*.

Essa realidade propiciou a intensificação do uso de uma nova esfera pública, conceito criado pelo filósofo Jürgen Habermas (2003). A possibilidade de uso dos canais de comunicação como espaço para atuação e interação do público subverte a ideia da

massa como amorfa, indistinta e incapaz de pensar por si só, trazendo um novo conceito e a participação do público a partir dessa nova esfera pública criada pela mídia.

Uma imprensa que se desenvolvia a partir da politização do público e cuja discussão ela apenas prolongava, continuou a ser por inteiro uma instituição deste mesmo público: ativa, como uma espécie de mediador e potencializador, não mais apenas um mero órgão de transporte de informações e ainda não um instrumento da cultura consumista (HABERMAS, 2003, p. 215-216).

No **Capítulo 3**, os procedimentos de **Metodologia** escolhidos serão detalhados dentro das propostas sobre a Análise de Discurso francesa de Orlandi (2007), Maingueneau (1997 e 2000) e dos pressupostos de Foucault (1996). Trabalharemos com os conceitos de formação discursiva, de campo discursivo, similares nos trabalhos de Maingueneau (1997 e 2000) e Bourdieu (2005), sobre os quais trataremos a seguir, além do destaque ao silenciamento e à ordem do discurso, a fim de que possamos encontrar os significados dentro do discurso.

Por fim, no **Capítulo 4**, procederemos à Análise de Discurso francesa desse exemplo de esfera pública criada pela mídia, ao investigarmos as **Formações discursivas presentes na Redação Móvel**. Pretendemos ainda verificar a seguinte hipótese: ao invés de promover a formação da cidadania, a reportagem do quadro realiza um discurso adversário, conceito cunhado por Campello de Souza (1988), sobre o qual discorreremos a seguir.

REFERENCIAL TEÓRICO

Investigo os sentidos construídos pela produção do quadro **Redação Móvel** da TV Globo a partir da Análise de Discurso francesa de quatro programas levados ao ar nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015. A partir da programação, pude descobrir, à luz das Teorias do Jornalismo, como é realizada a construção do discurso da TV Globo junto às comunidades do Distrito Federal.

Pretendo analisar quais são as principais fontes utilizadas pelos jornalistas, quais os temas mais recorrentes e quais questões são silenciadas. É minha intenção verificar se a programação está valorizando as ações da emissora e do quadro da TV, em detrimento do papel exercido pelas instituições públicas já existentes.

A pesquisa sobre as práticas jornalísticas está incluída no amplo campo da Comunicação, o qual comporta diversas modalidades, como os estudos sobre recepção, estudos culturais, sociológicos, cognitivos, profissionais, semióticos, entre outros. São inúmeras as possibilidades de avanço no saber científico ofertadas pelo campo. Todavia, devo ater-me às Teorias do Jornalismo com a intenção de levar adiante a proposição “porque as notícias são como são”, objeto de pesquisa de autores como Traquina (2012).

Utilizaremos ainda os estudos do professor Venício de Lima (2001), que já havia detectado um processo semelhante ao que pesquisamos, de relacionamento entre a mídia e a comunidade ocorrido no telejornalismo praticado pela TV Globo do Distrito Federal, entre 1996 e 1997. As notícias veiculadas naquela época mostravam como a cobertura jornalística atribuía às autoridades a responsabilidade pelos problemas descritos e enfrentados pelos moradores, realizando uma cobertura adversária “que colocava o governo na posição de incapaz, sem autoridade, impotente e incompetente (LIMA, 2001, p. 261)”.

O termo *cobertura adversária* ou *discurso adversário* foi cunhado primeiramente pela pesquisadora Maria do Carmo Campello de Souza no livro “Democratizando o Brasil” (1988). Segundo ela, a cobertura midiática realizada poderia influenciar numa avaliação negativa do sistema democrático, o chamado *system blame*.

Deve-se assinalar o papel exercido pelos meios de comunicação na formação da imagem pública do regime, sobretudo no que se refere à

acentuação de um aspecto sempre presente na cultura política do país — a desconfiança arraigada em relação à política e aos políticos — que pode reforçar a descrença sobre a própria estrutura de representação partidária-parlamentar (CAMPELLO DE SOUZA, 1988, p. 586-587).

Como referencial teórico, utilizaremos outrossim estudos sociológicos, como os de Pierre Bourdieu (2005), que pode dar uma dimensão mais abrangente sobre as disputas entre o campo jornalístico e o campo político. Segundo Bourdieu, os campos são estruturas invisíveis que possuem agentes, hierarquias e disputam espaço entre si. O autor cita como exemplo o campo jornalístico, que hoje estaria perdendo cada vez mais sua autonomia a partir do momento em que questões comerciais se tornam mais relevantes, como *rankings* de audiência.

Na mídia, uma crescente proporção de produtores culturais específicos está, de certo modo, num estado precário, por causa de contratos temporários e problemas assim. Naturalmente, essa precariedade implica uma forma de limitação e censura. (...) Então a precariedade do emprego é uma perda de liberdade, pela qual a censura e os efeitos das limitações econômicas podem mais facilmente surgir. Pode-se dizer o mesmo do Estado (BOURDIEU, 2005, p. 42-43).⁴

Para o autor, o campo jornalístico é muito heterogêneo e mesmo dentro dele, existem disputas, como o crescimento do jornalismo de TV, que retira espaço do jornalismo impresso, mas que, “no entanto, as questões de maior interesse público geralmente surgem primeiro nos jornais e depois migram para o telejornalismo” (BOURDIEU, 2005, p. 42).

Teorias do Jornalismo

O pesquisador Luiz Martins da Silva (2013) tem realizado diversos estudos com o propósito de investigar as mudanças nas práticas jornalísticas, bem como as implicações e

⁴ In the media, a growing proportion of the specific cultural producers are in a somewhat precarious state, on short-term contracts and soon. Naturally this precariousness implies a form of constraint and censorship. (...) So precarity of employment is a loss of liberty, through which censorship and the effect of economic constraints can more easily be expressed. One could say the same of the state. (Tradução livre)

escolhas realizadas a partir dos valores-notícia. Silva (2013, p. 12) publicou artigo em que classifica os desdobramentos do Jornalismo em: Protojornalismo, o jornalismo em sua fase inicial, com notícias de violência, fofoca, erotismo, esporte e passatempos; Jornalismo propriamente dito, aquele que procura ser reconhecido como reflexo da realidade, objetivo, que se atém aos fatos, e o Pós-jornalismo, que constitui, na hipótese de Silva, na fase atual das práticas jornalísticas, tentando agregar uma função cívica, libertária e emancipatória às notícias.

Neste novo paradigma, é preciso ir além dos fatos, é preciso recobri-los de contexto, de utilidade pública, transformando-se a função noticiosa numa espécie de serviço público. E embora sendo muito mais uma atividade privada que estatal, faz as vezes de um serviço público. E embora seja uma atividade de mercado, procura caracterizar-se como uma militância de terceiro setor, algo como: privado, porém público (SILVA, 2013, p. 13).

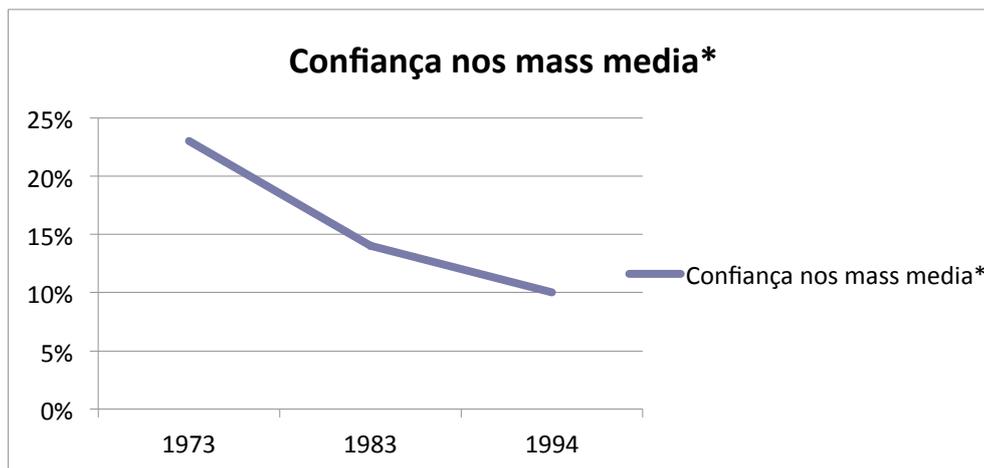
Os estudos de Luiz Martins da Silva estão de acordo com as propostas realizadas neste trabalho, na medida em que valorizam as interações do jornalismo com seu público dentro da esfera pública. Assim, a função do Pós-Jornalismo seria a de aprofundar o uso do espaço público gerado pela mídia em favor de um bem comum.

O jornalismo seria, então, mais que uma atividade técnica e econômica, seria o próprio coração do espaço público, nele exercendo uma centralidade dinâmica, centrípeta e centrífuga, ao prover, coletivamente, os elementos para juízos formadores de uma opinião pública e de uma sociedade auto-reflexiva e, conseqüentemente, auto-determinada (SILVA, 2013, p. 13).

A visão de que o jornalismo cria um espaço para tratar do interesse público esbarra em outras concepções sobre a atividade, que a compreendem como um agente autônomo com poderes para representar seu público e cobrar ações das autoridades públicas. Vertentes teóricas que apontam nessa direção foram estudadas ao longo da década de 1970 nos Estados Unidos e mais recentemente no Brasil, como postula o professor Traquina (2001), que ajudam a descrever o surgimento nos Estados Unidos do Jornalismo Público ou Jornalismo Cívico, que se consolidou a partir da crise na credibilidade do jornalismo naquele país (TRAQUINA, 2001, p. 173). Pesquisas empíricas mostraram que a maioria

das pessoas relacionava a grande mídia a uma dependência para com o poder, gerando uma queda na credibilidade dos meios de comunicação, como mostram os dados de 1995 de Fitzsimon e McGill:

Tabela 1 - Dados sobre confiança nos *mass media* de Fitzsimon; McGill (1995).



O jornalista Davis Merritt e o professor Jay Rosen, precursores do Jornalismo Cívico, apoiaram-se nesses estudos para postular que “o jornalismo poderia e deveria ter um papel no reforço da cidadania, melhorando o debate político e promovendo a vida pública” (ROSEN, 1994, apud TRAQUINA, 2001, p. 179).

No artigo “Public journalism aims to revitalize public life” (1995), a jornalista norte-americana Alexandra Marks dialoga com Rosen:

Jornalismo público é difícil de definir, uma vez que despertou uma tempestade na comunidade jornalística. Defensores esperam que ele possa ajudar a reviver a apática cidadania e reverter os 20 anos de declínio de leitores de impressos. Críticos alegam que ele irá contribuir para colocar em risco o papel de quarto poder do jornalismo. O projeto do professor Rosen define jornalismo público como “em geral, uma abordagem do jornalismo que tenta engajar os cidadãos na vida pública,

melhorar a discussão pública e reconectar jornalistas às comunidades a que eles servem (MARKS, 1995, p. 12).⁵

Dessa forma, para esses autores o jornalismo abandonaria seu papel tradicional de observador isento e assumiria o papel de “participante justo” (*fair-minded participant*), na tentativa de melhorar a qualidade de vida da comunidade, fortalecendo a relação entre a atividade jornalística e a democracia, e criando uma esfera pública midiática, como uma nova esfera pública instituída:

Reciprocamente, nós podemos ajudar a revitalizar a vida pública e restaurar a importância da nossa profissão, nos tornando participantes justos na vida pública, ao invés de apenas observadores desprendidos. (Participante justo não significa o envolvimento nos assuntos que cobrimos) (MERRIT, 1995, p. 116).⁶

As dificuldades surgidas desse modelo são a linha tênue entre o que seria envolver a comunidade e os cidadãos na solução dos problemas de interesse público e o que passa a ser atuação dos profissionais do jornalismo na cobrança por ações do poder público, como verdadeiros “cães de guarda” dos interesses da população. Essa relação foi objeto de estudo de Silvio Waisbord, no livro “Watchdog Journalism in South America: News, Accountability and Democracy” (2000), sobre como a imprensa norte-americana explora midiaticamente escândalos políticos e como essa prática se tornou comum em todo o mundo, inclusive na América do Sul.

É necessário examinar quem tem acesso, poder e habilidade para construir a definição da improbidade como um problema público. O fato de que a corrupção e a violação dos direitos humanos têm sido incontroláveis não é suficiente para explicar o porquê de a improbidade

⁵ Public journalism is still hard to define, yet it has set off a firestorm of controversy in the journalistic community. Advocates hope it will help revive an apathetic citizenry and reverse the 20-year decline in readership. Critics contend it will lead to pandering that could compromise journalism's fourth-estate role. Professor Rosen's project defines public journalism this way: "In general, it means an approach to journalism that tries to engage citizens in public life, improve public discussion, and reconnect journalists to the communities they serve. (Tradução livre)

⁶ Conversely, we can help revitalize public life and restore the core importance to our profession by becoming fair-minded participants in public life rather than detached observers. (Fair-minded participant does not mean wholesale involvement in the affairs we cover). Tradução Livre.

ter-se tornado o pão com manteiga dos escândalos da imprensa (WAISBORD, 2000, p. 95).⁷

Assim, o conceito de *wacthdog journalism* se relaciona à visão da mídia como quarto poder, segundo a qual a responsabilidade dos jornalistas e das empresas de comunicação na fiscalização das atividades do governo os transformam numa instituição paralela, com seus próprios poderes:

Como um poder paralelo aos três poderes que são a base da democracia: Executivo, Legislativo e Judiciário, os *mass media* atuam como um Quarto Poder, fiscalizatório dos demais. O conceito de imprensa livre como sentinela que guarda a democracia tem raízes profundas na história da evolução da proposta democrática que emerge nos séculos XVII e XVIII, e reconhecemos sem ambiguidades que, apesar de diferentes tradições legais na Europa e nos Estados Unidos, este conceito deve constituir uma pedra angular em todas as nações (TRAQUINA, 2001, p. 187).

A constituição de um quarto poder, paralelo e competindo em importância com os demais, leva à próxima perspectiva: a constante tensão entre o campo político e o campo jornalístico. Na tentativa de conquistar credibilidade e legitimidade, além de reafirmar a noção de um trabalho neutro e imparcial, o campo jornalístico desafia outros campos “com agentes que ocupam posições definidas, que os compelem a tomar decisões, baseadas nas posições que esses agentes possuem dentro do próprio campo” (BOURDIEU, 2005).

Essa teoria, defendida a partir dos estudos de Pierre Bourdieu, vem sendo largamente utilizada por Guazina (2013), que a utiliza no artigo “Campos em disputa: jornalismo versus política na cobertura do Jornal Nacional sobre o Escândalo do Mensalão”, no qual analisa a disputa dos campos político e jornalístico no caso da Cobertura do Mensalão — compra de votos do Congresso por parte do governo Lula — descoberto pela imprensa em 2005.

⁷ It is necessary to examine who has access, power, and ability to shape the definition of wrongdoing as a public problem. The fact that corruption and human rights violations have been rampant is not sufficient to explain why official wrongdoing has become the bread-and-butter of press exposes. (Tradução livre)

Na análise, a autora destaca que ambos os campos dependem um do outro e se alimentam mutuamente: o campo político depende da mídia para fazer seu discurso chegar até o público e o campo jornalístico depende das fontes políticas, que alimentam seus noticiários.

Entendemos que se valores compartilhados no âmbito da cultura (como por exemplo, a desconfiança na política e nos políticos) podem nos mostrar as similaridades entre o jornalismo e a política, o conceito de campo nos permite entender as disputas, tensões e conflitos específicos entre ambos. Assim como está presente na cultura política dominante e na subcultura profissional, a desconfiança na política também se estabelece dinamicamente como forma de diferenciação entre o campo da política e o campo do jornalismo (GUAZINA, 2013, p. 7).

A disputa entre campos acaba por propiciar um cenário de desqualificação do discurso do campo político pelo campo jornalístico, “reforçando uma cultura política de desconfiança nos políticos e na política em si mesma” (CAMPELLO de SOUZA, 1988), enfraquecendo a noção de cidadania, que está ligada diretamente ao conceito de jornalismo comunitário ou comunicação comunitária, originada na luta pelo direito à comunicação e democratização dos meios de comunicação, que teve início ainda na época da ditadura no Brasil e que se prolonga até os dias atuais.

1. MÍDIA, COMUNIDADE E PRÁTICA JORNALÍSTICA

A mídia, tradução do inglês de *mass media*, compreende os meios de comunicação de massa que desde o início do século XX vêm, de forma organizada, produzindo e controlando a informação que é disponibilizada ao público.

Wolf (2003) destaca a definição de Denis McQuail (1983), que coloca os meios de comunicação como instituições que exercem uma atividade-chave de produção, reprodução e distribuição de conhecimentos, “que podem dar sentido ao mundo, moldam a nossa percepção e contribuem para o conhecimento do passado e para dar continuidade à nossa compreensão do presente” (McQUAIL, 1983 apud WOLF, 2003).

Silva (2011) entende que a mídia é o conjunto de suportes massivos de mensagens midiáticas. Já de acordo com Lima (2001), a mídia no Brasil, conhecida como “meios de comunicação” ou “veículos de comunicação”, pode ser classificada hoje como velha — televisão, rádio e jornais — e nova mídia, conectada pela internet — redes sociais, blogs, vlogs. A “nova mídia, portanto, altera algumas das características centrais da ‘antiga’ comunicação de massa: a unidirecionalidade e a massificação” (LIMA, 2001, p. 29).

1.1 Mídia e Democracia

Um dos pilares da democracia moderna, a liberdade de expressão, tem respaldo na Constituição Federal brasileira de 1988, que estabeleceu, em seu artigo 5º, incisos 4, 9 e 14, o livre acesso à liberdade do brasileiro em manifestar seu pensamento, expressar-se e receber informação sem censura⁸. A Declaração dos Direitos Humanos de 1948 também garante o direito à informação ao explicitar, em seu artigo 19, que

Todos têm o direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de expressar opiniões sem interferência e de buscar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e sem limitações de fronteiras.⁹

⁸ PALÁCIO DO PLANALTO. **Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em fev. 2016.

⁹ Resolução da Assembleia Geral da ONU 217 A (III), 10 de dezembro de 1948.

A Convenção Americana de Direitos Humanos, de 1969, em seu artigo 13, reafirma a Comunicação como um direito, quando determina que

Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Este direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha.¹⁰

Os presidentes Fernando Henrique Cardoso, em 1996, e Luiz Inácio Lula da Silva, em 2006, ratificaram a “Declaração de Chapultepec”¹¹, de 1994, que estabelece uma imprensa livre como uma condição fundamental para que as sociedades resolvam os seus conflitos, promovam o bem-estar e protejam a sua liberdade. “Não deve existir nenhuma lei ou ato de poder que restrinja a liberdade de expressão ou de imprensa, seja qual for o meio de comunicação”¹². Na carta de princípios, as liberdades de expressão e de imprensa são colocadas como dois conceitos distintos, como destaca Venício de Lima na publicação “Liberdade de expressão X Liberdade da imprensa” de 2012.

Lima ressalta que a tradução única para o português dos termos originais da língua inglesa *speech* (expressão), *print* (imprensa/máquina) e *the press* (a imprensa como instituição) gera distorção. Segundo ele, a falta de distinção dos termos leva à transferência do sujeito da liberdade de expressão do indivíduo para a sociedade, ou seja, para os jornais. Essa interpretação foi referendada pelo Supremo Tribunal Federal no acórdão que determinou a extinção da antiga Lei de Imprensa (Lei 5.250, de 1967) em 2009: “[...] ao estabelecer uma hierarquia entre as diferentes liberdades e deslocar o *locus* da liberdade do indivíduo para a imprensa” (LIMA, 2012, p. 30).

O conceito de liberdade de expressão é frequentemente utilizado pela mídia brasileira quando defende suas posições em prol de uma democracia livre e liberdade para opinar sobre o governo e o cenário político. A TV Globo, maior empresa de comunicação

¹⁰ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Comissão Interamericana de Direitos Humanos**. Disponível em:

<https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em jun. 2016.

¹¹ Documento adotado pela Conferência Hemisférica sobre Liberdade de Expressão realizada em Chapultepec, na cidade do México, em 11 de março de 1994.

¹² ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. **Declaração de Chapultepec**. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/declaracao-de-chapultepec>>. Acesso em 29 mar. 2014.

do país, menciona no documento “Missão e Valores da TV Globo no Vídeo”¹³, de 2009, o compromisso para que sejam garantidas “as liberdades de informação, criação artística e expressão em todas as suas formas e que não haja censura à notícia, à opinião, aos conteúdos da programação e nem à propaganda comercial”. Em outro documento intitulado “Princípios editoriais do Grupo Globo”, sem data de publicação, estão elencadas as regras de conduta que regem o fazer jornalístico da empresa. Nele, a emissora explica sua posição sobre a busca por um modelo isento de jornalismo, apartidário e livre da censura de governos:

Sem a democracia, a livre iniciativa e a liberdade de expressão, é impossível praticar o modelo de jornalismo de que trata este documento, e é imperioso defendê-lo de qualquer tentativa de controle estatal ou paraestatal. Os limites do jornalista e das empresas de comunicação são as leis do país, e a liberdade de informar nunca pode ser considerada excessiva. Esta postura vigilante gera incômodo, e muitas vezes acusações de partidarismos. Deve-se entender o incômodo, mas passar ao largo das acusações, porque o jornalismo não pode abdicar desse seu papel: não se trata de partidarismos, mas de esmiuçar toda e qualquer ação, de qualquer grupo, em especial de governos, capaz de ameaçar aqueles valores. Este é um imperativo do jornalismo do qual não se pode abrir mão.¹⁴

Entende-se a preocupação da emissora de TV Globo com a censura, pois em regimes fechados o controle dos meios de comunicação é monopolizado pelo Estado, prejudicando o direito da população à informação livre, o que dificulta a criação de um ambiente de transparência sobre as ações do governo. Porém, em democracias ocidentais, existe uma ampla divulgação das ações do governo, inclusive com a existência de emissoras de rádio e TV constituídas apenas para dar publicidade às ações dos três poderes. O Brasil, por exemplo, desde que consolidou suas instituições democráticas a partir do fim da ditadura em 1985, conta com emissoras de rádio e televisão do Poder

¹³ ORGANIZAÇÕES GLOBO. **Missão e Valores da TV Globo no Vídeo**. Disponível em: <http://estatico.redeglobo.globo.com/2013/06/03/Principios_e_Valores_da_TV_Globo_no_Video.pdf>. Acesso em fev. 2016.

¹⁴ ORGANIZAÇÕES GLOBO. **Princípios editoriais do Grupo Globo**. Disponível em: <<http://estatico.redeglobo.globo.com/2014/PRINCIPIOS-EDITORIAIS-DO-GRUPO-GLOBO.pdf>>. Acesso em fev. 2016.

Legislativo, como as rádios e TVs Câmara e Senado, além de emissoras do Poder Judiciário e do próprio Poder Executivo, este pela NBR. Além disso, encontramos aqui empresas de comunicação públicas, como a TV Brasil, a TV Cultura e emissoras comerciais, como a TV Globo, o SBT, a Band, entre outras.

No entanto, a cautela não justifica a confusão entre os conceitos de liberdade de expressão e de liberdade de imprensa. Lima (2012) cita o comentário do professor finlandês Kaarle Nordenstreng sobre as distorções criadas a partir de interpretação incorreta do artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O sujeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais não é uma instituição chamada a imprensa ou a mídia, mas um ser humano individual. [...] a frase liberdade de imprensa é enganosa na medida em que ela inclui uma ideia ilusória de que o privilégio dos direitos humanos é estendido à mídia, seus proprietários e seus gerentes, ao invés de ao povo, para expressar sua voz através da mídia (NORDENSTRENG, 2007 apud LIMA, 2012, p. 25).

De acordo com o autor, o conceito de liberdade de expressão, portanto, não abrange o direito dos meios de comunicação, como empresa, de se posicionar, mas diz respeito ao direito do cidadão de se manifestar, de opinar, e de ter acesso ao maior número de informações e de fontes diversificadas.

1.2 Mídia e Sociedade Civil

A luta da sociedade civil brasileira por uma fiscalização mais rigorosa das concessões de radiodifusão no país vem acontecendo desde a época da ditadura, quando a liberdade de expressão foi duramente constrangida. Convém ressaltar que a lei que regula a televisão no país é anterior ao golpe de 1964.

O Código Brasileiro de Telecomunicações, a Lei 4.117/1962¹⁵, foi promulgado pelo então presidente João Goulart e dispõe de 127 artigos, dentre eles o 6º, que especifica “o serviço de radiodifusão, destinado a ser recebido direta e livremente pelo público em geral, compreendendo radiodifusão sonora e televisão”, como parte do Sistema Nacional

¹⁵ PALÁCIO DO PLANALTO. **Código Brasileiro de Telecomunicações. Lei 4.117 de 20 de agosto de 1962.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4117.htm>. Acesso em mai. 2016.

de Telecomunicações. Naquela época, a tecnologia era bem distinta da atual e, mesmo tendo seu conteúdo didaticamente explicitado por meio de incisos e alíneas, a legislação colocava no mesmo patamar serviços de telefonia, correios e telégrafos, e da mesma forma tratava emissoras de rádio e TV.

A lei estabeleceu um sistema de concessão das outorgas, por parte do governo, que gerou desigualdades, como o domínio de poucas famílias e de políticos no setor de comunicação, resultando na concentração da mídia brasileira nas mãos de poucos, como expõe o artigo “Concentração dos meios de comunicação de massa e o desafio da democratização da mídia no Brasil”, publicado em março deste ano.

A seleção direta de um grupo restrito pelos sucessivos governos, por meio da política de outorgas e de mecanismos indiretos de regulação do setor (empréstimos, fiscalização, isenções etc.), imprime um perfil político discricionário à conformação do sistema brasileiro de comunicação, jamais rompido ou contrariado, embora com frequência venha a ser justificado a partir do discurso tecnocrático da adequação técnica eficiente (MARINONI, 2016, p. 15).

A conclusão do trabalho feito por Marinoni (2016), numa parceria entre o coletivo Intervenozes¹⁶ e a fundação alemã Friedrich Ebert Stiftung do Brasil, mostra a continuidade da concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucas famílias, como a Marinho (Rede Globo) e a Abravanel (SBT). Utilizando dados do próprio Ministério das Comunicações, o artigo mostra que o oligopólio ainda é um desafio a ser enfrentado pelo Estado brasileiro e sugere que mudanças no marco legal do setor sejam feitas urgentemente para garantir maior democratização dos meios de comunicação.

Tais aspectos alertam para a necessidade de atualização dessa legislação, o que vem sendo apontado pelo movimento pela democratização da comunicação há alguns anos e que culminou no Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática, capitaneado pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC (MARINONI, 2016, p. 21).

¹⁶ Coletivo de Comunicação que atua na defesa do Direito à Comunicação e pela democratização dos meios de comunicação.

Embora o artigo tenha sido publicado recentemente, não é de hoje que a reformulação das leis do setor de comunicações é defendida pelos movimentos sociais no Brasil. A sociedade civil brasileira sempre questionou a legislação e, a partir da redemocratização do país em 1985, muitos movimentos começaram a atuar pelo direito à comunicação e por uma regulação mais justa das emissoras de radiodifusão no Brasil.

Voltemos um pouco ao passado para observar que as deturpações geradas pelo controle desigual dos meios de comunicação começaram a se tornar foco de estudos nos países em desenvolvimento ainda na década de 1960, e culminaram na década de 1970 com a elaboração do relatório “Um Mundo, Muitas Vozes”, pela Unesco (a Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura). Conhecido como Relatório McBride, o trabalho demonstrou o funcionamento do fluxo de informação nos países e apontou para a relevância do papel da mídia na formação da cidadania e para a necessidade de os países elaborarem políticas públicas que garantissem o amplo acesso da população aos meios de comunicação.

O grupo foi formado em 1977 sob a liderança do prêmio Nobel da Paz, o irlandês Seán McBride, e contou com especialistas de 16 nacionalidades, entre os quais o escritor e jornalista colombiano Gabriel García Márquez. O relatório não teve o apoio dos EUA e do Reino Unido, que em protesto se retiraram da Unesco em 1984 e 1985, respectivamente, retornando anos depois.¹⁷

Após a elaboração do relatório, a sociedade civil encontrou nele uma ferramenta, com dados concretos, para ser utilizada na luta pela defesa do direito à comunicação. Aqui no Brasil uma das expressões de maior peso nesta luta, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), desde a década de 1990 reúne entidades, como a Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas Culturais (ABEPEC), a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP), a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO), a Associação das Rádios Públicas do Brasil

¹⁷ INTERVOZES – COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Caminhos para a luta pelo direito à comunicação no Brasil.** Como combater as ilegalidades no rádio e na TV. Outubro de 2015. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/arquivos/interman004cldcnb>>. Acesso em 12 mai. 2016.

(ARPUB), a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), entre outras entidades que lutam por uma legislação que privilegie a cidadania e que puna a concentração dos meios.

Em mais de vinte anos de existência, o Fórum fez história ao participar de lutas políticas como a concepção do conceito de radiodifusão comunitária, a regulamentação da radiodifusão, a reforma da Lei de Imprensa e a criação do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS). A entidade encabeçou uma campanha contra a aprovação da Emenda Constitucional que permitia a entrada de capital estrangeiro em empresas de comunicação e também publicou uma pesquisa referencial sobre a concentração da mídia no Brasil: Os Donos da Mídia.¹⁸

O estudo “Donos da Mídia” foi realizado pelo jornalista Daniel Herz e se trata de análise dos principais proprietários de empresas de comunicação no país. As conclusões foram compiladas num documento digital, mas que atualmente está fora da internet. Apenas encontramos referências a esse trabalho, realizado antes da morte do jornalista, em 2006. De acordo com artigo publicado pelo Instituto de Pesquisas em Comunicação (EPCOM) na revista Carta Capital em 2002, o estudo revelou uma rede de afiliadas que dava suporte às principais empresas da comunicação em escala nacional.

As seis redes privadas aglutinam 140 grupos afiliados, os principais de cada região, e abrangem um total de 667 veículos, entre emissoras de TV, rádio e jornais. Os grupos cabeças-de-rede, que geram a programação de televisão, buscam nos afiliados sustentação nas regiões e amplitude de presença no mercado. Em troca dão fôlego econômico e uma face institucional a projetos empresariais e políticos regionais.¹⁹

A mobilização da sociedade civil torna-se essencial para o desencadeamento do processo responsável pelas mudanças no cenário da comunicação no Brasil. As ações que o FNDC tem realizado já surtiram efeito e foi feita a proposição de um Marco Regulatório das Comunicações e da Campanha “Para Expressar a Liberdade”, com o objetivo de uma

¹⁸ FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO (FNDC). **Quem somos.** Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/forum/quem-somos/>>. Acesso em fev. 2016.

¹⁹ HERZ, Daniel; GORGEN, James; OSÓRIO, Pedro Luiz. **Quem são os donos.** Disponível em: <<http://www.danielherz.com.br/system/files/acervo/DANIEL/DonosCarta.pdf>>. Acesso em jun. 2016.

Lei da Mídia Democrática para o Brasil. O anteprojeto de lei de iniciativa popular ainda depende da coleta de 1,5 milhão de assinaturas para se tornar projeto de lei e começar sua tramitação no Congresso Nacional. O documento também vem para regulamentar vários artigos da Constituição Federal em relação ao direito à comunicação.

Já no primeiro artigo do projeto, a proposta modifica a nomenclatura do objeto da lei, antes tratado como “telecomunicação”, passaria a “comunicação social eletrônica”:

Artigo 2 – Para efeito desta lei, considera-se:

I. Comunicação social eletrônica: as atividades de telecomunicações ou de radiodifusão que possibilitam a entrega de programação audiovisual ou de rádio em qualquer plataforma, com as seguintes características:

- a) fluxo de sinais predominantemente no sentido da emissora, prestadora ou operadora para o usuário;
- b) conteúdo da programação não gerado pelo usuário;
- c) escolha do conteúdo das transmissões realizada pela prestadora do serviço, seja como grade de programação, seja como catálogo limitado de oferta de programação.

O anteprojeto de lei também impede o oligopólio e o monopólio das concessões no setor, dedicando o Capítulo 4 a esse tema:

Capítulo 4 - DOS MECANISMOS PARA IMPEDIR A CONCENTRAÇÃO, O MONOPÓLIO OU OLIGOPÓLIO

Artigo 14 – O mesmo grupo econômico não poderá controlar diretamente mais do que cinco emissoras no território nacional.

Artigo 15 – O mesmo grupo econômico não poderá ser contemplado com outorgas do mesmo tipo de serviço de comunicação social eletrônica que ocupem mais de 3% do espectro reservado àquele serviço na mesma localidade.

Artigo 16 – Uma prestadora não poderá obter outorga para explorar serviços de comunicação social eletrônica se já explorar outro serviço de comunicação social eletrônica na mesma localidade, se for empresa jornalística que publique jornal diário ou ainda se mantiver relações de controle com empresas nestas condições.

O anteprojeto de lei é fruto de um esforço das organizações da sociedade civil para mudar a realidade no setor de telecomunicações no país. O professor Murilo Ramos (2007)

lembra que a participação popular, por meio da sociedade civil, também é um tipo de alternativa democrática, fora do liberalismo político e do capitalismo econômico.

Negação acentuada pela exacerbação prática de um outro conceito essencial, o de sociedade civil, cuja polissemia, como aqui se tem tentado demonstrar, nos levou a misturá-lo indiscriminadamente com esfera pública, terceiro setor, sem nos darmos conta de que ele constitui com o Estado os conceitos essenciais sem os quais nossas análises político-econômicas e sócio-culturais podem perder totalmente o sentido (RAMOS, 2007, p. 39).

Diversas experiências anteriores mostram que a participação da sociedade sempre traz oxigênio à democracia. Os exemplos são muitos: desde os milhares de brasileiros que foram às ruas em 1984, no movimento das Diretas Já, até o movimento dos “caras-pintadas”, que na década de 1990 mobilizou os jovens contra as denúncias de corrupção por parte do então presidente Fernando Collor de Mello. Mais recentemente, ocorreram os protestos de junho de 2013, que pediam mais participação social nas instâncias de decisão do governo, sem depender da representatividade política e questionando até mesmo essa representatividade, também mostram o poder da sociedade civil organizada.

1.3 Mídia e Participação

A cientista política Carole Pateman, precursora dos estudos da Teoria Democrática Participativa, defende que, sem a participação popular, o sistema democrático clássico, baseado na noção de representado/cidadão que elege o representante/autoridade, não seria tão eficaz quanto um sistema no qual é efetiva a participação dos mesmos representados, que cobram por resultados e transparência nas ações desses representantes. “A participação é um fenômeno de interrelação entre indivíduos e estruturas de autoridades no interior das quais eles interagem” (PATEMAN, 1992, p. 137). Esse novo conceito modificou a visão dos estudos da Ciência Política sobre o peso que a variável participação teria na teoria das decisões políticas dali para frente.

De acordo com o professor Nico Carpentier (2012), numa democracia, o grau de participação pode oscilar de acordo com os diversos modelos vigentes, entre minimalista e maximalista, sendo que os modelos da nova esquerda e da democracia deliberacionista são os que mais equilibram a participação com a ideia de representante e representado. O

professor relembra Elster (ELSTER, 1998 apud CARPENTIER, 2012, p. 1) ao enfatizar que é no “processo de discussão entre cidadãos livres e em iguais condições, que a democracia deliberativa está situada”. Carpentier também evoca Habermas (“Between Facts and Norms”²⁰), a fim de reforçar a ideia segundo a qual, para atuar na esfera pública em condições de igualdade e racionalidade, é preciso fortalecer o papel das instituições na transformação da opinião pública em poder comunicativo.

No modelo *habermasiano* de democracia deliberativa, a participação é multidirecional por causa da forte ênfase no procedimento deliberativo (rito procedimental), e no papel que as instituições desempenham na transformação da opinião pública em poder comunicativo. Nesse modelo de duas vias da política deliberativa, a esfera pública se torna ‘um sistema de alarme com sensores que, embora não específicos, são sensíveis ao todo da sociedade’ (CARPENTIER, 2012, p. 168)²¹.

A Teoria da Ação Comunicativa, proposta por Habermas, parte do princípio de que os homens são capazes de ação, e com esse fim se utilizam da linguagem para se comunicar, buscando chegar a um entendimento. O filósofo deduz que a representação política de uma república democrática não pode estabelecer a separação entre representantes e representados, sendo fundamental o trabalho dos meios de comunicação para alcançar esse propósito.

A linguagem, do ponto de vista *habermasiano*, é concebida como elo de interação entre indivíduos como forma de garantir um processo democrático nas decisões coletivas, onde através de argumentos e contra-argumentos, livres de coerções, os sujeitos possam chegar a um consenso (IAROSINSKI, 2000, p. 14-15).

A teoria tem sido muito estudada por tratar o cidadão como ser ativo no processo de comunicação, não apenas como receptor passivo das decisões tomadas por representantes instituídos pelo poder do voto — presumidamente mais capacitados a

²⁰ “Entre fatos e normas” (1996).

²¹ In the Habermasian model of deliberative democracy, participation is multidirectional because of the strong emphasis on the procedural-deliberative, and on the role that institutions play in the transformation of public opinion into communicative power. In his two-track model of deliberative politics, the public sphere becomes a “warning system with sensors that, though unspecified, are sensitive throughout society”. (Tradução livre)

decidir por seus representados. O cidadão passa a atuar no novo contexto de participação, em que o poder do voto é expandido à própria sociedade, a qual tem a possibilidade de responder aos estímulos, transformando-se em uma sociedade interativa.

Como ressaltamos no início deste trabalho, a participação dos cidadãos na mídia aumentou de forma contundente nos dias atuais. Assim, iremos tratar de dois tipos de participação: a participação popular e a participação social. A primeira refere-se à participação de ouvintes/telespectadores nos meios de comunicação; a segunda, da participação de pessoas ao produzir conteúdo para os meios de comunicação, nas estruturas e processos que resultam na informação veiculada pelos meios.

O primeiro tipo tem como exemplo a programação das rádios nas cidades de pequeno e médio porte, que obtêm grande audiência baseando sua prática jornalística nos serviços de utilidade pública. Esch (1999) denomina essa programação “rádio social”. Segundo ele, esse tipo de jornalismo é realizado sempre por um comunicador que assume o comando do programa e muitas vezes tem seu nome atrelado a ele. É divulgado um número de telefone para incentivar a participação popular. Geralmente bem conhecido na localidade, esse comunicador recebe reclamações de moradores sobre as dificuldades da comunidade, desde falta de vagas em hospitais e escolas até bueiros e buracos nas ruas dos bairros.

Na maioria das vezes, esses programas se tornam campeões de audiência, porque mobilizam a vizinhança e cobram das autoridades soluções para os problemas da comunidade. Funcionam como uma espécie de “tribuna livre”, na qual todos podem participar ligando ou enviando suas reclamações e, por meio do rádio, encontram a resposta para os problemas do cotidiano. Em alguns casos, a emissora coloca à disposição dos ouvintes um carro, chamado de unidade móvel de jornalismo, com o qual um repórter percorre a cidade ouvindo e tentando solucionar as demandas da população.

Dessa forma, a programação radiofônica das emissoras AM ultrapassou o campo do entretenimento, da oferta de música e do recado amoroso e alcançou verdadeiramente o cotidiano de seus ouvintes, registrando seus problemas e angústias diante de uma realidade que se apresenta, quase sempre, marcada pela ausência de condições mínimas de bem-estar (ESCH, 1999, p. 72).

Esse tipo de programação, muito comum no Brasil, é fortalecido pela presença de representantes do poder público que se prontificam a dar as respostas, algumas vezes já sabendo da reclamação feita pelo ouvinte. Prefeitos, secretários de saúde e de educação, representantes das forças policiais e membros do judiciário local são convocados a dar explicações sobre este ou aquele problema. O modelo hoje é utilizado também pelas emissoras de TV, que criaram diversos programas baseados nessa participação popular, como citamos no início deste trabalho.

Todavia, muito antes de se tornar alvo de emissoras comerciais, a participação dos cidadãos na mídia tem sua gênese ligada à busca pelo reconhecimento de direitos civis ainda nas décadas de 1960 e 1970 durante a ditadura no Brasil (1964-1985). Na América Latina e em última instância no Brasil, esse tipo de participação emerge no interior da Igreja Católica e dos movimentos e organizações sociais, como lembra a pesquisadora Denise Cogo (2006):

O fim das ditaduras nos anos 80 na maioria dos países latino-americanos, a perda de espaço da chamada Igreja progressista ligada à teologia da libertação, as lutas sociais que culminaram com a institucionalização de projetos como o das rádios e televisões comunitárias no Brasil nos final dos anos 90 e a aceleração dos processos de segmentação e fragmentação tecnológica por conta da expansão da internet contribuíram para pluralizar o cenário comunicacional e midiático (COGO, 2006, p. 15).

Nos últimos 30 anos, a participação das pessoas das comunidades, não apenas nos programas, mas diretamente na produção de conteúdo e na linha editorial das rádios e televisões comunitárias, intensificou-se, e hoje o país conta com milhares de emissoras comunitárias que permitem dar voz a comunidades antes silenciadas. Porém, é importante destacar que muitas emissoras também foram aparelhadas por políticos e religiosos.

Nunes (2006) realizou um estudo sobre o comportamento de diversas rádios comunitárias do interior do Ceará. Segundo ela, muitas emissoras eram montadas pelos próprios políticos e, depois que eles conseguiam se eleger com sua ajuda, elas passavam para as mãos de outros donos, comerciantes locais ou de um chefe político comunitário, que continuasse propagando as ideias do político que a patrocinou.

Ao reproduzir a programação das emissoras comerciais, apresentar composição comunitária artificial e reunir associações comunitárias forjadas em sua maioria pela ação de cabos eleitorais, essas emissoras — indevidamente chamadas de comunitárias — apropriam-se do espaço comunitário e privatizam a dimensão pública do que seria um espaço coletivo de articulação, organização e conscientização política das comunidades que não dispõem de instrumentos de comunicação próprios (NUNES, 2006, p. 128).

Dessa forma, entender os verdadeiros significados dos termos *comunidade* e *comunitário* é o que diferencia ações de aparelhamento político de verdadeiras iniciativas populares. Peruzzo (2007) realizou um mapeamento das principais emissoras de TV comunitária no Brasil e descobriu que a participação do cidadão nesses veículos se dá em todas as etapas, desde a produção até a transmissão e recepção dos conteúdos. É esse tipo de participação que iremos observar com mais detalhes a seguir.

Comunidade e Comunicação Comunitária

Na década de 1990, com o advento da internet e a intensificação da globalização, a comunidade e o comunitário não seriam mais referência de territorialidade, localização, mas se tornariam sinônimo de interesse comum, de busca pelos mesmos objetivos, como aponta Peruzzo (2007). Segundo a autora, a comunidade não deve ser confundida com uma simples localidade. “Ela pressupõe participação ativa dos seus membros, caráter cooperativo, sentimento de pertencimento, compromisso, interação, compartilhamento de objetivos e outros laços em comum” (PERUZZO, 2007, p. 110).

A noção de jornalismo comunitário inclui muito mais do que a mídia comunitária. Advém da perspectiva de que a própria comunidade adquire habilidades para produzir e controlar seus meios de comunicação. Como vimos, as rádios comunitárias surgiram com tal proposta a partir das experiências de alto-falantes realizadas pelas Comunidades Eclesiais de Bases (CEB) da Igreja Católica, na década de 1970, na defesa dos direitos das comunidades à educação, à saúde e também à liberdade de expressão, no contexto da ditadura militar.

As CEB's empenharam-se nas reivindicações de interesse da população em geral e não apenas dos fiéis, dando origem às primeiras iniciativas de comunicação comunitária no Brasil.

Assim sejam os protagonistas da comunicação popular os próprios membros dos grupos populares, seja essa comunicação realizada por mediadores junto às classes dominadas, emissores receptores formam parte de um mesmo grupo que tem um projeto comum que vai ser realizado (COGO, 1998, p. 41).

A comunicação comunitária não se restringe ao veículo rádio, o qual, por ser de manutenção mais barata e maior alcance de audiência, sempre foi o preferido pelas comunidades, ao ponto de se chegar ao número de 8.244 em todo o Brasil²². Na década de 1990, algumas emissoras de televisão foram criadas com canais de TV a cabo, um espaço determinado pela Lei 8.977/1995²³ para a programação comunitária e local.

O conceito de comunicação comunitária origina-se não somente da noção de cidadania, mas retoma principalmente a proposição feita pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, assunto de que tratamos no início deste capítulo. O direito inerente ao ser humano à comunicação e à informação é garantido por leis tão fundamentais que a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1946 decidiu, em sua primeira Assembleia Geral, que “a liberdade de informação constitui um direito humano fundamental e (...) a pedra de toque de todas as liberdades a que se dedica a ONU”²⁴.

Uma das formas pelas quais as pessoas podem exercer a liberdade de expressão, seja em âmbito local ou global, é interferindo na tomada de decisões que dizem respeito a sua comunidade, cidade ou país, por direito ao amplo acesso aos meios de comunicação. A participação da comunidade no papel de produtora de conteúdo da programação e gestão dos canais de rádio e TV comunitárias permite maior pluralidade e diversidade, maior representatividade de determinada comunidade, como explica Peruzzo:

²² Dados do Ministério das Comunicações de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/DSCOM/view/Informacoes.php>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

²³ PALÁCIO DO PLANALTO. **Lei 8.977 de 6 de janeiro de 1995**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8977.htm>. Acesso em: 30 jun. 2014.

²⁴ Assembleia Geral da ONU, Resolução 59 de 14 de dezembro de 1946.

Ao canal comunitário não basta ser local. Suas práticas de gestão e sua programação devem traduzir posturas de cunho coletivo, facilitar a participação ampliada do cidadão e das organizações que o representam em todos os níveis, assim como disponibilizar programas voltados para o desenvolvimento da educação, da cultura e da cidadania, sempre colocando o interesse público acima dos interesses particulares e de grupos (PERUZZO, 2007, p. 111).

Dessa forma, delimitar o conceito de comunicação ou jornalismo comunitário se fez necessário para compreender a diferença entre a participação social do cidadão de uma participação passiva, popular, em que as pessoas são acionadas pela reportagem apenas como personagens do processo de comunicação de interesse público.

1.4 Discurso adversário e desconfiança da mídia sobre o poder público

Por que modificar a programação para incluir os cidadãos no fazer jornalístico? O que está por trás das tentativas do jornalismo de algumas emissoras de rádio e televisão, a partir da década de 1990, para inserir o público de comunidades da periferia em sua programação? Será que essas iniciativas foram tomadas para dar oportunidade ao público de exercer sua liberdade de expressão ou de promover o direito à comunicação? Ou foram mudanças efetivadas com a intenção de aumentar a audiência de seus programas? Essa prática pode ser considerada jornalismo público ou jornalismo comunitário?

Para responder a essas questões, explicitarei o papel do discurso adversário, responsável pelo enfraquecimento da noção de cidadania e conseqüentemente pela desconfiança no poder público e ameaça ao campo político. A partir da criação de uma esfera pública pelos meios de comunicação, o campo jornalístico e o campo político ocupam diferentes polos.

No campo jornalístico, estão os programas e a fiscalização realizada por eles e seus jornalistas, na cobrança por melhor qualidade de vida das populações das comunidades. Os cidadãos participam dos programas, enviam suas reclamações e fazem suas denúncias, num tipo de “participação popular” orientada pelos jornalistas. Como essa participação é mediada, o discurso é dominado pelos jornalistas que o interpretam de acordo com seus

interesses, passando para o público telespectador informações por meio de um discurso adversário em relação às ações do poder público.

Para Lima (2001), esse tipo de programação não contribui para o fortalecimento da participação popular em instituições como associações de bairro e sindicatos, ou mesmo para incentivar a procura do cidadão pelo Estado para resolver problemas coletivos. Pelo contrário, sugere que essas instituições, que deveriam ser o caminho mais comum e conhecido de negociação para essas comunidades, são fracas e sem credibilidade.

Fica também clara a auto-atribuição ao telejornal e seus jornalistas de um papel permanente de fiscalizadores das ações do governo e das autoridades. O apresentador do DFTV se transforma, assim, numa espécie de “ouvidor-geral” e pede explicações em nome da “população”. Manifesta-se aqui, com clareza, uma contradição do jornalista que se considera ao mesmo tempo “profissional” e “representante do público” (LIMA, 2001, p. 265).

No lado oposto, no campo político, o poder público se posiciona com sua autoridade instituída, na figura dos ocupantes das cadeiras nas secretarias de saúde, educação, transporte, além da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, entre outras. A reação gerada pela percepção do público de que os representantes políticos não agem adequadamente causa desconfiança sobre a capacidade de o poder público solucionar problemas. Essa desconfiança poderia enfraquecer o entendimento do público de que sua atuação junto ao Estado pode ser de cooperação e não apenas de crítica e desqualificação. Assim, vemos duas posições: apatia, ou seja, a falta de interesse no campo da política, ou o confronto, a busca por mudanças no campo político, como manifestações e protestos.

O desinteresse se reflete em gráficos e tabelas construídos a partir da opinião de cidadãos sobre a desconfiança no poder público, que fornecem uma perspectiva limitada sobre o efeito e não se ocupam em entender o porquê ou as causas que levam a população a considerar, quase sempre, as instituições da sociedade como não dignas de sua confiança, e ao mesmo tempo elevar a um certo patamar outras instituições, como a Igreja e a mídia, como mostram por exemplo as pesquisas descritas no trabalho de Guazina (2014):

Dados consolidados a partir de pesquisas realizadas pela Confederação Nacional dos Transportes – CNT, em parceria com o Instituto Sensus

(CNT/Sensus) nos anos 2006, 2007 e 2008 sobre as instituições em que os brasileiros mais confiam, mostram a Igreja, as Forças Armadas e os Meios de Comunicação como as instituições nos primeiros lugares do ranking. Já a confiança no Governo Federal, por exemplo, girou em torno de 3,9% em 2006, 4,4% em 2008. O Congresso Nacional obteve sua avaliação mais alta em 2007, atingindo apenas 1,1% de aprovação (GUAZINA, 2014, p. 5).

Embora no campo do jornalismo a desconfiança no poder público tenha grande apelo para influenciar os discursos, no campo político Miguel (2014) considera a desconfiança nas instituições como um dos componentes da crise da representação política, pela qual as democracias modernas têm passado, ao lado do esvaziamento dos partidos políticos e do crescimento no número de abstenções nos processos eleitorais. Apesar de atentar para uma certa metodologia questionável das pesquisas de opinião, o autor considera como possível “postular uma confiança baixa nas instituições representativas, mesmo nos países em que o comparecimento às eleições permanece elevado” (MIGUEL, 2014, p. 100).

Para o autor, o aumento na desconfiança popular sobre o trabalho dos parlamentos e dos partidos não é efeito da alienação, da falta de compromisso com a democracia ou um resquício de valores autoritários, mas sim resultado da desilusão dos cidadãos com a atuação e os reais objetivos das instituições.

O descontentamento com o desempenho das instituições democráticas se alia a uma firme adesão aos princípios da democracia, que se funda na constatação sensata de que as instituições atualmente existentes privilegiam interesses especiais e concedem pouco espaço para a participação do cidadão comum, cuja influência na condução dos negócios públicos é quase nula. Em suma de que as promessas da democracia representativa não são realizadas (MIGUEL, 2014, p. 102).

Miguel postula que a instituição do voto eleitoral e da campanha política é parte de um processo que personaliza candidatos e políticos, e a desconfiança se daria a partir da atuação do mandato do representante, que acaba não preenchendo as aspirações do representado, como um fenômeno natural de desgaste do sistema eleitoral vigente na maior parte das democracias modernas.

A partir dessa perspectiva, noto que a questão da desconfiança nas instituições públicas e políticas, do ponto de vista do campo político, não se dá por uma influência midiática. A desconfiança advém do fato de que o sistema representativo está passando por uma crise, muito em decorrência de problemas gerados pelo próprio formato que possui. Dentre esses problemas, pode-se observar a desilusão dos representados ao ver que seus anseios não foram atendidos pelos seus representantes, bem como o aumento da distância entre os interesses das elites — que se colocam em um patamar exclusivo de domínio do poder, não permitindo alternância — e os do povo (MIGUEL, 2014, p. 102). Segundo este autor, tal cenário tende a piorar, pois as elites geralmente reproduzem os diversos segmentos da sociedade, com a representação maior de homens do que mulheres, falta de acesso de minorias, que possuem pouca ou nenhuma representação no sistema.

2. A TV NO BRASIL

Para ser dono de uma emissora de televisão no Brasil, nos dias de hoje, é preciso ter uma fonte de renda para manutenção do veículo, que tem um alto custo de produção e transmissão, e garantir uma programação de 24 horas no ar. Embora muitos conteúdos possam ser comprados, terceirizados de pequenas produtoras, o investimento necessário para manter um nível adequado ao padrão de tecnologia — atualmente o sistema digital — ainda é considerado alto para uma empresa comum.

Rompida a barreira da falta de recursos financeiros, o maior empecilho para se ter uma emissora no país certamente é a burocracia, pois não é apenas com dinheiro que se constrói um canal de televisão. É preciso também obter uma concessão de uso do espectro eletromagnético, que permitirá levar tudo o que foi produzido até 96,8% dos lares brasileiros proprietários de um aparelho de TV²⁵.

Tudo o que chega ao espectador por meio do rádio ou da televisão tem que passar pelo espectro eletromagnético, conjunto de frequências da radiação eletromagnética, que funciona como uma estrada por onde trafegam carros. Assim como a estrada, esse espaço é limitado. Para utilizá-lo, é preciso obter uma concessão pública dada pelo Estado. Segundo a lei, o espectro é um bem público administrado pela Anatel (Lei Geral de Telecomunicações, art. 157).²⁶

Nessa equação, a participação do Estado e da sociedade civil organizada é fundamental, pois era do Ministério das Comunicações — recentemente integrado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação por meio da Medida Provisória 726, de 12 de maio de 2016 — que saíam as outorgas e as concessões de rádio e TV no país, e é da sociedade que chegam as demandas por maior controle da programação veiculada pelas

²⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais - Uma análise das condições de vida da população brasileira**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009 do IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicociais2009/default_tab.shtm. Acesso em fev. 2016.

²⁶ INTERVOZES – COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Caminhos para a luta pelo direito à comunicação no Brasil**. Como combater as ilegalidades no rádio e na TV. Outubro de 2015. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/arquivos/interman004cldenb>>. Acesso em 12 mai. 2016.

emissoras, como campanhas de conscientização sobre como funciona e como deveria ser utilizado o espaço que temos para as emissoras no Brasil.

Como foi visto na introdução deste trabalho, o fenômeno da televisão chega ao Brasil no ano de 1950, com a inauguração da TV Tupi em São Paulo, a partir de um modelo norte-americano que já havia sido apropriado pelo rádio, como observam Capparelli e Lima (2004), Bucci (1997) e Rezende (2000). Apesar da extensa bibliografia sobre a história da televisão no Brasil, poucos autores investigaram como foi feita a regulamentação das concessões e o relacionamento entre os governos e os donos das empresas que obtiveram as primeiras outorgas. Esses pontos são fundamentais para avaliarmos as razões da concentração da mídia em poucas famílias e políticos até os dias de hoje.

Destaco aqui o trabalho de Capparelli e Lima no livro “Comunicação e televisão: desafio da pós-globalização” (2004), no qual revelam os meandros da concentração da TV no Brasil. Segundo eles, naquela época as concessões para explorar canais de televisão seguiam critérios nacionalistas e desenvolvimentistas, assim como em outros setores, como o automobilístico e o siderúrgico.

A – Preferência, na decisão presidencial, sobre quem deve receber a concessão, para o concorrente que apresente a mais alta taxa de uso de equipamento fabricado no país em sua emissora;

B – Preferência, no mesmo processo decisório, para o concorrente que prometa a mais alta percentagem de tempo dedicado a assuntos, autores e artistas brasileiros;

C – Proibição de contratos entre emissoras de TV e companhias estrangeiras;

D – Proibição da presença de entidades estrangeiras nas atividades administrativas da emissora;

E – Proibição de sócios, diretores e gerentes estrangeiros.

Por seguir tal modelo, a concentração acabou ocorrendo pela tradição e pelo poder econômico de que muitas das famílias gozavam e até hoje gozam. O governo também não facilitava o acesso às informações e ocultou os nomes dos verdadeiros acionistas das empresas durante décadas. Até 2003, o Ministério das Comunicações não declarava quais eram os donos das empresas, e somente após a entrada do então presidente Lula foi

publicada na internet uma lista com os nomes pelo Ministério das Comunicações (CAPPARELLI; LIMA. 2004, p. 28), não mais disponível no site do órgão. De acordo com outra fonte, a cartilha “Caminhos para a luta pelo direito à comunicação no Brasil - Como combater as ilegalidades no rádio e na TV”, elaborada pelo coletivo Intervozes em 2015, a lista de sócios e diretores de todas as emissoras de rádio e TV do Brasil está agora disponível no *site* da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para pesquisa. A título de visualização, organizei as três principais famílias mandatárias de emissoras de rádio e TV em esfera nacional, segundo a lista da Anatel:

Tabela 2 - Emissoras de Rádio e Televisão e respectivos sócios-diretores.

NACIONAIS	TVS	RÁDIOS
Marinho (Globo)	15	5
Saad (Band)	7	10
Abravanel (SBT)	5	-

Fonte: <http://sistemas.anatel.gov.br/siaccio/>

O quadro mostra como a concentração permanece até os dias de hoje e revela que a família Marinho (dos irmãos José Roberto, João Roberto e Roberto Irineu Marinho) possui 20 canais de rádio e TV distribuídos por todo o país, com concessões em Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Ijuí (RS), Recife (PE) e Salvador (BA). Essas três famílias são fortes definidoras de políticas públicas dos meios de comunicação, além de influenciarem no debate sobre a regulação da mídia no Brasil por meio da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT). É importante notar que a capilarização de emissoras como a TV Globo e o SBT se dá por meio de afiliadas espalhadas por todo o país, que com pequena autonomia de programação, praticamente repetem todo o conteúdo que vem das cabeças de rede.

A legislação que regula a radiodifusão no Brasil, o Código Brasileiro de Telecomunicações, data de 1962. Além de não prever modernizações e questões como a convergência dos meios, o conjunto de leis foi construído sob um viés do interesse empresarial, tanto que a criação da ABERT ocorreu em reação aos 52 vetos que o então presidente João Goulart aplicou ao projeto de lei. Na época, os empresários se mobilizaram e conseguiram a derrubada de todos os vetos durante sua votação pelo Congresso Nacional.

Atualmente, a ABERT conta com um corpo de associados, proprietários de emissoras de grande peso, e, como presidente, Daniel Slaviero, diretor-geral do SBT.

Lei da cabodifusão

Nos anos 1990, uma nova legislação foi criada e estabelecidas regras para que a entrada de empresas estrangeiras de TV a cabo ocorresse no Brasil, respeitando a produção de conteúdos nacionais. A Lei 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que regulamentou o serviço de cabodifusão no país, organizou o setor e ao mesmo tempo abriu espaço para a destinação de canais gratuitos para utilização pela comunidade. A mobilização do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) resultou na aprovação do substitutivo ao projeto de lei 2.120, de 1991, de autoria do deputado Tilden Santiago (PT-MG), para que fossem criados os canais de utilização gratuitos.

Mais uma vez a sociedade civil se organizou em torno da defesa do direito à comunicação e conseguiu incluir na legislação a previsão de um canal educativo-cultural, um canal universitário, três canais legislativos (Senado, Câmara e Assembleias estaduais), um canal para uso do Poder Judiciário, um canal para o Poder Executivo e um canal destinado ao uso comunitário, que poderia ser utilizado por organizações não governamentais e sem fins lucrativos.

Os canais de uso gratuito na televisão a cabo estão em funcionamento ou em fase de implantação em várias cidades brasileiras que recebem sinais a cabo. Representam um avanço no sentido da democratização dos meios de comunicação de massa no Brasil (governo e empresas de comunicação), parlamentares e entidades da sociedade civil, entre elas o FNDC (PERUZZO, 2007, p. 33-34).

Os canais foram distribuídos de forma obrigatória para atender à demanda da nova lei, porém o alto custo de manutenção de programação fez com que, na prática, muitos canais reproduzissem outros e até mesmo deixassem de apresentar qualquer tipo de informação por falta de condições tecnológicas e financeiras.

Apesar da lei ser de janeiro de 1995, só no segundo semestre de 1996 eles (canais) começaram a surgir. Tal ocorrência se explica pelo fato da lei ter, em certa medida, se antecipado às reais condições de utilização de um canal de televisão por parte das organizações sociais e comunitárias. Em outras palavras, as organizações do terceiro setor não estavam mobilizadas e nem preparadas para assumir de uma hora para outra a gestão e a operacionalização de um canal de televisão, nem tinham recursos financeiros para tanto (PERUZZO, 2007, p. 34).

Na prática, a ocupação desse espaço, uma vitória para a sociedade civil, se tornou um desafio, pois a superação das dificuldades iniciais de produção e gestão dos canais dependia da mobilização das comunidades em torno de seus interesses na luta pela democratização da comunicação.

2.1 Mudanças no Telejornalismo

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 96,8% dos brasileiros possuem uma TV em casa, enquanto 95,2% disseram possuir uma geladeira e 46,4% responderam ter uma máquina de lavar roupas. Desse total, pelo menos 98,6% estão ligados à TV Globo, de acordo com dados da pesquisa Mídia Dados Brasil 2015, feita pelo Grupo de Mídia de São Paulo (INTERVOZES, 2015). A pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, divulgada recentemente pelo Instituto Pró-Livro²⁷, traz em seus dados o número de leitores no país e suas preferências. Ao questionar os brasileiros sobre o que gostam de fazer no tempo livre, a primeira resposta foi ver TV (73%), seguida de ouvir música

²⁷ O Instituto Pró-Livro – IPL é uma associação de caráter privado e sem fins lucrativos mantida com recursos constituídos, principalmente, por contribuições de entidades do mercado editorial, com o objetivo principal de fomento à leitura e à difusão do livro. Disponível em: <<http://prolivro.org.br/home/>>. Acesso em ma. 2016.

(60%)²⁸, enquanto a leitura, foco da pesquisa, se acomodou no décimo lugar. Os números mostram como a TV está presente no lar de cada brasileiro e como o conteúdo que essa mídia divulga ajuda a construir a forma de pensar da sociedade brasileira. Essa ligação remonta à conexão dos seres humanos com as máquinas. Desde o surgimento das tecnologias, as máquinas despertam os mais diferentes tipos de emoção.

Existe um fetiche na relação atual dos homens com as máquinas. As pessoas se deliciam (ou até mesmo se viciam) apertando botões compulsivamente, enquanto observam os resultados em termos de movimentos mirabolantes numa tela de monitor e essa simples atividade já é suficiente para entretê-las (MACHADO, 1996, p. 14).

O homem não só transforma o seu meio por intermédio da inserção de novas tecnologias, como também é modificado por ele, em consequência direta de sua relação com essas novas ferramentas. O surgimento da TV modifica a sociedade brasileira de tal maneira que muitas etapas da história do Brasil foram retratadas em telenovelas, discutidas em programas de auditório e mais recentemente transmitidas ao vivo para todos por meio de canais do Legislativo e do Judiciário na votação do processo de impeachment da Presidente Dilma Roussef, por exemplo. “A produção da mídia está, portanto, intimamente imbricada em relações de poder e serve para reproduzir os interesses das forças sociais poderosas, promovendo a dominação ou dando aos indivíduos força para resistência e a luta” (KELLNER, 2001, p. 64).

Para Machado, a televisão no Brasil é alvo de muitas teorias e pesquisa, mas sempre tratada como um subproduto, por ser destinada às massas. Ele critica a opinião de que a produção televisiva “reflita” a sociedade, e destaca que a maior parte dos programas de baixa qualidade é importada de outros países, no caso brasileiro, principalmente dos Estados Unidos.

O que esse meio é ou deixa de ser não é, portanto, uma questão indiferente às nossas atitudes com relação a ele. Nesse sentido, muitos discursos sobre a televisão, às vezes me parecem um tanto estacionários ou conformistas, pois negligenciam o potencial transformador que está

²⁸ INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Letura no Brasil**. Disponível em: <http://prolivro.org.br/home/images/relatorios_boletins/3_ed_pesquisa_retratos_leitura_IPL.pdf>. Acesso em mai. 2016.

implícito nas posturas que nós assumimos com relação a ela; e “nós”, aqui, abrange todos os envolvidos no processo: produtores, consumidores, críticos, formadores, etc. (MACHADO, 2000, p. 14-13).

Machado (2000) destaca o processo de mediação que ocorre no telejornal, no qual “os eventos surgem, para nós, espectadores, mediados por meio dos repórteres”. Para ele, a mediação se torna uma questão central dentro do formato do telejornal, pois carrega consigo o peso das imagens, da música, do som, de todos os elementos audiovisuais que caracterizam o meio e dos quais é tirado proveito para atrair a audiência.

Houve um tempo em que um certo *cinema verité* acreditou poder deixar o evento falar por si mesmo, com as vozes que já o constituem e com as imagens que o já definem, sem intervenção explícita dos realizadores e com um mínimo de mediação. No telejornal, entretanto, só existem mediações; os próprios enunciados de repórteres e protagonistas aparecem como mediações inevitáveis e como condição *sine qua non* do relato telejornalístico (MACHADO, 2000, p. 102).

Culturalmente, politicamente, socialmente, a TV faz parte da vida do brasileiro, que não assiste aos fatos apenas como um mero telespectador, mas como um cidadão que participa do agir comunicativo, nos termos postulados por Habermas, conforme Gomes.

No Brasil, em que o jornalismo supostamente reproduziria o modelo de jornalismo independente estadunidense, pensar o jornalismo como instituição social requer colocar em causa a relação entre jornalismo e a noção *habermasiana* de esfera pública, com suas implicações sobre a noção de debate público e vigilância pública; a perspectiva liberal sobre o papel democrático da mídia; a noção de quarto poder, em que está implícita a autonomia da imprensa em relação ao governo, o direito à liberdade de expressão e o compromisso com o interesse público; o caráter público ou privado da empresa jornalística (GOMES, 2011, p. 20).

Embora o advento da televisão possa abranger um espectro amplo de exame, aqui irei ater-me às questões que tangem às mudanças no gênero televisivo do telejornalismo.

Do nosso ponto de vista, um dos principais desafios da investigação sobre o jornalismo contemporâneo é compreender como duas questões centrais do nosso século, a tecnologia digital e o multiculturalismo ou, se quisermos dizer de outro modo, os largos processos de globalização e os fluxos migratórios, interagem com o jornalismo e que implicações têm sobre o jornalismo enquanto uma atividade social, enquanto ideologia e enquanto campo profissional. Do ponto de vista dos valores que constituem o jornalismo como instituição social, é fundamental interrogar como se dá a conjunção entre jornalismo, sociedade e cultura, como essa conjunção interage com e reconfigura certos valores jornalísticos tomados como universais: interesse público, objetividade, atualidade, credibilidade, independência, legitimidade (GOMES, 2011, p. 22).

O telejornalismo passou por diversas mudanças a partir da década de 1990, com o surgimento da internet e da globalização. Para se adaptar aos novos tempos, o setor teve de passar por reformulações de formato e de conteúdo. A principal delas foi modificar sua linguagem visual para chamar mais atenção e dar mais agilidade às reportagens. Uma das ferramentas utilizadas foi a inclusão de imagens e participação de telespectadores nos conteúdos televisivos por meio de redes sociais como *Whatsapp*, *Facebook* e *Twitter*, com sugestões de pautas de interesse da população.

Ao mesmo tempo em que a convergência tecnológica implica uma reorganização do processo de produção jornalística, com consequências sobre o que costumamos chamar de cultura jornalística, as tecnologias digitais têm favorecido, senão o surgimento, a consolidação do jornalismo de tipo cidadão, com a proliferação dos recursos de interatividade, dos blogs, chats, do jornalismo *open source* e de sites de disponibilização de vídeos que tendem a reconfigurar os valores jornalísticos e a relação entre jornalismo e público. No caso específico do telejornalismo, verificamos, por exemplo, que cada vez mais as grandes emissoras têm utilizado imagens de amadores, em particular de filmes produzidos com telefones celulares – imagens, portanto, que não seguem quaisquer dos critérios profissionais de controle e verificação da informação – como modo justamente de ampliar a autenticidade e a veracidade dos programas telejornalísticos (GOMES, 2011, p. 23).

As mudanças no telejornalismo não ocorreram apenas por causa da internet, mas também por uma questão de identificação e localização. Ao tentar aproximar-se mais do público telespectador, os diversos núcleos de jornalismo das TVs passaram a criar os telejornais locais. Camila Guimarães identificou esse processo no telejornalismo da TV Globo e, em sua dissertação, realiza uma análise do telejornalismo praticado pela Globo no Distrito Federal. A jornalista percebeu, que internamente a emissora criou um setor especial para tratar da regionalização dos conteúdos, o que culminou na definição de programas com o viés local.

Com a implementação de um setor específico para atender as afiliadas: a CGAE — Central Globo de Afiliadas e Expansão, responsável por ampliar e repassar para as empresas repetidoras do sinal da Rede Globo todo o apoio e uma estrutura de programação, engenharia e jornalismo. No âmbito de produção regional, surgiram telejornais em todos os estados e no Distrito Federal: em Minas Gerais, o MGTV; no Rio de Janeiro, o RJTV; na Bahia, o BATV; no Distrito Federal, o DFTV, entre outros (GUIMARÃES, 2006. p. 7).

Guimarães afirma que a emissora decidiu partir para uma iniciativa de jornalismo comunitário, e que o termo comunitário vinha sendo amplamente utilizado pelas repetidoras da TV Globo na divulgação de seus telejornais para que, segundo ela, o público aceitasse imediatamente as notícias, numa demonstração de preocupação com a integração de sua audiência nos produtos jornalísticos da emissora.

A inserção regional de notícias, mais próxima da comunidade que vive numa determinada região, na programação televisiva também é, para empresários, comunicadores e executivos, um fator de sobrevivência das emissoras. A entrada de publicidade local nos intervalos dos telejornais locais garante um retorno financeiro significativo para os departamentos comerciais das empresas (GUIMARÃES, 2006, p. 9).

Guimarães concluiu que, apesar dessa nova perspectiva, o jornalismo praticado pela TV Globo não poderia ser considerado jornalismo comunitário e sim jornalismo local.

Os profissionais que trabalham e produzem o telejornal DFTV são membros da comunidade, da região, mas antes de tudo são funcionários contratados da empresa Rede Globo de Televisão. Atuam conforme as

regras e as normas impostas pela empresa, mas sofrem influência já que vivenciaram os mesmos problemas de toda a população da cidade. Os jornalistas podem sofrer também retaliações se usarem um discurso ou veicularem uma matéria contrária aos interesses da emissora, ainda que seja de interesse público (GUIMARÃES, 2006, p. 38).

A experiência se soma a diversas outras de telejornais locais, em afiliadas de outras emissoras, como SBT, Band e Record, e perdura até os dias de hoje. Na própria TV Globo, desde 1991 o Globo Comunidade apresenta um formato, segundo o site Memória Globo: “produzido por editorias locais, o Globo Comunidade presta jornalismo de serviço, abordando diversos assuntos de interesse comunitário”²⁹.

O telejornalismo local se tornou um trunfo que solucionou o problema da falta de audiência na década de 1990, mas também consolidou um modelo repetitivo que requereu inovação por meio da mobilidade. Não bastava mais que o cidadão estivesse se vendo nas notícias locais, mas a emissora teria de buscar essas notícias onde elas nasciam, ou seja, ir até os bairros e periferias à procura de informações. A criação da **Redação Móvel** atende a esse propósito, o de levar o jornalismo ao público fora da região central de Brasília, uma tentativa de “popularizar” o conteúdo do telejornalismo.

A Unidade Portátil de Produção de Jornalismo (UPJ), espécie de caminhão equipado com *link* para transmissões em longas distâncias, permitiu que as participações ao vivo se tornassem mais frequentes e que a equipe de jornalismo pudesse ampliar sua cobertura em tempo real, o que confere mais credibilidade e imediatismo ao telejornal.

Essa tecnologia, aliada ao movimento do telejornalismo de buscar a participação dos cidadãos, com debates sobre temas de interesse público, culminou na criação de iniciativas como a do **Redação Móvel**, que lhe rende tributo no nome. O Blog da **Redação Móvel**³⁰, uma das poucas ferramentas encontradas na internet contendo dados sobre o quadro, encontra-se defasado, com informações de 2011. No blog, os telespectadores são convidados a contatar a emissora e, nos programas, os próprios apresentadores convocam o

²⁹ ORGANIZAÇÕES GLOBO. **Memória Globo**. Telejornais e Programas. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais.htm>. Acesso em mai. 2016.

³⁰ BLOG DA REDAÇÃO MÓVEL. Disponível em: <<http://redacaomovel.wordpress.com/about/>>. Acesso em jan. 2015.

público a enviar suas reclamações. O blog também explica o projeto como um novo modelo de jornalismo proposto:

Há quase dois anos, os moradores do DF conhecem um novo modelo de jornalismo comunitário. A Redação Móvel, quadro do DFTV 1ª Edição da TV Globo, mostra o dia a dia da população e os problemas enfrentados pelos moradores de todas as regiões. Com a ajuda e participação direta da comunidade, cobramos soluções e fazemos as autoridades assumirem compromissos (BLOG DA REDAÇÃO MÓVEL. Acesso em fev. 2016).

A personificação nas reportagens é um modelo bastante utilizado na prática jornalística, como observa Mata (2011):

[...] a vítima figura como aquela que, à mesma maneira do discurso cristalizado pelo senso comum e do “drama clássico”, sofre com as situações, exige a restauração da ordem. É alguém que foi lesado, injustiçado, que cobra por providências das “autoridades competentes”. Ou ainda o personagem que dá seu testemunho de mazelas sofridas, para que sirvam de exemplo a telespectadores-vítimas potenciais ou produza na audiência um efeito catártico, cujo vínculo identitário se baseia na premissa do conhecido “podia ser eu, mas ainda bem que não foi” (MATA, 2011, p. 128).

Notei que uma das mudanças mais perceptíveis no telejornalismo atual, a participação do público via redes sociais, com sugestões, opiniões e imagens, não foi adotada pelo **Redação Móvel**, que apenas se comunica com o telespectador por correio eletrônico e por telefone, para sugestões de pautas (GUIMARÃES, 2006, p. 32).

2.2 TV Globo no Distrito Federal

O Distrito Federal possui uma área de 5.780 quilômetros quadrados, com uma população de cerca de 2,9 milhões de pessoas, de acordo com estimativas do IBGE para

2015³¹. Se fosse um município, o DF seria a quarta maior cidade do Brasil, depois de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador.

O Distrito Federal é um local peculiar e diferente por ser uma unidade da Federação dividida em regiões administrativas e não em municípios, como nos demais estados. Os dados do IBGE não levam em conta essa divisão. Dessa forma, a população de Brasília corresponde à soma dos moradores da primeira região administrativa (Brasília, que não ultrapassa 200 mil) aos habitantes das demais 30 regiões (Samambaia, Ceilândia, Águas Claras, Taguatinga, Santa Maria, entre outras)³².

Uma das principais regiões administrativas é Brasília, ou Plano Piloto, onde vivem cerca de 200 mil habitantes, o restante dos moradores se divide pelas demais cidades, sendo que Ceilândia conta com o maior número de pessoas, hoje com 600 mil habitantes, e possui a maior favela do Distrito Federal, o condomínio Sol Nascente³³.

Em relação às questões socioeconômicas, o Distrito Federal tem uma das maiores rendas *per capita* do país, por se tratar de um local onde há muitos funcionários públicos com altos salários. De acordo com o IBGE, o valor do rendimento nominal médio mensal dos residentes na zona urbana chega a R\$ 5.752,41. Para se ter uma base de comparação, na maior cidade brasileira, São Paulo, o rendimento médio é de R\$ 4.776,94 na mesma zona urbana.

Essas características colocam o Distrito Federal numa posição de extremos, pois de um lado possui uma população que recebe bons salários — em média R\$ 5.356,00 no setor público³⁴, de outro ainda enfrenta desafios como incluir socialmente trabalhadores de regiões mais pobres, como Ceilândia, Paranoá, Santa Maria, locais onde a renda domiciliar média da população não chega à metade da do Plano Piloto.

³¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Distrito Federal**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=530010&search=distrito-federal|brasilia|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: mai. 2016.

³² ANUÁRIO DO DF. **Radiografia do DF**. Demografia. Disponível em: <<http://www.anuariododf.com.br/radiografia-do-df/demografia/>>. Acesso em: mai. 2016.

³³ ANUÁRIO DO DF. **Ceilândia**. Disponível em: <<http://www.anuariododf.com.br/regioes-administrativas/ra-ix-ceilandia/>>. Acesso em: mai. 2016.

³⁴ ANUÁRIO DO DF. **Brasília**. Disponível em: <http://www.anuariododf.com.br/regioes-administrativas/ra-i-brasilia/>. Acesso em: mai 2016.

Com o objetivo de concentrar a pesquisa num recorte espaço-temporal, atendo-me à diversificação da programação da TV Globo no Distrito Federal e à alteração de algumas de suas práticas jornalísticas observadas a partir da década de 1990, quando da criação dos programas jornalísticos locais, como relembra Guimarães (2006).

A Globo obteve um canal em concessão outorgado pelo então presidente Juscelino Kubistchek, no Rio de Janeiro, a partir da Rádio Globo, na década de 1950. Desde sua inauguração, em 26 de abril de 1965, até os dias de hoje, o caminho trilhado pela rede de televisão a coloca como uma das mais poderosas do país, a qual, desde a década de 1970, assumia a posição de oligopólio na televisão aberta brasileira.

Registre-se ainda que a análise das diferentes formas de concentração da propriedade (horizontal, vertical, cruzada e “em cruz”) revela com nitidez a existência de um grupo brasileiro hegemônico no setor de comunicações: as Organizações Globo. Atravessando uma inédita situação de crise financeira e tendo desfeito alguns dos seus negócios na área de telecomunicações (...) mesmo assim, a Globo, que já era hegemônica antes dos processos nomeados como globalização, é o maior grupo de multimídia brasileiro, atuando nas áreas de rádio, jornais, revistas, televisão – aberta e por assinatura – livros, discos, vídeo e internet (CAPPARELLI; LIMA, 2004. p. 52-53).

A inauguração da TV Globo em 1965 fez parte de um novo momento da televisão no Brasil, visto que essa mídia ampliaria gradativamente seu alcance em território nacional. Antes, possuir um aparelho era caro e, por esse motivo, a programação era bastante elitista. Capparelli e Lima (2004) citam a criação do Código Brasileiro de Telecomunicações, o surgimento do videoteipe e a organização das emissoras em redes, mesmo que ainda precárias, como acontecimentos que permitiram a popularização da televisão a partir da década de 1960:

Em outras palavras, a consolidação das indústrias culturais nos anos 60 é resultante e resultado. Ela aparece como uma nova possibilidade de aplicação do capital — indústrias culturais — mas, ao mesmo tempo, serve de apoio para a indústria eletrônica, através da produção de televisores. Ela age como um pivô na ampliação do campo da

comunicação e, enquanto bem durável, alavanca o restante do mercado de bens duráveis, pela publicidade (CAPPARELLI; LIMA, 2004, p. 69).

A importância que a TV obtém junto aos anunciantes aumenta o interesse das empresas estrangeiras, que além da publicidade começam a implantar seus modelos nos telejornais nacionais. Um dos exemplos mais conhecidos de influência da publicidade na TV é o do Repórter Esso, de 1952, que “recebeu esse nome por ser produzido pela McCann Erickson, uma agência de publicidade responsável pela conta dos postos de combustíveis Esso. Uma época que se constatava certa subordinação aos interesses dos patrocinadores” (GUIMARÃES, 2006, p. 15).

É também emblemático o caso Globo/Time-Life³⁵, no qual a TV Globo recebeu apoio do grupo norte-americano de comunicação Time-Life para investimentos em um contrato de assistência administrativa e de programação com a emissora. Na época, o fato levou à abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional, pois a legislação brasileira não permitia a participação de capital estrangeiro nos meios de comunicação. A CPI concluiu que os acordos feriam o artigo 160 da Constituição e a comissão deu 90 dias para que a TV Globo pudesse regularizar sua situação. A emissora sempre negou a ingerência da empresa norte-americana, como mostra em seu arquivo Memória Globo, no item Acusações Falsas:

Em outubro de 1967, o consultor-geral da República Adroaldo Mesquita da Costa emitiu um parecer sobre o caso Globo/Time-Life. Ele considerou que não havia uma sociedade entre as duas empresas. A modalidade jurídica adotada não atribuía ao grupo norte-americano qualquer interferência na gestão da emissora e era legal na época da sua assinatura. Com o parecer, a situação da TV Globo ficou oficialmente legalizada. Mesmo assim, Roberto Marinho resolveu encerrar o contrato de assistência técnica com o Time-Life e ressarcir o grupo americano do dinheiro desembolsado. Através de empréstimos, tomados em bancos nacionais, e empenhando todos os seus bens pessoais, pôs fim ao acordo com o Time-Life em julho de 1971.

³⁵ ORGANIZAÇÕES GLOBO. **Memória Globo**. Acusações Falsas. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/acusacoes-falsas/caso-time-life.htm>>. Acesso em: mai. 2016.

A ilustração do caso demonstra como o setor era prolífico e aberto a incentivos e inovações, tanto em tecnologia quanto em conteúdo. Capparelli e Lima (2004) ressaltam que, no que tange à tecnologia, a implantação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) em 1969 permitiu à emissora carioca a criação de uma verdadeira rede de comunicação interligando São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, primeiro por micro-ondas, mais tarde via satélite. Naquele mesmo ano, a TV Globo já focava seus esforços na criação de um telejornal que representasse as mudanças pelas quais o país passava, como o projeto de integração nacional, propagado pelo regime militar de então:

Em setembro de 1969, foi transmitido o “Jornal Nacional”, primeiro telejornal em rede para o Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Brasília. O “Jornal Nacional” foi o primeiro telejornal a apresentar reportagens em cores, foi o primeiro a apresentar, ao vivo, reportagens internacionais e era transmitido às 19h45min. O “Jornal Nacional”, que tinha 15 minutos de duração, imediatamente passou a liderar a audiência entre os telejornais do horário nobre da TV Brasileira (GUIMARÃES, 2006, p. 17).

A rede implantada pela EMBRATEL permitiu ainda que, ao longo da década de 1970, a TV Globo desse início ao projeto conhecido como “padrão Globo de qualidade”, com a criação de uma rede nacional, na qual os programas deveriam respeitar sua grade horária, além de manter o mesmo modelo de jornalismo das praças mais importantes, que eram o Rio de Janeiro e São Paulo. Com esse paradigma, a TV Globo passou a expandir suas concessões com emissoras afiliadas e inaugurou, em 21 de abril de 1971, sua sede em Brasília. No começo, a equipe era formada por apenas nove pessoas: o diretor de jornalismo, o chefe de reportagem, um editor, um repórter, um cinegrafista, um produtor e um apresentador, como nos revela Guimarães (2006).

Com as bases tecnológicas em curso, a emissora partiu, então, para a regionalização do conteúdo. A partir da década de 1980, o telejornalismo da TV Globo lançou em suas praças os telejornais locais, como MGTV, SPTV e RJTV.

A estreia do *DFTV*, em janeiro de 1983, ocorreu junto com o lançamento de telejornais similares em São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais. A proposta era dar mais voz ao jornalismo local na programação da Globo, com matérias de serviço e comentários sobre os

fatos mais importantes do dia, conferindo maior identidade ao noticiário regional, até então incorporado aos telejornais da rede. O *DFTV* ia ao ar às 19h48³⁶.

Essas mudanças aconteceram não apenas na TV Globo, mas em outras emissoras, como o SBT, TV Record e Bandeirantes, que possuem telejornais locais até os dias de hoje. Porém, a adoção de uma linguagem mais coloquial, próxima do público, foi enfatizada pela TV Globo a partir da década de 1990, como uma tendência vinda do modelo americano “de constituir-se num discurso que, para falar ao máximo de pessoas, deve reduzir diferenças ao mínimo, exigindo o mínimo de esforço decodificador e chocando minimamente os preconceitos socioculturais das maiorias” (GUIMARÃES, 2006, p. 25).

Diante de tal cenário, a criação do quadro **Redação Móvel** resume uma das transformações mais recentes do telejornalismo brasileiro no intuito de se aproximar mais do público, de simplificar o vocabulário utilizado em seus textos e mobilizar sua equipe em busca de um contato mais direto com comunidades da periferia.

³⁶ ORGANIZAÇÕES GLOBO. **Memória Globo**. Telejornais e Programas. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais-e-programas/dftv/dftv-primeiros-anos.htm>>. Acesso em mai. 2016.

3. METODOLOGIA

A proposta metodológica escolhida para este trabalho é a Análise de Discurso francesa. Considero que essa opção se adequa ao objetivo da pesquisa qualitativa aqui proposta, que é realizar um estudo sobre a construção das notícias do programa **Redação Móvel**.

Passarei a leitura dos textos degravados de quatro programas com o tema da Segurança Pública, levados ao ar em diferentes períodos, nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015. Selecionei matérias realizadas pelo quadro **Redação Móvel** em quatro diferentes regiões administrativas do Distrito Federal (DF): Santa Maria, Ceilândia, Taguatinga e Paranoá. Essas regiões foram escolhidas por serem comunidades situadas em locais com diferentes características, dado que pode contribuir para uma visão mais ampla sobre a atuação do quadro no Distrito Federal.

Santa Maria fica situada na região sul do DF, próximo ao Gama e a Valparaíso de Goiás. Informações do Anuário do DF³⁷ dão conta de que a cidade, considerada no passado uma das mais violentas e de baixa renda, passa por um momento de expansão econômica. Ceilândia fica mais a oeste e é a comunidade do DF com maior densidade urbana: 600 mil habitantes, de acordo com o Anuário do DF³⁸. Taguatinga foi escolhida por se tratar da região administrativa mais antiga, fundada em 1958, sendo “reconhecida como cidade em 1970, a Região Administrativa III foi batizada de Vila Sarah Kubitschek, depois como Santa Cruz de Taguatinga e, por fim, Taguatinga”³⁹. O Paranoá, com uma composição populacional diferente das demais, é considerada a segunda maior zona rural do Distrito Federal pelo Anuário do DF.

Escolhi quatro matérias com a mesma temática, segurança pública, realizadas em 2012, 2013, 2014 e 2015. Esse tema foi escolhido, pois, a partir de uma breve análise do universo da pesquisa, verifiquei que a abordagem do assunto é recorrente no quadro.

³⁷ ANUÁRIO DO DF. **Santa Maria**. Disponível em: <<http://www.anuariododf.com.br/regioes-administrativas/ra-xiii-santa-maria/>>. Acesso em: jul. 2016.

³⁸ ANUÁRIO DO DF. **Regiões Administrativas**. Disponível em: <<http://www.anuariododf.com.br/regioes-administrativas/>>. Acesso em: jul. 2016.

³⁹ ANUÁRIO DO DF. **Taguatinga**. Disponível em: <<http://www.anuariododf.com.br/regioes-administrativas/ra-iii-taguatinga/>>. Acesso em jul. 2016.

Também foi escolhido o tema da segurança pública para aprofundar pesquisa anterior de Lima (2001), que já mostrava uma tendência generalizada do DFTV em enfatizar a cobertura ligada à violência:

Durante a “semana composta” analisada constatamos que em primeiro lugar está a violência (acidentes de trânsito, quatro matérias; assassinatos, uma matéria; assaltos, duas matérias; rebelião de presos, uma matéria; julgamento/júri, uma matéria; em segundo lugar está a prostituição [...] (LIMA, 2001, p. 260).

Ao delimitar como recorte a notícia de televisão ou o gênero televisivo do telejornalismo, optei por analisar sua estrutura e seu contexto histórico-social. A partir dessa perspectiva entendo, como Gomes, que:

A notícia é discurso e, como tal, um conjunto de convenções que ajudou a configurar o jornalismo como uma instituição socialmente reconhecida (...) Naturalmente, a notícia televisiva é um discurso que é estruturado pelos discursos mais amplos da televisão. A notícia, seja ela ouvida no rádio, lida nos jornais ou vista na televisão, ganha muito de sua configuração das características do próprio meio no qual ela aparece. Daí a importância de analisarmos as configurações da notícia como um gênero discursivo em relação às características que ela ganha quando elaborada para transmissão na televisão (GOMES, 2011, p. 24).

Trabalharei com os conceitos desenvolvidos por Maingueneau (1997 e 2000), Orlandi (1996 e 2007), além dos pressupostos de Foucault (1996) que são utilizados pela AD francesa.

A análise de conteúdo, como sabemos, procura extrair sentidos dos textos, respondendo à questão: o que este texto quer dizer? Diferentemente da análise de conteúdo, a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa? (ORLANDI, 2007, p. 17).

A AD francesa é utilizada neste trabalho como uma ferramenta de exame sobre o discurso do telejornalismo da TV Globo do Distrito Federal dentro do quadro **Redação**

Móvel. Como se trata de uma pesquisa do tipo qualitativo, por meio da análise metodológica, analisarei o discurso do jornalismo, sempre levando em consideração o contexto ideológico e histórico em que foi proferido.

Nesta perspectiva, não se trata de examinar um corpus como se tivesse sido produzido por um determinado sujeito, mas de considerar sua enunciação como o correlato de uma certa posição sócio-histórica na qual os enunciadores se revelam substituíveis. Assim, nem os textos tomados em sua singularidade, nem o corpus tipologicamente pouco marcados dizem respeito verdadeiramente à AD (MAINGUENEAU, 1997, p. 14).

Orlandi destaca que é preciso enxergar os textos além dos arranjos gramaticais que regem a norma culta, por isso trabalharei com a interpretação, que é a compreensão do discurso simbólico, observando qual o sentido daquilo que se quis dizer.

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por em movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2007, p. 15).

A AD foi escolhida como metodologia com o objetivo de extrair significados do texto elaborado pelo processo jornalístico, mesmo quando ele deixa de dizer algo. Orlandi (2007) já destacava o discurso como a prática da linguagem, do pensamento que é colocado em ação, como significado e trabalho simbólico do homem.

Interdiscursividade

Abordarei ainda a noção de interdiscursividade, a qual indica que um discurso não vem só, tem algo que o precede e que o sucede, como o discurso do jornalismo ou jornalístico, que possui muito do discurso literário, quando trata de crítica de livros, de crítica teatral. Outro exemplo seria a noção do jornalismo cidadão, da construção da notícia de interesse público, que viria do discurso de defesa do direito à liberdade de expressão. O interdiscurso utiliza-se da memória discursiva para tratar da atualidade, como postula Orlandi:

A memória por sua vez tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra (ORLANDI, 2007, p. 31).

Mainueneau trata da interdiscursividade em duas abordagens distintas: a *rede de formulações*, na qual a formação discursiva aparece “como um lugar de um trabalho no interdiscurso”, e com a noção de *campos discursivos*, que remete a um conjunto de enunciados que constitui um “arquivo de uma época”. O autor também pontua as limitações acerca do entendimento do conceito de interdiscurso, ao questionar as perspectivas que consideram o discurso como um “objeto isolado”, e aquelas que apresentam características únicas de grupos sociais apenas pelo contraste entre seus discursos (MAINGUENEAU, 1997, p. 113).

Michel Foucault trata do interdiscurso em sua obra “A Arqueologia do Saber” (1986), ao encontrar nos discursos o *campo de presença*, uma espécie de memória coletiva:

A configuração do campo enunciativo compreende, também, formas de coexistência. Estas delineiam, inicialmente, um *campo de presença* (isto é, todos os enunciados já formulados em alguma outra parte e que são retomados em um discurso a título de verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio fundado ou de pressuposto necessário, e também os que são criticados, discutidos e julgados, assim como os que são rejeitados ou excluídos); nesse campo de presença, as relações instauradas podem ser da ordem da verificação experimental, da validação lógica, da repetição pura e simples, da aceitação justificada pela tradição e pela autoridade, do comentário, da busca das significações ocultas, da análise do erro; essas relações podem ser explícitas (e, por vezes, formuladas em tipos de enunciados especializados: referências, discussões críticas) ou implícitas e introduzidas nos enunciados corretos (FOUCAULT, 1986, p. 64).

Nesse sentido, a AD francesa oferece condições necessárias para compreender as condições socio-históricas que possibilitaram a formulação das matérias em questão: os temas abordados, as fontes escolhidas, as personagens em destaque, auxiliando na compreensão da construção do discurso jornalístico em relação ao poder público, como proposto neste trabalho.

O discurso jornalístico

Sabe-se que o campo do jornalismo é formado por profissionais de comunicação que dominam os diversos gêneros jornalísticos, como a notícia, o artigo, a resenha, a fotolegenda. As rotinas de produção desses gêneros, ou *Newsmaking*, também são de domínio desse grupo de jornalistas nos processos de pauta, apuração, edição e revisão, como descritos por Silva (2009):

A produção das notícias depende de fatores profissionais organizacionais e institucionais, entre outros, ou seja, ela é influenciada pela cultura profissional, pela formação dos jornalistas, pelos constrangimentos impostos pela empresa ou organização à qual eles devem lealdade etc. Para amenizá-los existem uma série de procedimentos técnicos e rotinas produtivas incorporadas ao fazer jornalístico, além de ideais: objetividade, imparcialidade, moralidade, e eticidade (SILVA, 2009, p. 74).

Esses processos demarcam o *campo jornalístico* (BOURDIEU, 2005). Os jornalistas, ao se expressarem de maneira específica e diversa dos demais atores da sociedade, como advogados, médicos, políticos, se tornam agentes de um determinado campo, impondo respeito e hierarquia aos demais campos.

Para Bourdieu, o *campo jornalístico* luta para se manter como um campo poderoso, que influencia a opinião pública e detém relacionamento estreito com o da política, por exemplo. Quando um jornalista entrevista um candidato à presidente, ele não está entrevistando o indivíduo, ele está marcando sua posição no campo jornalístico com respeito e hierarquia relacionados ao campo político. São manobras de conservação de seu próprio campo jornalístico e transformação de poder sobre os demais.

Esse jornalismo, cada vez mais dominado por valores comerciais, está expandindo sua dominação sobre outros campos. Em outras palavras, o jornalismo tende a se fortalecer numa das zonas mais heterogêneas dos campos — científico, legal, filosófico, etc. Para ser mais sucinto, no campo filosófico, fortalece os “novos filósofos”, os filósofos da mídia. Valorizando o que tem mais valor para o público externo, (o campo do jornalismo) afeta as relações internas dentro do campo (filosófico) (BOURDIEU, 2005, p. 44).

Devo destacar que os especialistas do campo jornalístico, ou seja, os jornalistas, as empresas de televisão, são os responsáveis pela formulação de fatos da realidade, que são observados e transmitidos ao público por meio da notícia. É uma construção de palavras, edição, escolha de imagens e construção de significados, que vai além da linguagem gramatical. Há a influência de questões econômicas, questões éticas, diversas variáveis que atuam sobre o trabalho de um jornalista — como estar ligado a uma determinada linha editorial e ser pago por determinada emissora — indivíduo pertencente a seu campo possui mais condições de perceber claramente do que outros analistas de fora desse campo.

Maingueneau (2000) aborda a noção de *campo discursivo* análoga à formulada por Bourdieu (2005). Segundo ele, “o campo discursivo é definível como um conjunto de formulações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região” (MAINGUENEAU, 1997, p. 116). Além disso, Maingueneau a noção a reflexão sobre a noção de campo discursivo ao postular que este não é homogêneo, e que há sempre um dominante e um dominado, além de posições mais centrais ou periféricas. Entendo que os conceitos de campos propostos por Bourdieu e Maingueneau, no que se refere ao discurso, serão muito úteis na fase de exame do material de pesquisa.

Gênero televisivo do telejornalismo

Ao longo da exposição do objeto de estudo, percebi que ele possui diversas características especiais que o determinam como gênero televisivo do telejornalismo, conceito criado pela professora Itania Maria Mota Gomes (2011). A definição do produto da notícia de TV como *gênero televisivo* ou *gênero midiático* permitiu-me entender que se

trata de um modo de comunicação específico, que alia a linguagem textual, falada pelo repórter ou jornalista, às imagens que são geradas pelas câmeras.

O gênero é um modo de situar a audiência televisiva, em relação a um programa, em relação a um assunto nele tratado e em relação ao modo como o programa se destina ao seu público. No entanto, acreditamos que possamos avançar numa teoria dos gêneros e na avaliação de programas jornalísticos televisivos se adotarmos a concepção de gênero televisivo ou gênero midiático, concepção sustentada pela ênfase no processo comunicacional instaurado por uma determinada forma cultural (GOMES, 2011, p. 32).

Essa junção de tecnologia e linguagem determina o produto final do telejornalismo que é levado ao ar para os telespectadores. Isso implica em questões sobre como as imagens foram feitas, se possuem qualidade ou são de um arquivo. É preciso observar se foram enviadas por moradores ou são de circuito interno de TV. Mas também é importante examinar a construção do texto, como foi elaborado, se traz muitos adjetivos ou se é descritivo, se houve a realização de entrevistas, de apuração, ou se as informações foram enviadas por meio de *releases*.

Para além do textual, as imagens também podem indicar o discurso que está sendo colocado em prática. Irei analisar as sequências de imagens, edição, recursos utilizados pela equipe de reportagem para a construção das notícias.

O telejornalismo, como instituição social, não se configura somente a partir das possibilidades tecnológicas oferecidas, mas na conjunção das possibilidades tecnológicas com determinadas condições históricas, sociais, econômicas e culturais. Isso de modo algum significa conceber o jornalismo como cristalização, mas, bem ao contrário, afirmar seu caráter de processo histórico e cultural (GOMES, 2011, p. 19-20).

Miguel destaca que a mídia nas sociedades contemporâneas é o principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos (MIGUEL, 2001, p. 163). Nesse sentido, ela teria a responsabilidade de representar a pluralidade de vozes existentes na sociedade. Quero investigar se o jornalismo da **Redação Móvel** representa os cidadãos, se está de acordo com a promoção de uma democracia efetiva.

Formações discursivas da AD francesa

Segundo Orlandi (2007), as *formações discursivas* permitem compreender o processo de produção dos sentidos das palavras. Muitas vezes, o jornalista assume o lugar do senso comum, promovendo análises simplórias sobre uma situação complexa, tais como a segurança pública, quando não aborda o contexto sociopolítico de um fato que não pode ser tratado de forma isolada. O discurso do jornalismo por vezes pode ser a favor ou contra o poder público, por exemplo. O traço ideológico da fala do jornalista é sua posição, quando está contra determinado setor do poder público e a favor dos direitos dos cidadãos. “As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas tiram seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem” (ORLANDI, 2007, p. 43).

Maingueneau, por sua vez, ao abordar as formações discursivas, afirma que elas indicam “todo o sistema de regras que funda a unidade de um conjunto de enunciados sócio-historicamente circunscrito, como o discurso comunista, por exemplo” (MAINGUENEAU, 2000, p. 68-69). De acordo com ele, as formações discursivas se caracterizam por posições ideológicas determinadas.

Toda formação social, passível de se caracterizar por uma certa relação entre classes sociais, implica na existência de posições políticas e ideológicas, que não são o feito de indivíduos, mas que se organizam em *formações* que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação. Essas formações ideológicas incluem ‘uma ou várias *formações discursivas* interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito (...) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada’ (PÊCHEAUX et al. 1990, p. 102 apud MAINGUENEAU, 2000, p. 68).

O conceito de *papel* é também delineado por Maingueneau (2000), segundo o qual o jornalista encena a comunicação por meio da interação com o público. Saber quem está falando, como é identificado, o que fala, em que circunstâncias fala, para definir os papéis no discurso jornalístico.

Para os papéis que são desempenhados na interação, distinguimos os *papéis discursivos* propriamente ditos e os *papéis institucionais*, que são associados aos diversos gêneros de discurso. Enquanto os *papéis*

discursivos são ocasionais (conselheiro, pedinte, conciliador, agressor, etc.), os *papéis institucionais* são estáveis (pai de família, numa interação pai/filho, médico numa consulta, vendedor numa transação comercial, etc.) (MAINGUENEAU, 2000, p. 103).

Delimitar esse referencial de tipologia do discurso nos levará a entender melhor a interação jornalista/telespectador e jornalista/entrevistado, bem como os papéis que estão sendo encenados.

O não dito e os silêncios do discurso

Os pressupostos da AD francesa também exigem que o analista detenha-se sobre os silêncios existentes nos discursos. Os silêncios podem ser apreendidos naquilo que deixou de ser dito.

Para Orlandi, na AD francesa, o *não dizer* é um conceito-chave como o de *formações discursivas*, pois quando se escolhe dizer “x” e não “y”, cria-se uma relação de sentido em que a opção por uma palavra, implica na ausência de outra. Destaca ainda que o não dito pode ser interpretado como um silêncio, que é usado como uma pausa para que o sentido faça sentido (ORLANDI, 2007, p. 83). A autora vai além e distingue os silêncios em *silêncio constitutivo*, aquele em que uma palavra apaga a outra (quando digo “sem medo”, não digo “com coragem”), e o *silêncio local*, que é a censura, o que é não pode ser dito em determinada conjuntura:

Entre o dizer e o não-dizer desenrola-se todo um espaço de interpretação no qual o sujeito se move. É preciso dar visibilidade a esse espaço através da análise baseada nos conceitos discursivos e em seus procedimentos de análise (ORLANDI, 2000, p. 85).

A autora chama a atenção para que a análise do discurso não caia na tentação de interpretar tudo o que não foi dito como silêncio. Segundo ela, o analista deve relativizar e dar destaque ao que realmente teve importância dentro do contexto de significados de determinado corpus.

Ordem do discurso, exclusão e relação de forças

Por último, irei destacar a relação de forças e poderes presentes no discurso da **Redação Móvel**. Foucault (1996) chama a atenção para os discursos fechados, aqueles em que certos grupos detêm o controle e, por isso, apenas aqueles que preenchem certos requisitos podem entender seus discursos e procedimentos, a chamada *ordem do discurso*.

Ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala (FOUCAULT, 1996, p. 37).

Desse modo, a possibilidade de fechamento do discurso leva à exclusão, não apenas pelo que não foi dito, mas pelo que está sendo dito, mas que não é do conhecimento de todos. Foucault prossegue e alega que esse jogo de poder e desejo acontece pela grande valorização do conhecimento pelo mundo ocidental, o saber advindo da ciência e do conhecimento, que ligaria determinados indivíduos, mas que também pode diferenciá-los (FOUCAULT, 1996, p. 20). O discurso jornalístico não pode ser considerado como de caráter científico, entretanto não podemos esquecer que ele tem credibilidade junto à opinião pública e por vezes é encarado como a verdade absoluta sobre um fato.

Orlandi (2007) trata dessa exclusão ao revelar a hierarquia presente na condição de produção dos discursos. Segundo ela, o local de fala do sujeito na sociedade determina o significado de seu discurso.

[...] podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar de aluno. O padre fala de um lugar em que suas palavras têm uma autoridade determinada junto aos fiéis etc. Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder de diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação”. A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno (ORLANDI, 2007, p. 39-40).

Para Maingueneau, o discurso fechado implicaria na coincidência exata entre o conjunto de enunciadores (aqueles que elaboram discursos) e os co-enunciadores (leitores, público), ou seja, para se entender um texto científico, o conjunto de leitores também deve ser do mesmo campo científico (MAINGUENEAU, 2000, p. 67). Já no discurso aberto, haveria uma enorme diferença entre os enunciadores e os co-enunciadores, o que levaria à compreensão dos discursos de forma mais simples, como no caso de um texto de jornal, direcionado a diferentes públicos.

Para esta pesquisa, interessa-me a relação de forças e poder na construção do discurso, elementos que tomo por base para passar à análise dos programas na próxima etapa do trabalho.

4. AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS PRESENTES NA REDAÇÃO MÓVEL

Neste capítulo, passarei à Análise de Discurso francesa dos programas selecionados. Decidi agrupar as diversas formações discursivas presentes nos programas, a fim de criar uma unidade de análise entre eles. A íntegra da gravação dos programas poderá ser encontrada nos anexos desta dissertação, bem como um pequeno histórico de cada região administrativa e o resumo de cada reportagem fornecido pela emissora.

Antes de iniciar a AD propriamente dita, destaco alguns dados que podem ajudar a uma melhor compreensão do processo de construção das reportagens: número de entrevistados; sexo; circunstâncias em que foram feitas as entrevistas e possível identificação das fontes.

Tabela 3. Participação e identificação nos programas do quadro **Redação Móvel**

	Programa 1	Programa 2	Programa 3	Programa 4
Entrevistados	3 homens e 2 mulheres	2 homens e 2 mulheres	5 mulheres e um homem	2 homens e 3 mulheres
Identificação feita pela repórter	Dida (comerciante) Tenente-Coronel Gean Oliveira	Carlos e o Comandante da PM em Ceilândia	Valquíria, Carolina, Kátia e o Secretário de Segurança Pública	Segundo-Tenente da PM Saboia
Identificação feita pelos créditos	Não	Não	Não	Não
Entrevistado abordado na rua	Não	Sim (duas mulheres)	Sim (todas as mulheres)	Sim (todos os entrevistados)
Identificação possível do entrevistado	Comerciantes	Moradores	Moradores, transeuntes	Comerciantes, moradores, transeuntes
Não expõe o rosto	Frentista	-	-	-

Fonte: a autora

Como visto na tabela acima, a maioria dos entrevistados (homens e mulheres) apareceu com seus rostos nas imagens, mesmo se tratando de um tema polêmico. Machado

(2000) nos lembra que a identificação no telejornal foi introduzida na Segunda Guerra Mundial, como medida de segurança para evitar uma invasão ou captura de emissoras, entretanto o autor alerta que ela possui um papel diferenciado no telejornalismo atual:

Hoje a maioria dos telejornais, a notícia vem quase sempre personalizada, através de legendas que especificam quem fala, qual sua função no telejornal ou no evento (“Correspondente em Londres”, “Governador da Califórnia”, etc.) e às vezes também o lugar de onde se fala. Em geral, a identificação integral é reservada a personalidades e ao *staff* da própria emissora ou rede, enquanto gente do povo conta apenas com uma identificação genérica (“testemunha”, “parente da vítima”, “grevista”, “manifestante”, etc.) (MACHADO, 2000, p. 106)

As imagens também serão analisadas, pois auxiliam na construção do discurso jornalístico. Após a decupagem dos programas, um a um, foi analisada a gramática visual de acordo com os pressupostos de Machado (1996 e 2000) em conjunto com a análise das formações discursivas detectadas como as mais recorrentes e também como as mais relevantes presentes nas matérias selecionadas para o corpus da pesquisa, a saber: discurso do medo e da insegurança, discurso do prejuízo econômico, discurso da ação dos bandidos e o discurso da desconfiança do poder público. Como se tratam de localidades diferentes no DF, notamos a existência de algumas peculiaridades, as quais destacaremos no final deste capítulo. Ao mesmo tempo em que analisarei as formações discursivas, também irei tratar da análise visual das reportagens.

Discurso do medo e da insegurança

As reportagens aglutinam questões relativas ao medo e à insegurança, sentimentos esses expressos pela edição da fala dos entrevistados, tais como na reportagem em Santa Maria: “Moradores de Santa Maria estão assustados”; “Medo da violência”; “Todo mundo trabalha com medo”; e “Todos estão muito assustados”. Há o uso de imagens de câmeras de segurança, que dão dramaticidade aos atos de violência de bandidos contra frentistas:



Santa Maria: Cenas mostram assaltos ao posto em diferentes ocasiões



Santa Maria: repórter entrevista um dos frentistas que não quis se identificar

Todo o episódio dura 30 segundos, numa reportagem de 4 minutos e 24 segundos, ou seja, cerca de 10%. Em outras duas reportagens, também foram usadas imagens de câmeras de segurança para ilustrar o texto da repórter. Na reportagem de Taguatinga, sobre dados da criminalidade no DF, as imagens de um circuito interno de um prédio na 102 Sul, na Asa Sul, mostram o momento exato em que um ladrão aborda um rapaz e rouba sua bicicleta. São 16 segundos que prendem a atenção do telespectador e mostram um crime que não foi cometido em Taguatinga, e que já havia sido noticiado anteriormente pelo mesmo DFTV:

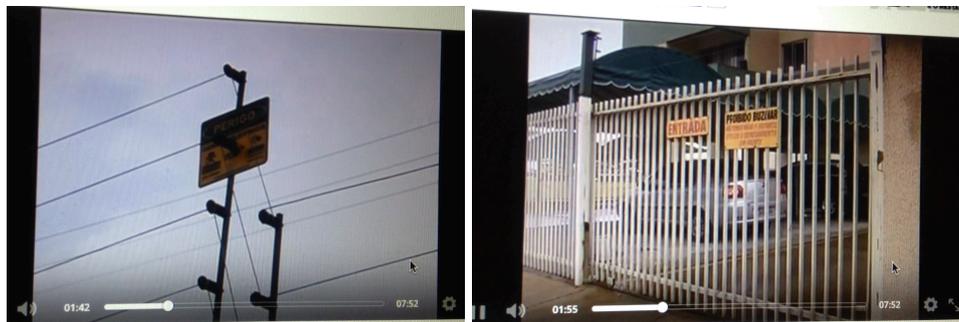


Taguatinga: reportagem utiliza imagem de circuito interno na quadra 102 Sul

Em Ceilândia, as falas de um dos entrevistados confirmam o discurso do medo e da insegurança:

Não tem segurança! Não temos mais paz aqui dentro! A gente vive trancado aqui dentro de casa, *né?!...* sem poder sair! E quando sai, é com medo!.

A parte visual reforça a informação sobre o sentimento de insegurança dos moradores. As imagens mostram grades e o sistema de segurança de um prédio na comunidade, onde o morador teve o carro arrombado dentro da garagem:



Close na imagem de uma cerca elétrica e nos portões do prédio em Ceilândia

Ainda em Ceilândia, um outro recurso utilizado foi o de imagens já gravadas e de um quadro comparativo, ao longo de um minuto e dezoito segundos, o que significa mais de 16% do total da reportagem. O uso de imagens de arquivo na composição da reportagem evoca um discurso já existente de violência no local, construído com imagens que fizeram sentido em um contexto anterior, e que agora, repetidas agregam informação em outro aspecto. Trata-se de uma ação policial onde há um cadáver (na foto circulado em vermelho):



Ceilândia: imagem de arquivo mostra corpo no chão



Ceilândia: mais imagens de arquivo utilizadas na reportagem

A gravação foi editada, mas mostra claramente uma pequena rua, com seus moradores e curiosos em volta de um corpo, observando o trabalho da polícia. Não temos informação visual ou textual na reportagem sobre se essas imagens foram realizadas em Ceilândia e em qual contexto, porém nota-se que as imagens são noturnas e, portanto, não fazem parte das gravações do Redação Móvel, que é feito no período da manhã, para ser levado ao ar na hora do almoço. Uma hipótese seria de que as imagens foram usadas para preencher o espaço de tempo, durante o qual a repórter fornece números sobre a criminalidade na região administrativa. Talvez porque a visita da **Redação Móvel** tenha sido feita na comunidade num dia chuvoso:



Ceilândia: imagem mostra a famosa caixa d'água da cidade ao fundo

Na reportagem sobre os dados da criminalidade no DF, que teve foco em Taguatinga, logo antes do videoteipe ser veiculado, o apresentador afirma que “foi fácil encontrar alguém que já foi vítima de violência”. A edição lançou mão de gráficos para ilustrar os números sobre a violência no Distrito Federal. A repórter chega a ressaltar que os números foram conseguidos pela equipe “com exclusividade” junto à Secretaria de

Segurança Pública e Paz Social do DF e narra sua experiência ao entrevistar cinco mulheres, todas vítimas de crimes, nas ruas da cidade. Ela também emite sua opinião no texto jornalístico: “Ter a bolsa, a carteira e o celular roubados, traz uma sensação de revolta, de medo e de falta de proteção”, disse, como se também tivesse sido vítima da violência.

Ao assumir essa postura, a repórter possivelmente acredita seguir um dos pressupostos do *jornalismo público* que detalhamos no início deste trabalho. Merrit (1995), um dos professores norte-americanos que cunharam o termo pela primeira vez, propõe que os jornalistas deveriam atuar como “participantes justos” (*fair-minded participants*), não apenas direcionando sua cobertura para o individualismo e questões privadas, mas trabalhando na valorização da participação dos cidadãos na vida pública. Traquina (2001) também defende essa visão, porém destaca suas críticas a ela:

Quando é que o “participante” se torna “ativista”? Estas dúvidas provocam as principais reservas em relação ao jornalismo cívico e certamente a maior controvérsia em relação a este movimento, o mais importante no jornalismo norte-americano nos últimos trinta anos (TRAQUINA, 2001, p. 179).

A atuação do profissional de jornalismo como “participante justo”, proposto por Merrit, pode ser encarada como uma espécie de “cobertura comunitária”, diferente do “jornalismo comunitário”. Peruzzo (2007) lembra-nos que uma das características de um veículo que se diga “comunitário” requer compromisso com o coletivo:

O compromisso com o bem-estar coletivo e com os direitos do cidadão, refletido no senso de igualdade, interesse em favorecer a participação e a justiça social que seus protagonistas carregam em comum, pode dar unidade ou identidade a um canal comunitário numa metrópole, desde que sua programação dê significativa visibilidade a tais princípios (PERUZZO, 2007, p. 111).

Como vimos anteriormente, a participação do cidadão nos programas de rádio e de TV tem sido mais frequentes a partir da década de 1990. Cogo ressalta que a apropriação dos *mass media* pelo conceito de comunitário, apenas pela participação do cidadão em seus diversos programas, não implica em polissemia (COGO, 2004, p. 41-56).

Silva (2002) destaca existir uma linha tênue entre a prática jornalística que busca a participação democrática do cidadão e a que se aproveita da “miséria social”.

Cada vez mais os meios de comunicação de massa interagem com seus públicos, dedicando-lhes atendimentos e encaminhamentos de soluções junto às autoridades públicas ou junto ao setor produtivo. [...] Algumas dessas programações até se insinuam como um refúgio dos pobres, injustiçados e desassistidos. Lamentavelmente, não constituem um genuíno serviço público, mas uma demonstração de quanto os veículos podem ser “sensíveis” às demandas sociais. Antes, tiram proveito da miséria social (SILVA, 2002, p. 53).

O uso de gráfico também esteve presente na reportagem do Paranoá. Quase um minuto (50 segundos) foi gasto com um gráfico para destacar os números da violência na cidade, cerca de 10% da matéria:



Paranoá: gráficos são utilizados para ilustrar números da violência

O quadro da Redação Móvel tem sempre o mesmo modelo de montagem; começa com o âncora chamando a repórter ao vivo na comunidade, depois ela mesma chama o videoteipe com a reportagem gravada e volta a entrar ao vivo para a entrevista com a autoridade do poder público, na sequência. A finalização é feita sempre com um comentário, seja do âncora ou de um especialista convidado, como veremos a seguir. As imagens gravadas sempre são intercaladas com entrevistas, gráficos e cenas de câmeras de segurança. Machado (2000) nos alerta que a prática diária do telejornal como uma “versão dos fatos”:

Ao embaralhar no fluxo televisual, os materiais originários de fontes diversas, o telejornal coloca em choque os diferentes enunciados e os relativiza ou os anula no mesmo momento em que lhes dá publicidade. [...] o fluxo telejornalístico inteiro não passa de outra coisa que uma sucessão de “versões” do mesmo acontecimento. A questão da verdade está, portanto, afastada do sistema significativo do telejornal, pois a rigor, não é com a verdade que ele trabalha, mas com a enunciação de cada porta-voz sobre os eventos (MACHADO, 2000, p. 111).

Nesta mesma reportagem, o discurso da insegurança surge logo no início da matéria com a manchete: “Paranoá está entre as cidades mais violentas do Brasil”. Importante destacar, porém, que a jornalista revela que a população da cidade não concorda com a sensação de violência que a matéria quer fazer crer. Segundo ela, os moradores ficaram surpresos ao serem informados, pela reportagem, sobre os altos índices de homicídios naquela comunidade. A reação do morador do Paranoá pode ser explicada por um dado estatístico: de acordo com Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, 2015, realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan)⁴⁰, 58,44% dos moradores do Paranoá, quase 60%, percebem que há policiamento regular em sua região administrativa, ou seja, possuem uma sensação maior de segurança.

Na sociologia, na psicologia e em diversos outros ramos do conhecimento o tema da segurança pública e da violência tem sido alvo de pesquisas. Na Universidade de São Paulo, o Núcleo de Estudos de Violência (NEV/USP) é referência no assunto. Segundo o coordenador do NEV/USP, Sérgio Adorno, o aumento da violência na sociedade brasileira contemporânea teria três possíveis explicações: mudanças na sociedade e nos padrões convencionais de delinquência e violência, devido a novas formas de acumulação de capital, mudanças nas formas de recrutamento dos trabalhadores e o deslocamento de pessoas entre as fronteiras dos países nos últimos 50 anos; desigualdade social, causada pela concentração de riquezas e precariedade da qualidade de vida nos bairros da periferia; e crise no sistema de justiça criminal, que leva à descrença dos cidadãos nas instituições de Justiça.

⁴⁰ COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD) 2015**. Percepção da população quanto ao policiamento regular segundo as Regiões Administrativas - Distrito Federal – 2015. P. 18. <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2015/Apresentacao_PDAD_Ceilandia_2015.pdf> Acesso em: jun. 2016.

O crime cresceu e mudou de qualidade; porém, o sistema de justiça permaneceu operando como o fazia há três ou quatro décadas. Em outras palavras, aumentou sobremodo o fosso entre a evolução da criminalidade e da violência e a capacidade do Estado de impor lei e ordem. Os sintomas mais visíveis desse cenário são as dificuldades e os desafios enfrentados pelo poder público em suas tarefas constitucionais de deter o monopólio estatal da violência, sintomas representados pela sucessão de motins e rebeliões nas prisões, pela ousadia no resgate de presos, pela existência de áreas das grandes cidades onde prevalecem as regras ditadas, por exemplo, pelo tráfico de drogas em detrimento da aplicação das leis (ADORNO, 2002, p. 7-8).

Além de não debater o problema, a reportagem da **Redação Móvel** ainda confunde o telespectador ao enfatizar a violência no Paranoá em detrimento de outras regiões como Ceilândia e Planaltina, locais com maior número de homicídios, de acordo com dados estatísticos da Secretaria de Segurança Pública e Paz Social do DF⁴¹. Além disso, a reportagem simplesmente ignora o fato de que os moradores possuem uma sensação maior de segurança do que aquele expresso na manchete.

As pesquisas sobre a percepção que as pessoas têm sobre o medo da violência possuem respaldo científico e também são realizadas regularmente pelo NEV/USP desde 1999:

O medo tem sido medido em estudos sobre vitimização a partir de duas perspectivas: medo de circular por áreas de uma cidade e o medo de ser vítima da violência. Este segundo, em geral, é medido através de questões sobre a percepção que o entrevistado tem da probabilidade de ser vítima de algum delito. Nos *surveys* o medo tem sido medido através de questões sobre a circulação sobre a cidade utilizando-se duas perguntas: uma sobre circular pelo bairro durante o dia e outra sobre sair à noite (CARDIA, 2012, p. 135)

⁴¹ SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E PAZ SOCIAL DO DF. **Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.ssp.df.gov.br/estatisticas/balanco-da-seguranca-publica/acompanhamento-mensal.html>>. Acesso em: jul. 2016.

Embora a reportagem da **Redação Móvel** procure fornecer dados que comprovem suas afirmações e seu discurso, têm-se que levar em consideração que a violência urbana não está ligada apenas a números. É um problema maior, uma questão a ser aprofundada e que não é discutida pelas matérias realizadas.

Discurso do prejuízo econômico

Encontrei nas matérias analisadas formações discursivas que destacam o prejuízo econômico das comunidades. Em duas reportagens, esse discurso é mais frequente, na de Santa Maria e na do Paranoá. Fica claro que a maior parte dos entrevistados é comerciante. Diversas frases demonstram que as reclamações sobre a falta de policiamento são todas dirigidas ao comércio e os exemplos mostrados são de lojas, postos de gasolina e padaria:

Tem comerciante que até fechou as portas em Santa Maria. Os ladrões quebraram a porta e levaram o computador e dinheiro do caixa! O prejuízo foi de R\$ 5.000,00.

Dessa forma, apesar de não estar explícito, podemos inferir pelo que é dito, que o cidadão presente na reportagem é o comerciante das duas comunidades:

A gente trabalha, não consegue repor o prejuízo, eles chegam, *quebra* a porta, *leva* o computador, *leva* tudo: mercadoria, dinheiro. O pessoal não quer mais trabalhar. Na comercial da Quadra 210, oito das onze lojas do bloco estão com as portas fechadas por causa da violência.

Essas frases transmitem a mensagem de que a falta de policiamento acarreta a perda de dinheiro para os comerciantes. Apesar do relato dos entrevistados, os dados da Secretaria de Segurança Pública do DF mostram que esses crimes — chamados de crimes contra o patrimônio — diminuíram de 271 (em 2014) para 141 (em 2015). Os números ainda agrupam os crimes registrados em comércios, casas lotéricas e postos de gasolina, de acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública e Paz Social do DF⁴².

⁴² SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E PAZ SOCIAL DO DF. **Acompanhamento Mensal**. Disponível em: <<http://www.ssp.df.gov.br/estatisticas/balanco-da-seguranca-publica/acompanhamento-mensal.html>>. Acesso em jun. 2016.

O discurso realizado pela reportagem pode levar a um entendimento superficial pelo público sobre o problema da falta de segurança em comunidades do DF. Adorno (2002) destaca que, nos últimos anos, a desigualdade social tem sido contestada como uma das causas da violência, porém, para o autor, no Brasil essa relação ainda deve ser levada em consideração:

A tese que sustentava relações de causalidade entre pobreza, delinquência e violência está hoje bastante contestada em inúmeros estudos. No entanto, não há como deixar de reconhecer relações entre a persistência, na sociedade brasileira, da concentração da riqueza, da concentração de precária qualidade de vida coletiva nos chamados bairros periféricos das grandes cidades e a explosão da violência fatal (ADORNO, 2002, p. 7-8).

Também por meio das imagens percebe-se a construção de sentidos que confirmam o prejuízo para a comunidade:

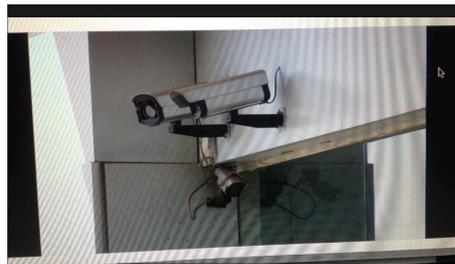


Santa Maria: repórter entrevista dona de padaria e cena do comércio de portas fechadas

A alegação de denúncia sobre o prejuízo do comerciante não é um apelo único promovido pela reportagem. Ele só impacta a audiência quando está associado ao trauma, ao medo e à insegurança. A junção desses sentimentos sensibiliza o telespectador contra o poder público que está sendo criticado, no caso, a Polícia Militar.

Discurso da ação dos bandidos

Ao longo das reportagens também encontramos descrições sobre a ação de bandidos: postos de gasolina, padaria e lojas são alvo dos criminosos. As imagens reforçam a ideia de que o aparato de segurança não inibe a ação dos criminosos:



Taguatinga: imagens de circuito de segurança de posto de gasolina

Na visita da **Redação Móvel** à Santa Maria, aparecem frases que reforçam a ação dos bandidos e a impunidade de que gozariam, tais como: “Os bandidos renderam a mulher dele com uma arma às 10 horas da manhã”, “Um posto de gasolina da cidade foi alvo dos bandidos três vezes em quatro dias”, “Três assaltos em menos de uma semana”, “Nem as câmeras de segurança afastam os bandidos”.

No que se refere a Ceilândia, um dos entrevistados é uma mulher que fala sobre a experiência de sua irmã, cujo celular foi furtado: “O ladrão passou e deu um tapa na orelha dela e levou o celular! E ela, com neném no colo, ia fazer o quê? Nada”. Uma terceira pessoa entrevistada também é uma mulher, que também confirma o discurso da reportagem: “Muito assalto. Muito roubo. Sabe?! Eu moro ali próximo ao Sol Nascente e a violência lá tá terrível!”.

Sentenças como essas são formadas por paráfrases — termos que possuem o mesmo significado mas são escritos de diferentes formas. Maingueneau (2000) chama de *reformulação* a tentativa dos enunciadores de substituir ou explicar termos já escritos num discurso: “Muitos entendem o domínio da reformulação aos fenômenos de correção, em que substituímos uma unidade por uma outra, supostamente mais apropriada” (MAINGUENEAU, 2000, p. 121-122).

As frases reformuladas enfatizam a quantidade de vezes em que um mesmo estabelecimento comercial foi atacado, em que uma mesma vítima foi alvo de criminosos. Para Orlando, a paráfrase é diferente da polissemia. Uma diz mais sobre os mesmos temas, a outra dá voz aos sujeitos do discurso, numa dualidade entre criatividade e produtividade:

O que vemos com mais frequência — por exemplo, se observarmos a mídia — é a produtividade e não a criatividade. As novelas obedecem, em geral, um estrito processo de produção, dominado pela “produtividade”: assistimos a “mesma” novela contada muitas e muitas

vezes, com algumas variações. Para haver criatividade é preciso um trabalho que ponha em conflito o já produzido e o que vai se instituir. Passagem do irrealizado ao possível, do não-sentido ao sentido (ORLANDI, 2007, p. 37-38).

É a reformulação de uma prática discursiva que tenta desqualificar a ação das forças de seguranças públicas. Essa avaliação se alia ao discurso da falta de policiais, de um poder público frágil e incompetente. De acordo com Lima:

(...) Ao estruturar (formatar) as notícias no sentido de opor os interesses e ações do “governo” e das “autoridades” aos interesses e ações da população e ao construir o telejornal e enquadrar as notícias atribuindo a responsabilidade pelos problemas do cotidiano ao “governo” e às “autoridades”, o *DF-TV* não se enquadraria também nesta tradição? (LIMA, 2001, p. 265).

Frases como “Poucos policiais em Ceilândia — cidade mais populosa do DF — e os números preocupam”, “Pelos informações da própria Secretaria de Segurança, a quantidade de policiais nas ruas não está acompanhando o crescimento da população em Ceilândia” e “Acredita-se que Ceilândia já tem em torno de 600 mil habitantes, e o contingente policial não mudou”, mostram dados do governo sobre o número de habitantes de Ceilândia e questionam a falta de proporção do crescimento da população, com o número de policiais destacados para o trabalho na região.

O debate sobre o número do contingente de policiais para fazer a segurança na cidade sobrepõe a discussão sobre o crescimento desordenado dos condomínios Sol Nascente e Pôr do Sol. Apesar de aparecerem algumas pistas sobre essa causa nas falas da repórter e do policial militar entrevistado, a discussão sobre o crescimento desordenado dos condomínios não é aprofundada pela reportagem, que insiste em pôr a culpa do aumento da violência no escasso número de policiais destacados para a região.

O cerne da questão seria discutir quais as dificuldades de planejamento urbano enfrentadas pelas comunidades do Sol Nascente e do Pôr do Sol que geram o aumento da violência. Ao ignorar esse debate, a reportagem da **Redação Móvel** desconsidera a memória sobre como outras áreas do próprio Distrito Federal foram povoadas, a partir da criação de condomínios irregulares e invasão de terrenos, que, somente depois de

habitados, receberam serviços públicos como água, luz, esgoto e pavimentação, necessários a uma boa qualidade de vida.

A repórter preferiu focar no que poderia ser considerado mais apelativo, como critério de noticiabilidade que rendesse mais audiência, o que Silva (2002) classificaria como uma disfuncionalidade do jornalismo de interesse público:

Deontologicamente, pode-se dizer que o interesse público é o valor fundante do papel da imprensa na vida pública. (...) Por vezes, contudo, o jornalismo incorre em disfunção (para com suas funções sociais e públicas), ao explorar sensacional e mercadologicamente o corpo e a intimidade das pessoas (pessoas privadas), sobretudo das celebridades (pessoas públicas). Emerge, desse modo, a distinção imprescindível entre *interesse público* e *interesse do público* (SILVA, 2002, p. 59).

No Paranoá, a repórter finaliza o texto também tentando desqualificar o poder público: “Eles dizem que eles veem isso diariamente — ou fazendo ronda ou naquela dupla Cosme e Damião —, mas não está sendo suficiente para segurar a onda de crimes!”.

Discurso de desconfiança do poder público - discurso adversário

Como vimos até agora, diversas formações discursivas se unem na construção de um *discurso adversário* sobre o poder público, presentes na construção jornalística em maior ou menor grau. Todavia, percebo uma predominância do discurso adversário em duas situações: 1) em sentenças afirmativas, como: “Foi fácil encontrar alguém que já foi vítima de violência”, “Quando a polícia sai, o ladrão volta!”, “A situação é um pouco mais grave do que o secretário está falando”, que transmitem ideias previamente concebidas; 2) quando há a participação do especialista em segurança pública, Daniel Lorenz, no estúdio do DFTV:



Participação do delegado da Polícia Federal na Redação Móvel, Daniel Lorenz

Lorenz é delegado da Polícia Federal e já foi secretário de Segurança Pública do DF, por três meses, na gestão do ex-governador Agnelo Queiroz (2011-2015). Saiu por desentendimentos com o ex-governador sobre uma greve de policiais civis.

Sua participação foi observada em dois programas analisados: Taguatinga e Paranoá. Ele tenta “explicar” ao telespectador, com dados quantitativos e comentários, a “situação real” da segurança pública no DF. O fato de sua participação ser ao final do videoteipe, da entrada ao vivo e da entrevista com a autoridade, demonstra um encerramento sempre alinhado ao pensamento da emissora de TV. Sua opinião segue a linha editorial do jornalismo da TV Globo, por isso ele tem o espaço para falar. Machado (2000) já alertava para a presença do comentarista na bancada do telejornal. Segundo ele, no modelo de telejornal “padrão”, não há espaço para o comentário opinativo, de tipo editorial, mas em outros modelos, mais personalizados, como o de telejornais de ancoragem mais agressiva e radical, o telejornal assume “a cara” do apresentador:

Nos casos mais fortemente personalizados, o apresentador não é somente um âncora, mas costuma acumular também os cargos de chefe de reportagem, diretor geral e produtor. O programa, na verdade, lhe pertence. Em casos como esse, o âncora não pode ser despedido pela empresa televisual, ao contrário de qualquer outro funcionário. Se acontece algum conflito com a rede que abriga o programa, o âncora simplesmente se muda para outra, levando consigo o programa inteiro, isto é, o nome, o formato, a equipe, os patrocinadores, possivelmente até os telespectadores (MACHADO, 2000, p. 107).

O tom professoral do especialista também torna o entendimento do discurso mais complexo por parte do público. Por se tratar de um texto em um telejornal, que deveria ter um discurso aberto de fácil entendimento por todos, o texto se torna fechado, já que possui um tom científico, o que gera credibilidade, mas não permite seu entendimento completo pelos telespectadores, como destaca Maingueneau:

De um lado, os discursos fechados para os quais tendem a coincidir (qualitativamente e quantitativamente) o conjunto de enunciadores e o conjunto de co-enunciadores (é o caso dos discursos científicos em que aqueles que leem são também pessoas que escrevem textos do mesmo

tipo). De outro lado, o dos discursos abertos, para os quais há uma enorme diferença qualitativa e quantitativa entre o conjunto dos enunciadores e o conjunto dos co-enunciadores (um jornal cotidiano é consumido por uma massa considerável de leitores que, quase sempre, são socialmente mais distanciados do pequeno grupo dos redatores) (MAINGUENEAU, 2000, p. 67).

Eis a transcrição de um trecho da fala do especialista na reportagem de Taguatinga:

Em 2014, nós tivemos nos seis primeiros meses, 80% dos números totais de 2013: 19.500 casos. E agora em 2014, nos seis primeiros meses, 15.600 casos. E não é só isso Fábio. Existe um dado do IBGE que aponta, que é algo que chamam como cifra negra, cifra obscura, mostrando que 50% das pessoas assaltadas e furtadas não registram ocorrência na delegacia, o que significa que os números trabalhados pela secretaria podem ser ainda maiores.

O dado fornecido pelo especialista lança dúvidas sobre as informações da Secretaria de Segurança Pública do DF e não permite réplica, pois, como observado anteriormente, a participação do especialista sempre ocorre no final.

Vale informar que, na época, a autoridade entrevistada sobre o aumento dos índices de criminalidade do DF era o secretário de Segurança Pública do DF, o Coronel da PM Paulo Roberto Batista de Oliveira. Na reportagem, ele assume o aumento nos crimes, cita os problemas enfrentados, mas garante que as forças policiais estão trabalhando para melhorar a situação:

Em 10 de janeiro eu fiz uma prestação de contas dos índices de criminalidade na cidade, eu já apontava as dificuldades que tínhamos para o ano de 2014, devido à redução dos efetivos policiais que trabalham diretamente na atividade fim.

Tal prática já havia sido denunciada por Lima:

Num dos comentários reproduzidos acima, o apresentador explicita que as autoridades só agem em resposta aquilo que o *DF-TV* mostra. Torna-se, portanto, clara a auto atribuição ao telejornal de um papel de definir (construir) a agenda de ação dos órgãos do governo local, assim como de

canalizador e intermediário entre as demandas da população e o governo (LIMA, 2001, p. 265).

O jornalista na bancada, Fábio William, na reportagem de Ceilândia, também desempenha o papel de comentarista, ao se dirigir às câmeras e ao telespectador e concluir, desqualificando a participação do representante da PM:

Nós entramos em contato com as autoridades policiais e informaram à nossa produção que o comandante teria condições de responder a essa pergunta. Pelo que ele falou, só o Comando Geral é que poderia responder.

O comentário resume o discurso da reportagem, de que não importa o que foi dito pela autoridade ou pelo poder público, o que prevalecerá é que o problema ficará sem solução. Para Machado (2000), este tipo de comentário opinativo tem dois aspectos na televisão: o primeiro é criar uma distinção no modelo de telejornal sobre quem colhe e apresenta as notícias, de quem as interpreta (analista, especialista); o segundo aspecto consiste na tentação de deixar transparecer apenas um lado.

Um telejornal opinativo pode ser, teoricamente, preferível, uma vez que pode exercer uma influência mais ativa junto à opinião pública e produzir mobilização real. [...] Mas não podemos esquecer das trágicas consequências desse tipo de jornalismo, sobretudo em conjunturas políticas mais fechadas como as ditaduras de direita ou de esquerda, quando a televisão foi utilizada por apresentadores comprometidos com os regimes vigentes [...] (como aconteceu na Romênia, em 1990, durante o governo de Ion Iliescu) (MACHADO, 2000, p. 109).

A Polícia Militar, uma das responsáveis pela segurança pública é a convidada pela **Redação Móvel** para participar do quadro. Em três programas, a autoridade era ligada diretamente à Polícia Militar, em uma era o secretário de Segurança Pública do DF. Para a reportagem da **Redação Móvel**, todos falharam ao dar explicações sobre os problemas de segurança pública nas diferentes regiões do DF, pois todos os encerramentos das matérias tiveram frases que desqualificaram o poder público. Por exemplo, em Taguatinga, quando o especialista Daniel Lorenz se despede dizendo: “A situação é um pouco mais grave do que o secretário está falando”.

Porém, destacamos a participação do Tenente Coronel Gean Oliveira, em Santa Maria, a única marcada por assertividade na fala e na citação de diversos números, usados para justificar que o policiamento em Santa Maria é eficaz. Ele afirma:

Nós entramos diariamente com cerca de oito, algumas vezes, com até dez viaturas. Dispomos ainda de quatro motos, que fazem o policiamento especializado. Em média, doze a dezesseis policiais trabalhando, principalmente, no comércio.

No momento da entrevista, ao lado do caminhão do **Redação Móvel**, existem quatro viaturas policiais estacionadas, o que corrobora com o discurso de defesa do poder público:



Santa Maria: representante da PM elenca ações contra violência

O Tenente Coronel sabe exatamente para quem está falando: o comerciante de Santa Maria. E seu recado é diretamente para eles:

Isso é o que eu friso constantemente com os policiais e também com os comerciantes, que estamos sempre juntos nos Conselhos de Segurança, ou seja, em consonância com o projeto do Comando Geral da Polícia.

A fala do policial militar denota conhecimento da reclamação e, por isso, ele consegue direcionar melhor suas justificativas:

Há uma previsão de aumento da efetividade do nosso policiamento. A ideia é abordar cada vez mais, ou seja, nós vamos incomodar um pouco mais a sociedade, mas vamos atrás de armas, vamos atrás de drogas,

vamos atrás daqueles (mandados) que talvez estejam pedidos pela Justiça. A ideia é abordar cada vez mais.

Ele ainda estabelece um diálogo de iguais para com a reportagem, mesmo quando esta tenta confrontá-lo com o *discurso adversário* ao poder público com frases do tipo:

Como você viu aí, os moradores de Santa Maria cobram mais policiamento na região, mas quando esse reforço vai chegar?

Essas falas não conseguem desestabilizá-lo e ele responde:

Aqui em Santa Maria, nós começamos isso ontem! Ontem nós lançamos o Plano — um pouco mais adiantado que o Comando Geral, mas, em todo o Distrito Federal vai ser lançado o Plano a partir de quinta-feira — amanhã.

Mesmo que esse argumento tenha sido apenas uma opção retórica, aproveitando o espaço na televisão, o chefe do policiamento de Santa Maria se coloca um dia à frente de qualquer tipo de reclamação que tenha sido feita. Para Lima (2001), o *discurso adversário* pode, às vezes, colocar as autoridades públicas como todas-poderosas. Numa inversão da relação de forças⁴³, quando o porta-voz do poder público consegue se desviar do *discurso adversário* e utilizar a esfera pública criada pela mídia a seu favor, ele também corre o risco de cair no populismo:

O *DF-TV* ajuda a transformar o governo e seus ocupantes em instituição e seres míticos, todo-poderosos. Essa metamorfose, além de ser equivocada, favorece o personalismo e a prática política populista, ao mesmo tempo em que exime outros atores políticos — inclusive a televisão — de qualquer responsabilidade na construção da realidade presente e de qualquer compromisso efetivo com a busca de soluções (LIMA, 2001, p. 266).

Embora tenha fornecido números negativos sobre a criminalidade do DF, também assertiva é a participação do secretário de Segurança Pública, Paulo Roberto, que confirma os dados, mas chama atenção para a reincidência de crimes praticados por pessoas já

⁴³ Relação de forças é a noção “de que o lugar do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar de aluno” (ORLANDI, 2007, p. 39).

detidas como uma das causas do problema, claramente um questionamento sobre a responsabilidade do Poder Judiciário, que devolve às ruas suspeitos de crimes, por falta de provas.

A taxa de reincidência é muito alta, nós temos pessoas presas duas, três vezes, no mesmo dia, por guarnições diferentes, em regiões administrativas diferentes no Distrito Federal. As pessoas saem, cometem novos crimes e isso tem impactado nos dados.

A questão também remonta à memória sobre o discurso da impunidade do menor infrator, discussão que ocupa as mídias por meses seguidos. Apesar de tocar no assunto, o secretário não aprofunda o debate sobre o menor, sobre o porquê desses crimes ficarem sem punição. Hoje existe uma grande discussão sobre o papel do menor em conflito com a lei na sociedade, que será melhor explicada no próximo item.

Na reportagem de Ceilândia, o policial militar responde aos questionamentos sobre a falta de policiais na região com dados sobre o crescimento desordenado da cidade:

Isso aí é uma política de pessoal institucional! Então, cabe às autoridades, dentro da Polícia Militar, verificar se é o caso ou não. Não podemos esquecer que a cidade de Ceilândia, de quinze anos *pra cá*, tem crescido, infelizmente, desordenadamente! De mais de dois anos *pra cá*, temos tentado, junto aos demais órgãos do governo fazer com que a comunidade não cresça dessa maneira.

Como foi notado anteriormente, o policial convidado pela **Redação Móvel** sugere que a solução da violência em Ceilândia é um problema maior, que diz respeito ao planejamento urbano da região. Seria o momento para ampliar a discussão, mas a emissora silencia sobre isso e não contribui em nada para a possibilidade de conscientizar o público. As reportagens são superficiais, repetitivas, inócuas do ponto de vista das mudanças políticas efetivas. De acordo com dados do Anuário do DF, o crescimento desordenado das regiões é tido como uma das principais causas da violência.

À medida que a densidade demográfica cresce acima da média nacional, também aumentam os casos de criminalidade. Na primeira década dos anos 2000, houve aumento no número de homicídios, sequestros-relâmpago e quatro tipos de roubo, mas uma redução drástica nos assaltos

a bancos e casas lotéricas. Ainda de acordo com especialistas, equívocos das gestões anteriores da Secretaria de Segurança em políticas públicas e aumento no número de usuários de crack são fatores que contribuem para o aumento dos crimes⁴⁴.

Por fim, identificamos que ainda há uma tentativa da reportagem de destacar seu papel de defensora dos direitos dos telespectadores:

A nossa Redação Móvel foi lá mostrar o problema. Nós já falamos sobre isso aqui. Os comerciantes reclamam aí da falta de segurança! Há uma previsão de reforço?

A auto referência surge ao longo do texto da reportagem, destacando a importância do trabalho feito pela equipe no quadro. Orlandi explicita que a relação de forças, a hierarquia, são formações imaginárias que criamos ao longo do tempo. A imagem que temos do papel da reportagem do **Redação Móvel**, vem da construção do que entendemos ser a emissora TV Globo, uma empresa brasileira que possui a maior audiência da televisão no país.

O padre fala de um lugar em que suas palavras têm uma autoridade determinada junto as fiéis etc. Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de forças, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação” (ORLANDI, 2007, p. 39-40).

A reportagem se antecipa em seu discurso. As pessoas que chamaram a equipe para ir até seu bairro, sua cidade, para reclamar do poder público, esperam ouvir o mesmo da reportagem, o que Orlandi chama de antecipação dos mecanismos de funcionamento de um discurso:

Pelo mecanismo da antecipação, também temos, por exemplo: a imagem que o dirigente sindical tem da imagem que os funcionários têm daquilo que ele vai dizer. E isto faz com que ele ajuste seu dizer a seus objetivos políticos, trabalhando esse jogo de imagens. Como em um jogo de

⁴⁴ ANUÁRIO DO DF. **Segurança**. <http://www.anuariodof.com.br/radiografia-do-df/seguranca/>
Acesso em: jul. de 2016.

xadrez, é melhor orador aquele que consegue antecipar o maior número de jogadas, ou seja, aquele que mobiliza melhor o jogo de imagens na constituição dos sujeitos (no caso, eleitores), esperando-os onde eles estão, com as palavras que eles “querem” (gostariam de, deveriam, etc.) ouvir (ORLANDI, 2007, p. 41-42).

O jornalista assume o papel de advogado, que por meio da **Redação Móvel**, solucionaria todos os problemas.

Interdiscursividade

Destacarei ainda a presença do interdiscurso na fala dos entrevistados e no texto jornalístico. O interdiscurso trata dos arquivos já ditos sobre um mesmo tema, da memória coletiva sobre determinado assunto de interesse geral.

O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada [...] a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento, suscitando, igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos (COURTINE, 1981, p. 24 apud MAINGUENEAU, 1997, p. 113).

Um dos pontos encontrados na reportagem da **Redação Móvel** é a tentativa de agendar o tema da maioria penal. Bem no início da transmissão ao vivo em Santa Maria, a repórter Luiza Doyle traz dados da Polícia Militar sobre delitos cometidos por menores de idade:

30% dos assaltos e arrombamentos no comércio são cometidos por menores de idade. E aí, eles logo voltam *pras* ruas e cometem, às vezes, os mesmos crimes nos mesmos lugares.

Essa avaliação é mencionada novamente na reportagem feita no Paranoá, quando o especialista em segurança pública, Daniel Lorenz, tece um comentário sobre os menores de idade, como uma das causas do aumento da criminalidade no Paranoá:

Há também o problema da impunidade: a gente sabe que quem pratica furto, os menores que praticam crimes em geral, eles não permanecem presos!

As duas reportagens trazem um dado importante: a tentativa da mídia de associar o aumento da criminalidade ao perfil do menor em conflito com a lei. Eis uma visão que o jornalismo brasileiro tem explorado bastante, principalmente por conta da discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/1993, de autoria do então deputado federal Benedito Domingos (PP-DF), alterando o artigo 228 da Constituição Federal e incluindo a imputabilidade penal do maior de dezesseis anos, que hoje é de dezoito anos. Atualmente, a proposta está em discussão no Senado Federal, parada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A discussão sobre o menor infrator não passa apenas por números de delitos praticados, mas por um aprofundamento sobre quem é o menor em conflito com a lei, quais são seus principais problemas. O Núcleo de Estudos sobre Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP) elaborou uma pesquisa: “O Adolescente na Criminalidade Urbana em São Paulo”, na qual descobriu o perfil do adolescente infrator naquela cidade e elencou possíveis causas e soluções para a questão.

Segundo a pesquisa, realizada entre 1996-1998, o perfil do menor infrator não se distancia do perfil do restante da população. Geralmente, o infrator jovem é o adolescente pobre. No entanto, há uma tendência que aponta o jovem infrator, também como jovem estudante, “o que pode estar sinalizando a participação de adolescentes das classes mais favorecidas nas infrações praticadas” (ADORNO, LIMA e BORDINI, 1999, p. 29). Na memória coletiva a figura do menor infrator ainda está ligada ao “trombadinha”, mas a pesquisa mostra que a realidade pode ser outra, pois o perfil do menor que comete delitos está migrando para a classe média.

A interdiscursividade também é percebida nas reportagens quando associam o tema da insegurança ao discurso da impunidade, de responsabilidade do Poder Judiciário. A própria Polícia Militar utiliza desse discurso para se defender das acusações da repórter:

Eu realizei a prisão: apreendi esse menor às onze horas da manhã, e quando foi às dezenove horas, no mesmo dia, esse menor já estava solto, rondando pela cidade e, provavelmente, querendo cometer novos crimes.

Segundo Maingueneau, o interdiscurso nasce dentro de discursos já existentes. “Dizer que a interdiscursividade é constitutiva é também dizer que um discurso não nasce, como geralmente é pretendido, de algum retorno às próprias coisas, ao bom senso, etc., mas de um trabalho sobre outros discursos” (MAINGUENEAU, 1997, p. 120).

O interdiscurso se forma a partir da memória que temos sobre o assunto: “prisão do menor”, “cometer novos crimes”, “quando a polícia sai, o ladrão volta!”. Frases que são repetidas ao longo de anos na mídia e que estamos acostumados a ouvir como verdades.

Machado (1999) realiza uma crítica ao trabalho de Nietzsche sobre a verdade, considerando que ele a entende como uma “vontade da verdade”, que seria “a crença que funda a ciência, de que nada é mais necessário do que o verdadeiro” (MACHADO, 1999, p. 75) e questiona se realmente a verdade seria necessária à sociedade, e quais seriam os desejos de quem a busca. Para Foucault a “vontade de verdade” seria uma construção social de determinado momento:

[...] o discurso verdadeiro pelo qual se tinha respeito e terror, aquele ao qual era preciso submeter-se, porque ele reinava, era o discurso pronunciado por quem de direito e conforme o ritual requerido; era o discurso que pronunciava a justiça e atribuía a cada qual a sua parte; era o discurso que profetizava o futuro, não somente anunciava o que ia passar, mas contribuía para sua realização [...]. Ora, eis que um século mais tarde, a verdade a mais elevada já não residia mais no que era o discurso, ou no que ele fazia, mas residia no que ele dizia: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado (FOUCAULT, 1996, p. 15).

Hoje a verdade dada pode ser a impunidade como equivalência do mau funcionamento do Poder Judiciário, mas no futuro, ela também pode ser que essa “verdade” seja relacionada a outras questões como a influência do poder econômico sobre o sistema judiciário.

Silêncios, o não dito e a ordem do discurso

Ao investigar a afirmação de que o Paranoá é uma das “100 cidades mais violentas do Brasil”, verifiquei que se trata de um dado incorreto, baseado no Mapa da Violência⁴⁵, mas que mostra um cruzamento de informações não oficiais. Ao fornecer os números de homicídios no Paranoá, por 100 mil habitantes, a repórter chega ao índice de 67, o que colocaria a comunidade entre as 100 mais violentas do país. Contudo, essa manobra metodológica não é explicada ao público, que acredita na informação da repórter.

O que o texto deixa de dizer é que outras cidades do entorno do DF estiveram elencadas no Mapa da Violência de 2014 como as mais violentas, como Luziânia (19º lugar) e Valparaíso de Goiás (27º lugar). Diferentemente do que dá a entender a repórter, o Paranoá não aparece na metodologia do Mapa, justamente por ser uma região administrativa pertencente à Brasília, e por isso não pode ser contabilizada isoladamente. Por outro lado, o foco nas entrevistas sobre roubos e furtos a transeuntes tem o respaldo de 900 ocorrências⁴⁶ realizadas em 2015, ano em que a reportagem foi ao local.

Na segunda reportagem, feita em Ceilândia, há uma comparação feita com Planaltina e o Lago Sul, esta última, a região mais rica do DF: “Em Ceilândia tem um PM para seiscentos habitantes”. “Planaltina? Um para 413 moradores”. “E no Lago Sul — uma das áreas com menor índice de criminalidade — essa diferença é ainda menor: um policial militar para 234 pessoas”, diz a repórter. Ao fundo, imagens do mapa do DF destacando os números em cada região administrativa:

⁴⁵ Pesquisa realizada em conjunto pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, (RITLA) Instituto Sangari, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça.

⁴⁶ SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E PAZ SOCIAL DO DF. **Acompanhamento Mensal**. Disponível em: <<http://www.ssp.df.gov.br/images/PASTANOVA/BalancoDaSeguranca/AcompanhamentoMensal/paranoa%20-%202015.pdf>>. Acesso em jul. 2016.



Segundo a reportagem, os dados são da Secretaria de Segurança Pública e Paz Social do DF. O que não é dito é que o número de policiais por habitante é proporcionalmente maior no Lago Sul, uma vez que o número de habitantes no bairro é de 31.206⁴⁷, bem menor do que o de Ceilândia. Se fizermos uma conta simples, percebemos que a população do Lago Sul é cerca de 5% do total da população de Ceilândia.

Ao escolher falar que o “Paranoá está entre as 100 cidades mais violentas do Brasil”, a reportagem deixa de dizer que Valparaíso de Goiás e Luziânia estão na lista oficial do Mapa da Violência. Dizer que o “Lago Sul tem mais policiamento do que em Ceilândia” é ignorar duas realidades socioeconômicas totalmente diferentes.

É importante entender que a análise de discurso não deve considerar tudo o que não foi dito para não incorrer em erro, mas deve considerar a metodologia, verificar a memória sobre os diversos discursos, para encontrar os significados do que foi dito.

Essas reflexões podem levar à seguinte questão: se o não-dizer significa, então o analista pode tomar tudo o que não foi dito como relativo ao dito na análise? Não há limite para isso? [...] Não é pois uma questão de tudo ou nada, nem de critério positivo. Há recortes em questão em cada uma das nossas análises (ORLANDI, 2007, p. 83).

A ordem do discurso, termo cunhado por Foucault que trata dos procedimentos internos ao discurso, “que os colocam em patamar de classificação, ordenação, distribuição

⁴⁷ COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD) 2013-2014**. População – Distrito Federal – 2013 e 2014, p. 31. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2013/PDAD_Lago_Sul_2013-2014.pdf>. Acesso em: jun. 2016.

e controle” (FOUCAULT, 1970, p. 21), também é peculiar nas reportagens analisadas, pois os dados quantitativos sempre são seguidos de entrevistas com moradores, lojistas, transeuntes, sem identificação. Percebemos que há um fatiamento das entrevistas ao longo da edição para posicioná-las após cada afirmação, cada dado numérico fornecido pela reportagem, como se as vozes ouvidas concordassem com o que está sendo dito.

Espaço público para o cidadão?

Entendo que o discurso predominante nas quatro reportagens do quadro **Redação Móvel** foi o da reclamação, do questionamento sobre a falta de policiamento, ligado ao *discurso adversário*. No entanto, em uma das matérias descobri que há um espaço direto de diálogo entre a comunidade e o poder público, mencionado pela Polícia Militar na primeira reportagem (Santa Maria): o Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG). Em nenhum momento, a reportagem explica do que se trata ou pergunta ao policial sobre o funcionamento desse órgão, criado em 4 de dezembro de 2007, por meio de decreto do Governo do Distrito Federal.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do DF informa que, entre as atribuições dos CONSEGs, estão receber reclamações, críticas, sugestões e informações dos membros da comunidade, debater e encaminhar as demandas relacionadas à prevenção e repressão da violência e da criminalidade aos órgãos competentes.

Cada CONSEG possui mandato de dois anos e é formado por cinco membros cidadãos, que são eleitos pela comunidade para ocupar os cargos de presidente e vice, diretor, secretário e segundo secretário. As polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, Departamento de Trânsito, Administração Regional têm participação obrigatória nas reuniões mensais.⁴⁸

Segundo o decreto de criação, os CONSEG têm como uma das finalidades “constituir fonte de obtenção de subsídios da sociedade para aperfeiçoar a atuação dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública e do Departamento de Trânsito do

⁴⁸ SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL. **Decreto de funcionamento dos Conselhos Comunitários de Segurança do DF**. Disponível em: <<http://www.ssp.df.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/item/2790-decreto-n%C2%BA-28495-de-04-de-dezembro-de-2007.html>>. Acesso em: jun. 2016.

Distrito Federal, em benefício do cidadão e da comunidade”, ou seja, é um canal de comunicação entre a comunidade e o poder público. Atualmente, existem 37 CONSEGs, de acordo com informações da Secretaria. Embora o conselho tenha sido citado na primeira reportagem, não apareceu nas demais matérias analisadas.

Em informações encontradas no blog do CONSEG de Santa Maria⁴⁹, com data de maio de 2012, mesmo ano de veiculação da reportagem do programa **Redação Móvel**, o então presidente do CONSEG, Carlos Alberto da Silva, foi homenageado na solenidade de entrega do prêmio Destaque Empresarial. “O evento foi organizado pela Associação Comercial de Santa Maria, que destacou o trabalho que o CONSEG vem realizando para melhorar as condições de segurança dos comerciantes da cidade”, diz a nota.

Em postagem do dia 18 de maio de 2012, o blog traz o resultado de uma das reuniões do Conselho de Segurança realizada no ano anterior, e cita o Coronel Gean, também entrevistado pela reportagem:

O CONSEG - Conselho Comunitário de Segurança, realizou reunião no dia 21 de janeiro de 2011, no Centro de Ensino Especial 01 e contou com a presença significativa da população. Estavam presentes os Membros Governamentais do Conseg, a saber: Polícia Civil, Polícia Militar, representante da Suproc (Subsecretaria de programas comunitárias), Coronel Gean, Corpo de Bombeiros Militar, representante da Administração Regional de Santa Maria, Regional de Ensino e Detran. Na oportunidade, foi discutido sobre os seguintes assuntos: 1- Policiamento Integrado e seus resultados; 2- Combate ao uso e tráfico de drogas; 3- Nova política para população em estado de rua; 4- Medidas de segurança para combater os arrombamentos nas bancas da feira permanente de Santa Maria 5- Trânsito: problemas e soluções e a criação de um posto do Detran em Santa Maria. 6- Solução para os problemas do Condomínio Porto Rico. (segurança, saneamento básico, educação).⁵⁰

⁴⁹ CONSEG SANTA MARIA/DF. Disponível em: <<http://consegsantamariadf.blogspot.com.br/2012/05/o-c-onselho-comunitario-de-seguranca-de.html>>. Acesso em: jun. 2016.

⁵⁰ CONSEG SANTA MARIA/DF. **Reuniões**. Disponível em: <<http://consegsantamariadf.blogspot.com.br/2012/05/reunioes.html>>. Acesso em: jun. 2016.

Com essas informações, constato que o espaço público de atuação entre a PM e a comunidade existe, porém os comerciantes acionaram a reportagem da TV Globo para divulgar a situação da falta de segurança na comunidade de Santa Maria, uma postura já denunciada por Lima:

Vale dizer, o *DF-TV* não contribui para a solução dos problemas apontados mas para a sua perpetuação. É mais fácil reclamar ao repórter da Globo e ter a recompensa simbólica de “aparecer na TV” do que participar de reuniões na comunidade, filiar-se a um sindicato ou exercer a militância em um partido político (LIMA, 2001, p. 266).

Dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios 2015, realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), mostram que, de fato, os moradores da comunidade não se sentem ameaçados pela falta de segurança pública, pois a sensação de segurança em Santa Maria está entre as cinco maiores do Distrito Federal, com 61,50%⁵¹ da população tendo a percepção de que existe o policiamento regular em sua região administrativa.

⁵¹ CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD) 2015**. Percepção da população quanto ao policiamento regular segundo as Regiões Administrativas/2015. p. 18. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2015/Apresentacao_PDAD_Ceilandia_2015.pdf>. Acesso em: jun. 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho analisei o discurso do quadro *Redação Móvel* para comprovar a hipótese de que as comunidades atendidas por esse tipo de programa não conseguem atuar no espaço público proposto pela mídia como cidadãos. A Análise de Discurso francesa permitiu verificar as diversas formações discursivas sobre o tema da segurança pública e pude destacar o discurso sobre criminalidade/violência ligado ao medo/insegurança e ao poder econômico.

Ao relatar os casos de falta de segurança pública, os sentidos construídos pela **Redação Móvel** giram em torno da defesa do cidadão que perde algum bem. O comerciante perde o lucro, o trabalhador perde seu emprego, o morador perde sua liberdade. Como destaca Silva (2002), na relação entre a imprensa e o poder do cidadão, o jornalismo público pode entender o papel do público de duas formas: como cidadãos portadores de direitos; ou, como meros consumidores de informação e mercadorias.

O discurso da reportagem se diz um serviço de utilidade pública, porém reforça a noção de que o governo, o poder público é ineficaz e não fornece alternativa para os problemas abordados. Lima (2001) já alertara o risco de se optar pelo *discurso adversário* no jornalismo, pois pode contribuir para que a população não se organize, não se mobilize e busque a solução para seus problemas por seus próprios meios.

Os participantes das reportagens analisadas entendem o papel de esfera pública proporcionado pela mídia ao procurar participar de alguma forma, seja por meio da busca pela equipe de reportagem, ou pelo simples fato de terem sido abordados na rua, pela equipe de TV, para participar. Porém, essa participação não é encarada como uma atuação política de fato, não há a ocupação do espaço proposto pela programação da emissora, que controla o discurso. A participação, ou o papel do cidadão na reportagem, é desvalorizada, ou simplesmente não aparece. Os moradores não percebem, mas acabam por estigmatizar ainda mais o local onde moram, concordando com o discurso que é feito pela emissora. O silenciamento das vozes numa sociedade é um sinal de fraqueza da democracia, segundo Miguel (2002). Para ele, se as mídias não permitirem que as vozes vindas da população ecoem, dificilmente serão consideradas um espaço aberto e democrático.

A opção do quadro pela participação dos moradores deveria ser uma forma de empoderamento das comunidades do DF, mas da forma como é realizada apenas mantém o *status quo* do discurso propagado pelo telejornal. A participação dos entrevistados torna-se apenas mais uma etapa para a conclusão das matérias. Sem o personagem, sem o drama pessoal, a reportagem não estaria completa, do ponto de vista da emissora.

Por outro lado, as instituições do poder público também não oferecem e não fortalecem a abertura de espaços para participação dos cidadãos. O Conselho Comunitário de Segurança de Santa Maria foi citado pelo representante da Polícia Militar, porém não foram fornecidos detalhes sobre como seria a atuação nesse espaço da comunidade. Faltou aproveitar o momento propiciado pela reportagem de TV para falar mais sobre o conselho.

Destaco ainda o interesse pela escolha do tema da segurança pública, que não é exclusivo do programa **Redação Móvel**. Lima já havia dado pistas sobre a predominância da pauta sobre a violência no DFTV, em 2001. Porém, quis aprofundar na investigação sobre quais os sentidos construídos pelo discurso jornalístico sobre o tema segurança pública. Descobrir qual o interdiscurso sobre a violência presente na memória da sociedade brasileira. Durante todas as reportagens o entrevistado, o cidadão e o telespectador são alertados de que a violência é um problema sem solução, de que menores infratores são um problema para a segurança e de que a falta de policiais causa insegurança na sociedade.

A edição das reportagens e a ordem das imagens levadas ao ar, também evitaram o pleno uso da esfera pública pelas comunidades e reforçaram seu próprio *discurso adversário* às autoridades e ao poder público instituído por meio das imagens levadas ao ar. Cumprindo um modelo a ser seguido — entrada o vivo, videoteipe, entrevista ao vivo e comentário opinativo — a **Redação Móvel** não transmitiu criatividade e se repetiu. A utilização excessiva de imagens de câmeras de seguranças, de aparatos de proteção em prédios e casas, de imagens de arquivo, de gráficos, e do uso de entrevistas feitas na rua sem identificação, mostram a falta de cuidado com o material colhido. Visualmente, o trabalho realizado apenas colaborou para o reforço do que estava sendo dito pelo texto da repórter: a incompetência do poder público para lidar com a segurança pública no DF.

A reportagem poderia ter debatido de forma mais profunda o problema dos menores em conflito com a lei e do crescimento desordenado dos condomínios do Sol Nascente e do Pôr do Sol, em Ceilândia, para citar dois exemplos. O menor em conflito

com a lei foi tratado de forma pejorativa e estereotipada como principal responsável pela criminalidade em algumas regiões visitadas. A reportagem não procurou por fontes diversificadas e perdeu a oportunidade de mostrar um outro lado sobre a cobertura do tema da segurança pública. Poderia ter-se detido em questões relativas aos direitos humanos, à violência contra as mulheres, ao abuso infantil, por exemplo.

Concluo, ainda, que os realizadores do programa ao optarem pelo jornalismo comunitário, não fazem jus ao ideário dessa vertente jornalística. Vimos que o conceito de jornalismo comunitário está mais ligado ao protagonismo de moradores de uma certa comunidade no fazer jornalístico, de obter os recursos para colocar em prática o direito à comunicação, à informação, do que ser um mero participante da esfera pública proposta pelos *mass media*.

Dois conceitos fundamentais para o jornalismo — jornalismo público e jornalismo comunitário — também foram delineados para desfazer-se quaisquer dúvidas sobre suas semelhanças e singularidades. Se a opção da reportagem da **Redação Móvel** foi pelo jornalismo público, então a equipe ignorou os pressupostos dos idealizadores Rosen (1994) e Merrit (1995), que viam na ligação entre o jornalista e as comunidades, a possibilidade de acrescentar capacidade cívica aos cidadãos, os tornando atores políticos.

Vale dizer, que neste caso, a esfera pública não se notabilizou como um espaço público de atuação para o cidadão. Ao escolher controlar a participação dos entrevistados, afim de preencher seus objetivos mercadológicos de audiência, a equipe da **Redação Móvel** perdeu a oportunidade de fortalecer os laços da comunidade com os meios de comunicação de massa, a saber a TV Globo, que poderia ter se aliado ao público na discussão mais profunda do tema da segurança pública.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. **Jornal de Psicologia-PSI**, abril/junho, p. 7-8, 2002. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down103.pdf>>. Acesso em: jul. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Trad. de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____, Pierre. The Political Field, the Social Field, and the Journalistic Field. In: **Bourdieu and the journalistic field**. BENSON, Rodney; NEVEU, Erik (Org.). Malden, MA: Polity Press, 2005.

BUCCI, Eugênio. **Brasil em tempo de TV**. São Paulo: Boitempo, 1997.

CAMPELLO de SOUZA; Maria do Carmo et al. In: **Democratizando o Brasil**. STEPAN, A. (Org.). Trad. Ana Luíza Pinheiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CAPPARELLI, Sérgio; LIMA, Venício A. **Comunicação e televisão: desafio da pós-globalização**. São Paulo: Hacker, 2004.

CARPENTIER, Nico. The concept of participation: If they have access and interact, do they really participate? In: **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**, 14(2): 164-177 maio/agosto, São Leopoldo: Unisinos, 2012.

COGO, Denise Maria. **No Ar...uma rádio comunitária**. São Paulo: Paulinas, Coleção Comunicação e Estudos, 1998.

_____, Denise Maria; MAIA, João (Orgs.). **Comunicação para a cidadania**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados**. Trad. Pérola de Carvalho. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ESCH, Carlos Eduardo. Do microfone ao plenário: o comunicador radiofônico e seu sucesso eleitoral. In: **Rádio no Brasil: tendências e perspectivas**. DEL BIANCO, Nélia R.; MOREIRA, Sônia Virgínia (Orgs.). Rio de Janeiro: EdUERJ; Brasília, DF: UNB, 1999.

FITZSIMON, Martha e MCGILL, Lawrence T. The Citizen as Media Critic. **Media Studies Journal** 9, Primavera, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso** – Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura F. de A. Sampaio. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz F. B. Neves. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

GOMES, Itania Maria Mota (Org.). Metodologia de análise de telejornalismo. In: **Gêneros televisivos e modos de endereçamento no telejornalismo**. Salvador: Edufba, 2011.

GUAZINA, Liziane Soares. Campos em disputa: jornalismo versus política na cobertura do Jornal Nacional sobre o escândalo do mensalão. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor. **11º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo** – Brasília, Universidade de Brasília, novembro 2013.

_____, Liziane Soares. Quando cultura, política e subcultura jornalística andam de mãos dadas: a desconfiança na política em tempos de escândalos. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - COMPÓS. **XXIII Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal do Pará, 27 a 30 de maio de 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

IAROSINSKI, Maristela H. **Contribuições da teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas para educação tecnológica**. Dissertação de Mestrado. Cefet-PR, 2000.

LIMA, Venício A. de. **Mídia**: teoria e política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____, Venício A. de. **Liberdade de expressão X Liberdade da imprensa**. 2. ed. Publisher Brasil, 2012

MARKS, Alexandra. Public journalism aims to revitalize public live. In: **The Christian Science Monitor**. Vol. 87. Issue 166. Boston: Christian Science Publishing Society, 1995.

MACHADO, Arlindo. **Máquina e imaginário**: o desafio das poéticas tecnológicas. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____, Arlindo. **A televisão levada a sério**. 5. ed. São Paulo: Senac, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Trad. Freda Indursky. 3. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1997.

_____, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso**. Trad. Márcio V. Barbosa e Maria Emília A. T. Lima. 1ª reimp. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

MARINONI, Bruno. **Concentração dos meios de comunicação de massa e o desafio da democratização da mídia no Brasil**. Fundação Friedrich Ebert Stiftung e Intervezes. Disponível em: <<http://intervezes.org.br/publicacoes/concentracao-dos-meios-de-comunicacao-de-massa-e-o-desafio-da-democratizacao-da-midia-no-brasil/>>. Acesso em: mar. 2016.

MATA, Jhonatan Alves Pereira. **Um telejornal pra chamar de seu**: identidade, representação e inserção popular no telejornalismo local. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2011.

- MATTOS, Sérgio. **The impact of the 1964 revolution on brazilian television**. San Antonio: V. Klingensmith Independent Publisher, 1982.
- MENDEL, Toby. **Liberdade de informação: um estudo de direito comparado**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2009.
- MERRITT Jr., Davis “Buzz”. **Public journalism and public life: why telling the news is not enough**. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1995.
- MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. In: **Lua Nova, Revista Eletrônica de Cultura e Política**, São Paulo (número 55-56), p. 155-183, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/a07n5556>>. Acesso em: jun. 2016.
- _____, Luis Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- MOURA, Dione et al. (Org.). **Comunicação e cidadania: conceitos e processos**. Brasília: Francis, 2011.
- NUNES, Maria Vidal. As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício da cidadania ou instrumentalização (1998-2000)? In: **Comunicação para a cidadania**. COGO, Denise Maria; MAIA, João (Orgs.). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- _____, Cicilia Maria Krohling. **Televisão comunitária: Dimensão Pública e Participação Cidadã na Mídia Local**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- RAMOS, Murilo César. Sobre a importância de repensar e renovar a ideia de sociedade civil. In: **Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas**. RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy (Orgs.), São Paulo: Paulus, 2007.
- REZENDE, Jorge Guilherme de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000, p. 107.
- ROSEN, Jay. **Making Things More Public: on the Political Responsibility of the Media Intellectual**. Critical Studies in Mass Communication, Vol 11. 1994.
- SILVA, Luiz Martins da. Comunicação e Cidadania – Conceitos básicos. In: **Comunicação e cidadania: conceitos e processos**. MOURA, Dione et al. (Org.). Brasília: Francis, 2011.

_____, Luiz Martins da. **Jornalismo e Pós-Jornalismo, Trabalho e Sobretrabalho.** In: **Revista Esferas.** Ano 1, n. 2, janeiro a junho de 2013.

_____, Luiz Martins da. **Teorias da Comunicação no Século XX: três polos irradiadores** – Chicago, Frankfurt, Birmingham e uma dezena de caminhos. 2. ed. Brasília, DF: Casa das Musas, 2005, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX.** Porto Alegre: Unisinos, 2001.

WAISBORD, Silvio R. **Watchdog journalism in South America: News, accountability and democracy.** New York: Columbia University Press, 2000.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação.** Trad. Maria Jorge V. de F. 8. ed. Lisboa: Presença, Outubro, 2003.

Referências na Internet

ORGANIZAÇÕES GLOBO. **Missão e Valores da TV Globo no Vídeo.** Disponível em: <http://estatico.redeglobo.globo.com/2013/06/03/Principios_e_Valores_da_TV_Globo_no_Video.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

ORGANIZAÇÕES GLOBO. **Princípios editoriais do Grupo Globo.** Disponível em: <<http://estatico.redeglobo.globo.com/2014/PRINCIPIOS-EDITORIAIS-DO-GRUPO-GLOBO.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

ORGANIZAÇÕES GLOBO. **Memória Globo.** Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais.htm>>. Acesso em: mai. 2016.

REDAÇÃO MÓVEL, Blog. Disponível em: <<http://redacaomovel.wordpress.com/about>>. Acesso em: 03 out. 2013.

ANEXOS

ANEXO A - Redação Móvel em Santa Maria – 17/10/2012

A onda de assaltos que vem acontecendo na cidade tem assustado moradores e comerciantes. Um posto de gasolina foi roubado três vezes em quatro dias. A violência tem feito vários comerciantes fecharem as portas. Duração: 4'24”.

No dia 17 de outubro de 2012 a equipe do Redação Móvel esteve em Santa Maria, região administrativa do Distrito Federal, situada há 26 km de Brasília. De acordo com o Anuário Estatístico do DF, a comunidade surgiu como um núcleo rural do Gama e é fruto de um programa de distribuição de lotes realizado pelo governo do Distrito Federal e compreende áreas da Marinha, Saia Velha e do Polo JK. Ainda segundo dados do Anuário, a cidade já foi conhecida como uma das mais violentas do DF, mas estaria passando por um momento de expansão econômica, com a instalação de um porto seco, estação aduaneira inaugurada em 2004.

Degração

Fábio William: Moradores de Santa Maria estão assustados com a onda de assaltos. Um posto de gasolina da cidade foi alvo dos bandidos três vezes em quatro dias. Outros comerciantes também reclamam da insegurança. A nossa Redação Móvel foi lá mostrar o problema!

(VINHETA DO QUADRO “REDAÇÃO MÓVEL”)

Fábio William: Quem está na Redação Móvel é a Luísa Doyle. Luísa, três assaltos em menos de uma semana! Nem as câmeras de segurança afastam os bandidos, né?!

(SANTA MARIA)

Luísa Doyle: Não afastam mesmo, Fábio! Nós passamos a manhã aqui em Santa Maria e conversamos com vários comerciantes. Muitos deles tem circuito interno com câmeras de segurança, e mesmo assim, não ficam livres da ação dos bandidos! Outro problema por aqui também é que, de acordo com a Polícia Militar, trinta por cento dos assaltos e arrombamentos no comércio são cometidos por menores de idade! E aí, eles logo voltam *pras* ruas e cometem, às vezes, os mesmos crimes nos mesmos lugares! Fábio.

(ESTÚDIO)

Fábio William: Pois é! E com medo da violência, tem comerciante que até fechou as portas em Santa Maria.

(INÍCIO DA REPORTAGEM)

Luísa Doyle: As imagens são do circuito interno de um posto de gasolina na Quadra 318 de Santa Maria. Três frentistas estão ao lado da bomba, quando chegam dois homens – um deles armado! Em menos de um minuto, pegam o dinheiro e vão embora! Dois dias depois, outro assalto: na hora em que o cliente vai pagar pelo combustível, um home a pé e outro de bicicleta aparecem! Eles roubam o dinheiro do cliente e dos frentistas. Na saída, o rapaz

de bicicleta ainda atira contra as vítimas, mas, por sorte, não acerta ninguém! Na mesma semana, o posto foi assaltado pela terceira vez! Este frentista trabalha aqui há pouco mais de um ano e conta que já foi abordado pelos bandidos oito vezes! Com medo, quer mudar de profissão!

Entrevistado 1: Eu *tô* pensando em sair embora; em sair mesmo! Eu *num guento* mais não! Todo mundo trabalha com medo!

Luísa Doyle: Esta padaria, na Quadra 217, foi inaugurada há um ano e já passou por dois assaltos e um arrombamento! No último roubo, há dez dias, os ladrões quebraram a porta e levaram o computador e dinheiro do caixa! O prejuízo foi de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Entrevistada 2: A gente trabalha, não consegue repor o prejuízo, eles chegam, quebra a porta, leva o computador, leva tudo: mercadoria, dinheiro...

Luísa Doyle: A loja de roupas de Dida também foi assaltada há duas semanas! Os bandidos renderam a mulher dele com uma arma às 10 horas da manhã. Todos ainda estão muito assustados!

Dida: Os funcionários ficam traumatizados. O pessoal não quer mais trabalhar!

Luísa Doyle: Na comercial da Quadra 210, oito das onze lojas do bloco estão com as portas fechadas por causa da violência.

Entrevistado 4: Os assaltos são *constante*, e aí, sai um, sai dois, sai três; e aí, *continua* as *loja fechada*!

Entrevistada 5: Muito pouco o policiamento, principalmente nos horários, assim, de mais movimento no comércio...

(ESTÚDIO)

Fábio William: Como voce viu aí, os moradores de Santa Maria cobram mais policiamento na região, mas quando esse reforço vai chegar? Luísa Doyle.

(SANTA MARIA)

Luísa Doyle: Olha, Fábio! É isso que nós vamos saber agora com o Tenente-Coronel Jean Oliveira, responsável aqui pela área de Santa Maria! Tenente-Coronel, como é o policiamento aqui em Santa Maria? É o suficiente ou precisa de reforço?

Tenente-Coronel Jean Oliveira: Bem! O nosso policiamento de Santa Maria, nós entramos diariamente com cerca de oito, algumas vezes, com até dez viaturas! Dispomos ainda de quatro motos, que fazem o policiamento especializado, e ainda temos, em média, doze a dezesseis policiais trabalhando principalmente no comércio!

Luísa Doyle: Os comerciantes reclamam aí da falta de segurança! Há uma previsão de reforço?

Tenente-Coronel Jean Oliveira: Há uma previsão de aumento da efetividade do nosso policiamento! Isso é o que eu friso constantemente com os policiais e também com os... com os comerciantes, que estamos sempre juntos nos Conselhos de Segurança! Ou seja, em consonância com o projeto do Comando Geral da Polícia... da comuni... da Polícia Militar, do Comando da nossa corporação, a ideia é abordar cada vez mais! Ou seja, nós vamos incomodar um pouco mais a sociedade, mas vamos atrás de armas, vamos atrás de drogas, vamos atrás daqueles que talvez estejam pedidos pela Justiça! A ideia é abordar cada vez mais!

Luísa Doyle: A partir de quando é esse plano?

Tenente-Coronel Jean Oliveira: Aqui em Santa Maria, nós começamos isso ontem! Ontem nós lançamos o Plano – um pouco mais adiantado o que o Comando Geral, mas, em todo o Distrito Federal vai ser lançado o Plano a partir de quinta-feira – amanhã!

Luísa Doyle: Tá certo! Muito obrigado pela sua participação! Essas últimas... Esses últimos problemas que nós... que nós mostramos: assaltos, arrombamentos, não puderam ser registrados porque a Polícia Civil está em greve” Fábio.

(ESTÚDIO)

Fábio William: Obrigado, Luísa!

ANEXO B - Redação Móvel em Ceilândia – 17/10/2013

Oficialmente a cidade tem 443 mil habitantes, mas esse dado não considera os moradores dos condomínios Pôr do Sol e Sol Nascente. Os moradores reclamam da falta de policiamento nas ruas. Duração: 7'52”

A reportagem da Redação Móvel esteve em Ceilândia no dia 17 de outubro de 2013 para tratar da segurança pública na comunidade. A cidade possui cerca de 490 mil habitantes, somados a mais 94 mil habitantes dos Condomínios Pôr do Sol e Sol Nascente, resultando na maior densidade urbana do DF (os números são da PDAD 2015, feita pela Codeplan⁵²). Essa informação é destacada pela repórter já no início da participação ao vivo; em seguida ela passa à reportagem gravada.

Degração

Fábio William: Violência nas ruas! Poucos policiais em Ceilândia – cidade mais populosa do DF – e os números preocupam! Assunto da nossa Redação Móvel de hoje.

(VINHETA DO QUADRO ‘REDAÇÃO MÓVEL’)

Fábio William: Olha! Pelas informações da própria Secretaria de Segurança, a quantidade de policiais nas ruas não está acompanhando o crescimento da população em Ceilândia. Vamos conversar agora com a Camila Guimarães. A própria Secretaria diz isso, *né*, Camila? Boa tarde *pra* você!

(CEILÂNDIA)

Camila Guimarães: Boa tarde, Fábio! É isto mesmo! A gente também tem que lembrar que Ceilândia é a cidade mais populosa do Distrito Federal, tem quatrocentos e quarenta e dois mil habitantes, e aí está o “X” da questão, vamos dizer! Porque este é um número oficial: quatrocentos e quarenta e dois mil, sem contar com os moradores dos condomínios Pôr do Sol e Sol Nascente! O Sol Nascente já tem etapa 1, 2 e 3. Acredita-se que Ceilândia já tem em torno de seiscentos mil habitantes, e o contingente policial não mudou! A gente também precisa lembrar que durante dez anos não teve concurso da Polícia Militar. No ano passado teve concurso – foram admitidos dois mil policiais, mas para todo o Distrito Federal, e eles acabam ocupando a vaga dos aposentados também! E há uma previsão para o ano que vem de mais um concurso da PM para ocupar mil.. é... vagas, mas também para distribuir para todo o Distrito Federal. Nós passeamos um pouco pela cidade de Ceilândia hoje cedo e ouvimos a comunidade. Veja na reportagem!

(INÍCIO DA REPORTAGEM)

⁵² COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). **Pesquisa**

Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD) 2015. População – Distrito Federal – 2013 e 2015, p. 4. Disponível em:

<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2015/Apresentacao_PDAD_Ceilandia_2015.pdf>. Acesso em: jun. 2016.

Camila Guimarães: Carlos mora *num* prédio da QNM de Ceilândia. Tem grades, cercas elétricas... Os carros? Ficam na garagem. Mas nada desse investimento garantiu proteção aos moradores! Ladrões conseguiram entrar no edifício, quebraram vários carros e roubaram o dele.

Carlos: Depois de quinze dias, eu encontrei o meu carro maravilhoso todo queimado. É... Quer dizer: é uma perda total! A gente que é trabalhador e precisa do... do... do bem *pra* trabalhar, e quando chega não tem mais e fica por isso mesmo!

Camila Guimarães: Na cidade mais populosa do DF, a sensação é de insegurança!

Carlos: Não tem segurança! Não temos mais paz aqui dentro! A gente vive trancado aqui dentro de casa, *né?!...* sem poder sair! E quando sai, é com medo!

Camila Guimarães: E os números da violência refletem isso! Ceilândia registra a maior quantidade de homicídios do DF: de primeiro de janeiro a treze de outubro deste ano, foram cento e vinte e três; seguida por Planaltina, com menos da metade de assassinatos! Neste ano foram mais de dois mil e seiscentos assaltos a pedestres em Ceilândia. Roubos de veículos? Quatrocentos e dezoito. Apesar de ser a cidade com mais habitantes do DF, o número de policiais para reforçar a segurança nas ruas não cresce na mesma proporção! Em Ceilândia tem um PM para seiscentos habitantes. Planaltina? Um para quatrocentos e treze moradores. E no Lago Sul – uma das áreas com menor índice de criminalidade – essa diferença é ainda menor: um policial militar para duzentas e trinta e quatro pessoas. Segundo a Polícia Civil em Ceilândia, trabalham duzentos e trinta agentes e trinta delegados em quatro delegacias e na delegacia especializada de atendimentos a crianças e adolescentes. Hoje cedo encontramos as portas da décima quinta DP, no centro da cidade, fechadas! Uma placa avisava sobre a transferência dos serviços para o prédio da DCA.

Entrevistada 1: Minha irmã, no mês passado, foi... *tava* com bebê no colo e falando no celular, e o ladrão passou e deu um tapa na orelha dela e levou o celular! E ela com neném no colo e ia fazer o que? Nada.

Camila Guimarães: Durante boa parte desta manhã chuvosa, nossa equipe de reportagem percorreu as pistas do centro de Ceilândia, as avenidas leste e a Hélio Prates, e não encontramos nenhuma viatura da polícia, e nem PMs fazendo rondas nas ruas; apenas em frente ao oitavo batalhão!

Entrevistada 2: Muito assalto. Muito roubo. Sabe?! Eu moro ali próximo ao Sol Nascente e a violência lá *tá* terrível!

(ESTÚDIO)

Fábio William: Então, a pergunta é: por que Ceilândia, com tantos habitantes e homicídios, não tem um reforço policial? A Camila Guimarães está neste momento com o comandante do batalhão da Polícia Militar de Ceilândia. Camila, vamos ter a resposta, então?!

(CEILÂNDIA)

Camila Guimarães: Vamos procurar saber! Ceilândia não deveria ter um número maior de policiais militares? Por que isso não ocorre?

Policial Militar: É... Como já foi falado, a questão da falta de efetivo durante dez anos, isso com certeza reflete aqui, mas a Polícia Militar, ela tem feito, *pra* cobrir esse vago, colocando os policiais militares lá, através da hora extra, com o serviço voluntário,

complementando esse quadro. E recebemos também aqui na nossa área diariamente o apoio das unidades especializadas do... da ROTAM, do Batalhão Ambiental, do próprio BP Choque e do Batalhão de Cães. Então, com isso, nós complementamos o quadro do efetivo da Polícia Militar aqui na área de Ceilândia”

Camila Guimarães: O senhor considera o número de policiais na área um número ideal? O que *pra* acabar com a insegurança dos moradores?

Policial Militar: É... Além do... de melhorar o número de policiais aqui, que provavelmente com a... o... o ingresso de novos policiais militares no ano que vem, nós vamos fazer aqui, com certeza, a melhoria na parte de intensificação do nosso policiamento, dando continuidade às nossas operações, recebendo o apoio, inclusive, do pessoal do expediente da área administrativa e que sempre foi feito, certamente, aqui, na nossa cidade, do... durante todo esse período que estamos à frente!

Camila Guimarães: Comandante, só um momento! Fábio, você tem uma pergunta? Gostaria de me passar?

(ESTÚDIO)

Fábio William: Pois é, Camila! Passar *pro... pro* Comandante se há problema, então, de efetivo, porque não há um remanejamento, então? Já que o Lago Sul tem um número menor de pessoas, porque não faça... não faz esse remanejamento, já que não é possível colocar novos policiais?

(CEILÂNDIA)

Camila Guimarães: Comandante, o questionamento do Fábio é: é possível hoje, com o efetivo de hoje, fazer um remanejamento de cidades que tem mais policiais, como nós mostramos na reportagem – Lago Sul, outras Regiões Administrativas – e transferi-los para a Ceilândia? É possível fazer esse remanejamento?

Policial Militar: Olha! Isso aí é uma política de pessoal institucional! Então, cabe às autoridades, dentro da Polícia Militar, verificar se é o caso ou não! Mas não podemos esquecer que a cidade de Ceilândia, de quinze anos *pra* cá, tem crescido, infelizmente, desordenadamente! De mais de dois anos *pra* cá, temos tentado, junto aos demais órgãos do... do Governo fazer com que essa... com que a comunidade não cresça dessa maneira! E vamos fazer diversas operações, como foi falado! Com certeza, com o reforço do policiamento das unidades especializadas, conseguiremos diminuir essa sensação de insegurança!

Camila Guimarães: Muito obrigada! Uma informação rápida só, Fábio! Nós mostramos na reportagem sobre o fechamento da décima quinta DP. Na verdade, os trabalhos foram transferidos para a Delegacia da Criança e do Adolescente II, que fica aqui em Ceilândia! E a comunidade, se quiser registrar uma ocorrência, a Polícia Civil pede para que seja feita na décima nona DP, na vigésima terceira, na vigésima quarta ou pela *internet*. É isso, Fábio!

(ESTÚDIO)

Fábio William: Nós entramos em contato com as autoridades policiais e informaram à nossa produção que o comandante poderia e teria condições de responder a essa pergunta. Pelo o que ele falou, só o Comando Geral é que poderia responder! Então, obrigado Camila e obrigado também ao Comandante!

ANEXO C - Redação Móvel em Taguatinga e Ceilândia – 11/11/2014

Em Ceilândia e Taguatinga não é difícil encontrar alguém que já foi vítima de assalto. De janeiro a junho deste ano, 15.676 pessoas foram vítimas de roubo no DF. Duração: 9'52”.

Considerada a capital econômica do Distrito Federal, Taguatinga conta com 12 mil empresas, 100 mil trabalhadores e um comércio que abastece a população local, estimada em 221 mil habitantes. A cidade desenvolveu atividades diversificadas e se tornou autossuficiente em quase tudo. Taguatinga oferece oportunidades de trabalho em lojas, atacados, fábricas, hotéis, faculdades e hipermercados. De acordo com dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), em 2011, de 41,7% da população que exerce uma atividade remunerada, 28,7% desenvolvem atividades no comércio.

Degração

Fábio: A violência tem aumentado em todo DF. Dados obtidos com exclusividade pelo DF TV mostram números preocupantes. Este é o assunto da redação móvel de hoje.

(VINHETA)

Fábio: A gente conversa ao vivo agora com a Camila Guimarães, que passou a manhã toda em Ceilândia, que percorreu ali, as ruas, as praças, boa tarde para você Camila, Foi fácil encontrar alguém que já foi vítima de violência.

Camila: Fábio, boa tarde, infelizmente foi fácil, a gente chegava com o microfone – oi, você já foi assaltado alguma vez e a maioria dos nossos entrevistados hoje nas ruas disseram sim. Aí eu perguntava: poxa, me conta como foi E... também ... infelizmente na maioria dos casos , foi na rua , de manha cedo, indo ao trabalho , na volta do trabalho, com revólver na cabeça ou com uma faca, ou apenas até com uma ameaça, no caso das mulheres...eu também passei por Taguatinga, Fabio, não posso esquecer os meus entrevistados de Taguatinga vão ficar chateados E eu estou aqui o, com o mapa , com o gráfico , com os números da criminalidade, eu separei alguns e vou mostrar agora na reportagem para vocês.

Reportagem

Valquíria teve arma apontada para ela e mais duas amigas quando voltavam do cursinho.

Entrevistada 1: vindo do curso, era um adolescente...ele falou – é um assaltomostrou a arma, né...e tomou o meu celular, vasculhou a minha bolsa para ver se tinha dinheiro... sensação foi horrível.

Repórter: Carolina foi assaltada duas vezes. Levaram o celular e a bolsa.

Entrevistada 2: a primeira vez foi quando eu estava descendo a rua da minha casa....e....eram umas sete e meia da noite.....aí chegaram duas meninas com faca e pediram para entregar tudo....e eu entreguei. E a segunda, eram três e meia... quatro horas da tarde... eu estava subindo a rua ...e...ela pediuum pivete pediu o celular e eu entreguei...

Repórter 3: Kátia estava descendo do ônibus quando um bandido com um revolver a atacou.

Entrevistada: estava escondido atrás de uma árvore, naqueles pontos isolados e simplesmente ele veio, e como não estava com roupa de mala, estava com bicicleta e roupa normal, quando assustei, estava em cima de mim e falou que era um assalto.

Repórter: Colocou a arma?

Entrevistada: Colocou. Pediu para eu abrir a bolsa e lá estava o celular
Repórter – Em alguns casos, não dá tempo de correr.

Entrevistada não identificada 4: e vinha uma pessoa muito longe, mas não parecia, mas o coração apertou e senti que era uma pessoa....daí eu pensei em correr mas não ia dar tempo pois eu estava com o carrinho....dai quando eu menos esperei, em dois passos eu ouvi e ele me pediu o celulare muito assustado... levou o celular

Repórter: ter a bolsa, a carteira e o celular roubados, traz uma sensação de revolta, de medo e de falta de proteção

Entrevistada 4: eu não conseguia andar com alguém atrás de mim, eu estava o tempo todo olhando para trás.

Repórter: 15.676 pessoas foram vítimas de roubo nas ruas do DF, de janeiro a junho deste ano, de acordo com o documento da Secretaria de Segurança Pública, obtido com exclusividade pelo DF TV, 70 por cento a mais do que o mesmo período do ano passado.

Imagem de assalto: de câmera de vigilância mostra homem roubando bicicleta de outro na entrada do prédio da quadra 102 sul

Narração repórter: O assaltante armado deixa a vítima desesperada, sem possibilidade de reação... vocês se lembram do caso do bandido que roubou a bicicleta de um morador da asa sul, na portaria do prédio dele, quando chegava em casa...o ladrão tinha uma faca...foi na 102 Sul. Na asa norte, na 207, estudantes que saem da faculdade a noite, tem medo de voltar para casa

Entrevistada 5 não identificada: eu já fui assaltada, tem mais ou menos 01 mês, por dois garotos... um estava armado...um estava com uma faca e o outro com um revolver... e levaram o meu celular e o meu dinheiro.... a gente corre o risco... a gente tem que trazer materiais para a faculdade mas não pode trazer direito porque não sabe se vai voltar com o material.

Repórter e gráfico: Crimes contra o patrimônio aumentaram muito em seis meses. Roubo de veículo? Dobrou. 1.966 ocorrências em 2013 para 4.152 neste ano (2014). 111 por cento a mais. Roubo em coletivo passou de 889 casos em 2013 para 1.269 em 2014, alta de 42%. E roubo a postos de combustíveis, foram 965 neste ano (2014) contra 468 no ano passado, aumento de 106%. Os postos se protegem como podem, espalham câmeras de segurança mas os crimes ainda ocorrem. Na 313 sul, este posto foi assaltado 4 vezes em menos de um mês. Na loja de conveniência, arrebentaram a porta com uma barra de ferro.

(IMAGEM: ASSALTO)

Em Samambaia Sul, bandidos chegaram armados e pegaram todo o dinheiro do frentista. Este posto foi assaltado três vezes em menos de 2 meses. Nas ruas, quem não quer ser alvo de ladrões, muda comportamento.

Entrevistada 6: sempre eu ando atenta

Repórter: segura a bolsa na frente...

Entrevistada: na frente... sempre aqui na frente porque... e nada de atender ao meu celular

Fábio: É... todo cuidado é pouco e estou aqui com o nosso especialista de segurança Pública, Daniel Lorange, Lorange nos vamos conversar agora com a Camila Guimarães, que está ao lado do secretário de segurança ... para falar um pouco sobre esses números, sobre essa situação... Camila!

Camila: Fábio, a minha primeira dúvida secretário, é que durante o primeiro semestre desse ano, quando a gente fazia a reportagem, sobre crimes, sempre a secretaria nos informava de uma redução na criminalidade, de uma diminuição, só que pelos números agora, a gente vê que janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho não teve uma redução, muito pelo contrário, teve um aumento grande... por que isso ocorreu?

Secretário: Pois é, boa tarde a todos... muito interessante..., obrigado pelo espaço para que a secretaria apresente suas explicações. Todas a vezes que você fez matéria, elas foram direcionadas a determinadas cidades...nos temos hoje 31 cidades administrativas do Distrito Federal. Nós olhamos para ela...vamos ver um caso específico de homicídio, 17 delas está com a taxa de 7 por cem mil, se nos olhamos para o global, Brasília tem 25 por cem mil...no momento em que você vinha fazendo essas reportagens, nos indicávamos exatamente aquele momento, aquela cidade, daquele crime específico que você estava buscando...quando nos olhamos agora no primeiro semestre do global, os números não são favoráveis na área de segurança pública. Mas uma coisa tem de ser dita, as forças de segurança tem trabalhado muito. No passado foram mais de 26 mil pessoas presas ou apreendidas pelas policiais aqui no Distrito Federal, delas 17 mil em flagrante. Mas se nos olharmos a massa carcerária, nós hoje temos apenas 13 mil pessoas presas. Se nos fizermos um recorte voltando a 2012, até setembro de 2014, hoje nos temos mais de 70 mil pessoas presas ou apreendidas, mas eu continuo com apenas 13 mil pessoas presas no sistema carcerário.

Repórter: (interrompe)

Secretário: só complementando, a taxa de reincidência é muito alta, nos temos pessoas presas duas, três vezes, no mesmo dia, por guarnições diferentes, em regiões administrativas diferentes no Distrito Federal.

Camila: (interrompe) As pessoas saem e comentem novamente os crimes.

Secretário: Saem e comentem novamente os crimes e isso tem impactado realmente nos dados.

Camila: Aqui no gráfico que eu tenho, das principais ocorrências policiais no Distrito Federal, a gente vê que roubos, roubos de carga, coletivo, casa, furtos, teve números que dobraram, por exemplo roubo de veículo, dobrou, passou de 1.960 para 4000. É muito, dobrar é muito em seis meses, secretário.

Secretário: Ao mesmo tempo, a gente pensando no caso de roubo e furto de veículo, nos tivemos um aumento na recuperação em 68 por cento, daqueles que são furtados e roubados. O que a gente percebe é que no primeiro semestre a gente ainda tinha uma dificuldade grande em termos de efetivos policiais. A Polícia Militar conseguiu colocar agora, a partir de junho mais 1.100 homens trabalhando, inclusive no projeto da Copa, a

Policia Civil ingressou mais 350, e isso começa a reoxigenar em termos, agora, mais efetivos para trabalhar no policiamento ostensivo e nas investigações. Nos passamos mais de 10 anos sem “recompletamento” dos quadros, isso impacta realmente a atividade realizada pelas forcas de segurança.

Camila: Secretario, o Fábio gostaria de te fazer uma pergunta. Fábio.

Fábio: Secretario, boa tarde, o senhor falou agora a pouco ai em relação a esses números da segurança pública, nos demos um número agora, é muito maior do que aquele que a secretaria vinha divulgando, o senhor falou que é porque esses números eram específicos. Em relação a termos aí uma campanha eleitoral, foi só coincidência?

Secretário: A secretaria faz sempre as suas divulgações das informações quando são solicitadas, além do mais, em 10 de janeiro eu fiz uma prestação de contas dos indices de criminalidade na cidade, eu já apontava as dificuldades que tínhamos para o ano de 2014 devido a redução dos efetivos policiais que trabalham diretamente na atividade fim. Ha um esforço de todas as quatro forças de segurança, a polícia militar, a polícia civil , o corpo de bombeiros e o DETRAN. Para você ter uma ideia, nós já retiramos em 2012 e 2013 mais de 4200 armas em circulação, fizemos apreensão recorde de 3.1 toneladas de drogas e , este ano, ate setembro , nos já fizemos a apreensão de mais 3.9 toneladas de drogas. Isso demonstra realmente a atividade das forcas de segurança no sentido de trazer calma, tranquilidade e paz a nossa cidade.

Camila: Obrigado é que nosso tempo encerrou. Volto para o estúdio, Fábio.

Fábio: Obrigado Secretario, Obrigado Camila, obrigado ao secretário aí, Paulo Roberto, continuamos aqui com Daniel Lorenz. E aí, Lorenz.

Lorenz - A situação é um pouco mais grave do que o secretário está falando. Na realidade nos roubos contra pessoa, é um crime grave com violência, com arma na cara. Em 2014, nos tivemos nos 06 primeiros meses, 80 por cento dos números totais de 2013. 2013 19.500 casos e agora em 2014, nos 06 primeiros meses, 15,600 casos. E não é só isso, Fábio. Existe um dado do IBGE que aponta, que é algo que chamam como cifra negra, cifra obscura, mostrando que 50% das pessoas assaltadas e furtadas não registram ocorrência na delegacia, o que significa que os números trabalhados pela secretaria podem ser ainda maiores.

Fábio: Ok, Lorenz, muito obrigado

ANEXO D - Paranoá – 15/01/2015

A cidade registra principalmente homicídios e roubos a pedestres. Segundo os moradores, há policiamento, mas não é o suficiente para coibir os crimes. Duração: 6’34”.

De acordo com dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD/2015), a Vila Paranoá se originou do acampamento dos pioneiros que trabalhavam na construção da Barragem do Lago Paranoá em 1957. Após o término da obra, os pioneiros permaneceram no local e outros imigrantes ocuparam a área próxima à antiga vila, de forma desordenada. A população estimada da região administrativa é de 48 mil habitantes. A reportagem da Redação Móvel esteve na cidade em janeiro de 2015 para verificar *in loco* o dado nacional de que o Paranoá estava entre as 100 cidades mais violentas do Brasil.

Degração

Fábio William: Vamos voltar a falar sobre violência. A Redação Móvel está estacionada no Paranoá. Números mostram que a cidade se tornou uma das mais violentas do DF.

(VINHETA DO QUADRO ‘REDAÇÃO MÓVEL’)

Fábio William: A gente conversa agora com a Camila Guimarães, porque o Paranoá também está entre as cidades mais violentas do Brasil, não é isso? Boa tarde *pra* você, Camila!

(PARANOÁ)

Camila Guimarães: É isso! Boa tarde, Fábio! Sabia que os moradores ficaram surpresos com essa notícia? Eles dizem sim, que a cidade é violenta, mas não pensaram que era tanto assim! Conversando com eles hoje cedo, nós caminhamos aqui por toda a avenida comercial, conversamos com moradores, com feirantes, com comerciantes... Eles disseram que tem Polícia Militar presente, que eles veem isso diariamente – ou fazendo ronda ou naquela dupla Cosme e Damião –, mas não está sendo suficiente para segurar a onda de crimes! Veja na reportagem!

(INÍCIO DA REPORTAGEM)

Camila Guimarães: Paranoá tem uma avenida central larga e está assim: sempre movimentada – de dia; à noite, é bem iluminada! É agradável passear com a família aqui, caminhar pelo comércio para resolver as pendências do dia a dia, mas, como na maioria das cidades, é preciso cuidado! O Paranoá está entre as cem cidades mais violentas do Brasil! De acordo com números da Secretaria de Segurança Pública, de 2013 para 2014, o aumento de assassinatos foi de quarenta por cento. No ano passado foram trinta e um homicídios – nove a mais do que em 2013. O número é relativamente pequeno. Ceilândia, por exemplo, teve cento e trinta e sete assassinatos no ano passado. Mas, o Paranoá tem poucos habitantes: quarenta e seis mil! E se a gente pegar a quantidade de moradores da

cidade e a quantidade de homicídios, a média para cada grupo de cem mil pessoas assusta: sessenta e sete! A média nacional é de trinta e oito! Um outro crime que aumentou e que tem assustado os moradores é o roubo a pedestre: cresceu setenta e dois por cento! No ano passado, foram setecentos e oitenta casos, e em 2013, quatrocentos e cinquenta e três! O que provocou isso? Será que *tá* faltando policiamento nas ruas?

Entrevistado 1: Eu mesmo sou comerciante aqui e já fui assaltado várias vezes! E não tem hora, não... não... não... Eles não escolhem hora, não escolhem nada! É... É à luz do dia mesmo!

Entrevistada 2: Há poucos dias mesmo, uma irmã lá da igreja, aconteceu com ela! O cara chegou, colocou o revólver e tomou a bolsa dela e levou tudo!

Entrevistada 3: Já me levaram dinheiro! Já me levaram, *né?!...* uma joia! Mais, é dinheiro!

Camila Guimarães: Quantas vezes?

Entrevistada 3: Cinco vezes!

Camila Guimarães: Os números da Secretaria de Segurança também mostram um aumento nos flagrantes de tráfico de drogas: de vinte e seis, em 2013, para trinta e cinco, em 2014 – um aumento de trinta e quatro por cento! E alguns crimes tiveram redução: o roubo a comércio caiu vinte e três por cento; roubo a coletivo, menos dezoito por cento!

Entrevistado 4: Todos os lugares que você anda aqui, olha, você vê policiamento passando pra cima e pra baixo toda a hora! O problema é que a polícia desce e o ladrão rouba em cima. Eles sobem e o ladrão rouba em baixo. Fica difícil!

Entrevistada 5: Direto! Até em policial, a gente sempre vê aqui nas *feira*, entendeu, mas... precisa mais, *né?!*

(ESTÚDIO)

Fábio William: A gente se pergunta, então, o por que desse aumento, hein, Camila?!

(PARANOÁ)

Camila Guimarães: Pois é! Eu vou conversar com o oficial de dia responsável aqui pelo batalhão da área, que é o Segundo Tenente Saboia. Que operação, que reforço, como é que é o modo que vocês trabalham aqui na cidade – porque o senhor estava ouvindo –, a população fala que a polícia *tá* aqui em baixo, o ba... o bandido age em cima; depois, vocês vão lá em cima e o bandido volta... O que vocês modificaram na ação de vocês *pra* tentar combater isso?

Segundo-Tenente Saboia: Primeiramente, boa tarde a todos! A Polícia Militar do Distrito Federal, por intermédio aqui do Vigésimo Batalhão, ela realiza várias operações. Nós temos o emprego do policiamento motorizado realizando rondas diuturnamente. Nós recebemos o efetivo de oitenta e sete policiais que estão sendo empregados no P.O.G. – que é o policiamento a pé. Realizamos operações conjuntas com outros órgãos da Segurança Pública, seja ele a Polícia Civil, o DETRAN, a AGEFIS... Porém, o que constatamos é que a maioria dos indivíduos que são presos... é... cometendo crimes são menores e reincidentes; ou seja, a Polícia Militar, ela tem o trabalho de prender, porém, dentro de pouco tempo, eles estão na rua cometendo novos crimes!

Camila Guimarães: O senhor *tava* me contando de um caso que prendeu um... um menor... apreendeu um menor na parte da manhã e, a noite, ainda trabalhando no seu dia, o senhor o reencontrou com eles nas ruas?!

Segundo-Tenente Saboia: Exatamente! Eu realizei a prisão: apreendi esse menor às onze horas da manhã, e quando foi as dezenove horas, no mesmo dia, esse menor já estava solto rondando pela cidade e, provavelmente, querendo cometer novos crimes.

Camila Guimarães: Porque a gente espera que esse reforço traga a segurança *pra* população. Muito obrigada pela entrevista! Voltamos ao estúdio, Fábio!

(ESTÚDIO)

Fábio William: Muito obrigado, Camila! A gente conversa agora com o Daniel Lorenz. Lorenz, como é que faz, então, *pra* resolver esse problema, hein?!

Daniel Lorenz: É...

Fábio William: É porque tem a questão, *né?!* A Camila falou: “O ladrão...” As pessoas falam: “Quando a polícia sai, o ladrão volta!” E o policial acabou de dizer que, às vezes, prende o menor e ele volta a cometer o crime de novo! E aí? Como é que faz?

Daniel Lorenz: É. Isso é uma verdade e nós já falamos muito aqui! Na realidade, o bandido dá um trezentos e sessenta e vê se a polícia não está no local e ele pratica o seu crime. Então, a polícia – que não pode *tá* em todos os locais ao mesmo tempo –, ela tem que ter um tempo de resposta aos chamados do Sistema 190 um pouco mais rápido, porque aí, sim, ela poderia atender a todas essas demandas! Há também o problema da impunidade: a gente sabe que quem pratica furto... os menores que praticam crimes em geral, eles não permanecem presos! Em relação aos homicídios, que... o que coloca o Paranoá entre as cem cidades mais violentas do país – considerado os homicídios –, há uma ação – uma ação que já foi feita pela Polícia Civil em 2012, que é o Projeto Ação Imediata. No período em que foi aplicado em 2012, houve uma redução de cinquenta e cinco por cento. Como? Somente com o pronto-atendimento ao homicídio, com equipes especializadas no local, fazendo uma boa perícia, com investigadores, peritos e delegados, e conseguiram reduzir em cinquenta e cinco por cento os homicídios na região do Paranoá e também de Itapoã.

Fábio William: Então, *tá* aí a resposta! É só voltar com isso, já que deu certo, *né?!* Obrigado, Lorenz!

ANEXO E - Emails trocados com Iain Semple - Chefe de reportagem da TV Globo

DF

RE: RES: Projeto de Mestrado - Redação Móvel

De: **Marina Domingos** (mdomingos_df@hotmail.com)

Enviada:segunda-feira, 15 de setembro de 2014 23:37:06

Para: Iain Semple (iain@tvglobocom.br)

Boa noite, Iain,

tudo bem?

se sobrar um tempinho poderíamos marcar um encontro para falar do Redação Móvel?

eu posso ir até a Globo nessa semana, qual o melhor horário? pela manhã ou à tarde?

Pra mim depois do almoço na quinta, pode ser bom, ou outro dia se preferir. Trabalho apenas às 16h,

obrigada desde já,
Marina Domingos

From: IAIN@tvglobocom.br
To: mdomingos_df@hotmail.com
Subject: RES: Projeto de Mestrado - Redação Móvel
Date: Wed, 10 Sep 2014 22:16:59 +0000

RECEI SIM MAS A SEMANA ESTA MUITO CONFUSA COM ELEIÇÕES , NA PROXIMA SEMANA TENTAMOS MARCAR

ABS

De: Marina Domingos [mailto:mdomingos_df@hotmail.com]
Enviada em: quarta-feira, 10 de setembro de 2014 18:55
Para: Iain Semple
Assunto: FW: Projeto de Mestrado - Redação Móvel

Olá, tudo bem?

o senhor recebeu o email abaixo?

poderia marcar uma hora para conversarmos? pode ser na semana que vem?

sei que a rotina na redação deve ser complexa, mas posso ir no horário que achar mais conveniente e prometo não demorar.

obrigada desde já,
Marina Domingos

From: mdomingos_df@hotmail.com
To: iain@tvglobos.com.br
Subject: Projeto de Mestrado - Redação Móvel
Date: Thu, 4 Sep 2014 14:07:55 +0000

Olá,

Iain, tudo bem?

Sou Marina, mestranda da UnB que está em contato com a Camila Guimarães sobre a pesquisa do Redação Móvel.

Eu conversei com ela para tentar entrevistá-la ou alguém que saiba falar sobre o quadro Redação Móvel. Minha pesquisa trata do "Civic Journalism" - uma nova prática de jornalismo que nasceu nos EUA, com o intuito de criar parcerias com cidadãos e comunidades no fazer jornalístico, por isso escolhi o quadro Redação Móvel. Preciso saber se existe ou existiu alguma informação sobre essa prática? Como foi o processo que levou a criação do quadro. As origens, histórias e a rotina do dia a dia.

Eu falei com a Camila que posso passar aí na TV Globo depois do almoço tipo umas 14h, 14h30 quando ela já terá voltado da rua. Mas ela pediu para eu falar com vc tbem e ver se está tudo ok. Pois ela me disse que está no quadro há dois anos e ele já existe há um bom tempo.

se puder me ajudar, agradeceria muito,

se tiver alguma dúvida sobre o meu trabalho, é só falar.

Obrigada desde já,
Marina Domingos

Este e-mail e seus anexos são para uso exclusivo do destinatário e podem conter informações confidenciais e/ou legalmente privilegiadas. Não podem ser parcial ou totalmente reproduzidos sem o consentimento do autor. Qualquer divulgação ou uso não autorizado deste e-mail ou seus anexos é proibida. Se você receber esse e-mail por engano, por favor, notifique o remetente e apague-o imediatamente.

This e-mail and its attachments are for the sole use of the addressee and may contain information which is confidential and/or legally privileged. Should not be partly or wholly reproduced without consent of the owner. Any unauthorized use of disclosure of this e-mail or its attachments is prohibited. If you receive this e-mail in error, please immediately delete it and notify the sender by return e-mail.

ANEXO F - Emails trocados com Camila Guimarães, repórter titular do quadro

Redação Móvel

RES: Contato Mestrado

De: **Camila Guimaraes** (camilaguimaraes@tvglobocom.br)

Enviada: sábado, 16 de agosto de 2014 14:17:32

Para: Marina Domingos (mdomingos_df@hotmail.com)

Ai, marina. Eu de novo . sem querer apaguei seu celular me mande de novo via mensagem. Vc pode vir na globo que horário? Manhã ou tarde? Vou ver aqui com a turma mais antiga sobre o histórico redação móvel e alguem que vc pode falar também. Estou nela há 1 ano e meio só. Mas o projeto tem mais: uns 4 ou 5. Beijos. Camila XXXX-XXXX to de plantão.

De: Marina Domingos [mailto:mdomingos_df@hotmail.com]

Enviada em: terça-feira, 12 de agosto de 2014 18:42

Para: camila.guimaraes@tvglobocom.br; Camila Guimaraes

Assunto: Contato Mestrado

Olá Camila, tudo bem? Mandei este email abaixo para você, vc viu?

se pudesse falar comigo seria muito importante pra mim!

obrigada desde já,
Marina Domingos

From: mdomingos_df@hotmail.com
To: camilaguimaraes@tvglobocom.br
Subject: Contato Mestrado
Date: Wed, 2 Jul 2014 17:19:45 +0000

Olá, Camila, tudo bem?

meu nome é Marina Domingos, sou jornalista e amiga da Camila Bomfim, fiz Pós com ela na UnB, em Ciência Política.

Enfim, eu pedi a ela seu contato, pois estou agora fazendo o mestrado em Comunicação e decidi estudar novas práticas do Jornalismo e estou estudando o Jornalismo Cívico, que envolve a população no fazer jornalístico. Para isso escolhi estudar mais a fundo o quadro Redação Móvel, do qual você faz parte.

Entrei em contato, pois gostaria de saber se poderia encontrar você para falar sobre o quadro? Na verdade precisaria fazer uma entrevista para ter mais informações sobre como surgiu, a história do quadro no DFTV, os objetivos. Você tem essas informações?

Também gostaria de conversar sobre você sobre suas impressões sobre o trabalho, a pauta, como é feito o

trabalho de ir até as comunidades, fazer o texto. Seria muito importante para mim! Sei que você não deve ter muito tempo, mas eu posso ir até você, ok?

O interesse em estudar essas novas práticas veio depois que eu mesma trabalhei numa unidade móvel de uma rádio, com serviço de utilidade pública, quando se vai nos bairros e ouve as reclamações das pessoas.... Trabalhei em Juiz de Fora, na Rádio Solar, na época que o Antônio de Castro ainda era o âncora do MGTV lá na cidade. Também conheço ele, se quiser saber de alguma referência! ;)

Enfim, se pudesse falar comigo, ficarei muito grata!

abraço,
Marina Domingos

Este e-mail e seus anexos são para uso exclusivo do destinatário e podem conter informações confidenciais e/ou legalmente privilegiadas. Não podem ser parcial ou totalmente reproduzidos sem o consentimento do autor. Qualquer divulgação ou uso não autorizado deste e-mail ou seus anexos é proibida. Se você receber esse e-mail por engano, por favor, notifique o remetente e apague-o imediatamente.

This e-mail and its attachments are for the sole use of the addressee and may contain information which is confidential and/or legally privileged. Should not be partly or wholly reproduced without consent of the owner. Any unauthorized use of disclosure of this e-mail or its attachments is prohibited. If you receive this e-mail in error, please immediately delete it and notify the sender by return e-mail.
